

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Manual do Professor



Manual do professor sobre o ODS 1 por Luciana Brandli,
Janaína Mazutti e Amanda Lange Salvia (UPF)

Última atualização 8 de fevereiro de 2023

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



Autores principais: UPF, Brazil

1. Luciana Londero Brandli, Janaína Mazutti and Amanda Lange Salvia

Autores colaboradores das seções sobre a África

2. Rudi Pretorius
3. Melanie Nicolau

Autores colaboradores das seções sobre a América Latina e Caribe

4. Luciana Londero Brandli
5. Amanda Lange Salvia
6. Janaina Mazutti

Autores colaboradores das seções sobre a Europa

7. Kalterina Shulla
8. Alejandro Mora Motta
9. Jennifer Pohlmann

Revisão da língua inglesa

10. Unisa: Diretoria de Serviços Linguísticos

Tradução para IsiZulu

11. Unisa: Diretoria de Serviços Linguísticos

Tradução para Sesotho sa Leboa

12. Unisa: Diretoria de Serviços Linguísticos

Tradução para Português

13. Pedro Henrique Carretta Diniz

Para citar este manual:

Brandli, L., Mazutti, J., Salvia, A., Pretorius, R., Nicolau, M., Shulla, K., Mora Motta, A. e Pohlmann, J. 2023. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 – Erradicação da Pobreza: Manual do Docente*. Resultado do projeto colaborativo financiado pelo DAAD entre a HAW, UPF e Unisa: *Introdução Digital aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Ensino Superior – Aspectos regionais na implementação dos ODS a partir do Brasil e da África do Sul (DITTS)*. Universidade de Passo Fundo, Brasil.

Coordenadores do projeto:

Prof. Dr. mult. Walter Leal Filho (Universidade de Ciências Aplicadas de Hamburgo), Prof^a. Dra. Luciana Londero Brandli (Universidade de Passo Fundo) e Prof. Dr. Rudi Wessel Pretorius (Universidade da África do Sul).

A redação deste manual foi financiada pela Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD)/

Sumário

1 Introdução aos ODS.....	5
2. Definindo o ODS 1.....	8
2.1 Significado do ODS 1	10
2.2 Interdependências do ODS 1.....	12
2.3 Vantagens do ODS 1	14
2.4 Desafios na Implementação do ODS 1	15
3. Crises que impactam negativamente a realização do ODS 1.....	21
3.1. Mudanças climáticas	21
3.1.1 Impacto das mudanças climáticas na América Latina	22
3.1.2 Impacto das mudanças climáticas na África.....	23
3.1.3 Impacto das mudanças climáticas na Europa	25
3.2. Pandemia COVID-19	26
3.2.1 Impacto da pandemia de COVID-19 na América Latina	26
3.2.2 Impacto da pandemia COVID-19 na África.....	28
3.2.3 Impacto da pandemia COVID-19 na Europa	28
3.3 Conflito	29
3.3.1 Impacto de conflitos na América Latina	30
3.3.2 Impacto de conflitos na África	31
3.3.3 Impacto de conflitos na Europa	33
4. Contextos Regionais/Progresso em direção ao alcance do ODS 1.....	38
4.1 Progresso Regional na América Latina.....	39
4.2 Progresso Regional na África	40
4.3 Progresso regional na Europa	42
5. Estudos de Caso	48
5.1 América Latina.....	50
5.1.1 Bolsa Família: Um Programa Nacional no Brasil	50
5.1.2 TECHO: uma ONG da América Latina e Caribe fundada no Chile	51

5.1.3 Programa Ultra Pobreza de Fonkoze: uma das maiores ONGs que trabalham no Haiti	52
5.2. África	53
5.2.1 Estudo de caso da Costa do Marfim - Programa Conjunto sobre Pobreza na região de San Pedro	53
5.2.2 Etiópia: Programa conjunto sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres – componente de empoderamento econômico das mulheres rurais	56
5.2.3 Promovendo Modos de Vida Sustentáveis por meio de uma Melhor Governança dos Recursos Naturais e Diversificação Econômica no distrito de Kono, Serra Leoa.....	59
5.3 Europa.....	62
5.3.1. As pessoas em situação de pobreza podem ter voz na formulação de políticas? Abordagem do ODS 1 da cidade de Ghent, Bélgica	62
5.3.2. Ucrânia, uma história de sucesso na redução da pobreza.	66
5.3.3. Montenegro, um caso bem-sucedido de implementação dos ODS na região dos Balcãs: suas conquistas em relação ao ODS 1	71
6. Exercícios e Avaliação	78
6.1 Exercícios.....	78
6.2 Avaliação.....	79
7. Considerações finais	81
Referências	81



1 Introdução aos ODS

Os professores serão capacitados para:

- apresentar a conexão entre os ODS e os ODM.
- explicar a origem e o objetivo geral dos ODS.
- nomear e discutir brevemente as cinco áreas prioritárias dos ODS.
- posicionar o ODS 1 no âmbito da Agenda 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o componente central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, acordada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 2015. A Agenda 2030 é composta por um conjunto de 17 objetivos interligados (Nações Unidas, 2015), com metas e indicadores associados, que devem ser alcançados até 2030.

A Agenda 2030 foi desenvolvida como um plano de ação com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da humanidade em cinco áreas prioritárias: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, além de dar continuidade ao progresso alcançado com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigoraram durante os anos de 2000 e 2015. Os ODM consistiam em oito objetivos de desenvolvimento internacional e eram apoiados por 21 metas individuais. Em comparação com os ODM, os ODS têm um escopo mais abrangente, dependem mais da ação coletiva e são mais detalhados, com a mensagem muito clara de que o sucesso dependerá do apoio e da participação ativa de cada nação (Feeny, 2020).

Os ODS fornecem uma estrutura dentro da qual abordagens globais podem ser planejadas e implementadas para garantir um futuro justo, saudável e próspero para as gerações atuais e futuras (Morton et al., 2017). Um elemento-chave é que todos os ODS estão intimamente interconectados e que a falha em levar isso em consideração levará a uma maneira altamente ineficaz de abordar o dilema de sustentabilidade que o mundo enfrenta (van Soest et al., 2016). Segundo Van Soest et al. (2016), existem interações-chave em todas as áreas de importância crítica dos ODS, mas encontram-se especialmente na área de “pessoas”, bem como entre as áreas de “pessoas” e “prosperidade” e entre as áreas de “pessoas” e “planeta”.

A Figura 1 apresenta o conjunto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030.

De certa forma, os ODS são uma proposta que surgiu a partir dos ODM e com a intenção de ir além deles. Por exemplo, enquanto os ODM tinham um objetivo para a pobreza e a fome (ODM 1), a Agenda 2030 tem um objetivo dedicado à erradicação da pobreza (ODS 1) e um objetivo dedicado a acabar com a fome (ODS 2).

O objetivo deste módulo é apresentar uma introdução ao ODS 1 “Erradicação da pobreza” abrangendo sua definição, o impacto da crise global no alcance de suas metas, o progresso dos

contextos regionais em direção ao ODS 1, estudos de caso com boas práticas e exemplos de exercício que pode ser aplicado com os alunos.

Figura 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: United Nations, Communication Material (n.d.)

O ODS 1 insere-se na dimensão “Pessoas” da Agenda 2030 e diz respeito não só à erradicação das diferentes formas de pobreza, mas sobretudo visa atuar de forma a que as causas profundas da perpetuação da pobreza na sociedade possam ser abordado. Segundo a ONU, metade da população mundial vive em alguma condição de pobreza, sendo privada de acesso à água, alimentação adequada e cuidados de saúde (Objetivos Globais, 2022).

Leituras suplementares

- Allen, C., Metternicht, G., & Wiedmann, T. (2018). Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): A review of evidence from countries. *Sustainability Science*, 13(5), 1453-1467.
- United Nations, 2022b. The Sustainable Development Goals Report 2022. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://www.un.org/development/desa/dspd/2022/07/sdgs-report/> Last accessed November, 2022.

- Díaz-López, C., Martín-Blanco, C., De la Torre Bayo, J.J., Rubio-Rivera, B. and Zamorano, M., 2021. Analyzing the Scientific Evolution of the Sustainable Development Goals, Applied Sciences, 11(18), p.8286.

Avaliação

1. Introdução aos ODS

- Cite as cinco áreas de importância crítica às quais os 17 ODS estão vinculados e explique por que isso é chamado de 5 Ps.
- Explique a ligação entre os ODM e os ODS.
- Explique como os ODS diferem dos ODM.

Referências

Feeny, S. (2020). Transitioning from the MDGs to the SDGs: Lessons learnt? In Churchill, S.A. (ed.) Moving from the millennium to the sustainable development goals (343-351). Palgrave Macmillan, Singapore.

United Nations (2015). Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development. General Assembly Resolution A/RES/70/1. Available at: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Last accessed August 7, 2022.

Morton, S., Pencheon, D. and Squires, N. (2017). Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation, British Medical Bulletin, 124, 81-90.

Van Soest, H.L., Van Vuuren, D.P., Hilaire, J., Minx, J.C., Harmsen, M.J., Krey, V., Popp, A., Riahi, K. and Luderer, G. (2019). Analysing interactions among sustainable development goals with integrated assessment models, Global Transitions, 1, 210-225.

Global Goals (2022). No Poverty. Available at: https://www.globalgoals.org/goals/1-no-poverty/?qclid=Cj0KCQiA1NebBhDDARIsAANiDD1fn2Ue7oPNSyH93GIlpWQmerTmBx0Mz1N45jdpIEaBcHuqSexkYOQaAgnHEALw_wcB. Last accessed November, 2022.

United Nations (n.d.). Communications materials. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/news/communications-material/> Last accessed Oct 2, 2022.

2. Definindo o ODS 1

Os professores serão capacitados para:

- definir o ODS 1 e listar suas metas e indicadores.
- explicar a importância do ODS com referência às suas três principais áreas temáticas.
- listar e explicar cinco vantagens do ODS 1.
- refletir sobre as interdependências entre o ODS 1 e os outros ODS.
- compreender as implicações das interdependências entre o ODS 1 e os demais ODS.
- compreender os desafios envolvidos para atingir o ODS 1 e discutir exemplos de ações para enfrentar esses desafios.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 exige ação para “acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares” (Nações Unidas, s.d.). Possui cinco metas de resultados globais e duas metas adicionais referidas como meios de implementação, cada uma acompanhada de um ou mais indicadores para monitorar o progresso ao longo do tempo, conforme apresentado na Tabela 1. As metas abrangem temas como pobreza extrema, sistemas de proteção social, acesso a serviços básicos, vulnerabilidade e resiliência, e recursos e políticas para implementação.

Tabela 1: Metas e Indicadores do ODS 1

Metas	Indicadores
1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia*	1.1.1 - Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural)
1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;	1.2.1 Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, idade, condição perante o trabalho e localização geográfica (urbano/rural). 1.2.2 Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades vivendo na pobreza em todas as dimensões de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;	1.3.1 Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com deficiência, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis
1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;	1.4.1 Proporção da população que vive em domicílios com acesso a serviços básicos 1.4.2 Proporção da população adulta total com direitos de posse da terra garantidos, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse
1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;	1.5.1 Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes 1.5.2 Perdas econômicas diretas atribuídas a desastres em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) global 1.5.3 Número de países que adotaram e implementaram estratégias nacionais de redução de risco de desastres em linha com o Quadro de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030 1.5.4 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres em linha com as estratégias nacionais de redução de risco de desastres
1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;	1.a.1 Subsídios totais de assistência oficial ao desenvolvimento, de todos os doadores que se concentram na redução da pobreza, como uma parte da renda nacional bruta do país destinatário 1.a.2 Proporção do total das despesas públicas com serviços essenciais (educação, saúde e proteção social)



1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza;

1.b.1 Gastos sociais públicos para os menos favorecidos

*Texto da meta manteve valor US\$ 1,90 por dia, mas a linha da pobreza foi atualizada para US\$ 2,15.

2.1 Significado do ODS 1

O ODS 1 refere-se à redução da pobreza de forma ampla, mas se compromete especificamente com aspectos de pobreza e pobreza extrema, proteção social e igualdade de acesso a serviços básicos e resiliência a desastres.

Pietras-Eichberger (2021) afirma que a pobreza é um fator ameaçador para a sociedade como um todo, e não apenas para aqueles que vivem nela, pois é um aspecto que desequilibra a sociedade. Daí a importância e o significado de desenvolver este ODS, pois não haverá progresso para toda a sociedade enquanto houver grupos de pessoas vivendo em condições de pobreza ou extrema pobreza. A pobreza é um estado em que um indivíduo é impulsionado por uma série de circunstâncias sociais, geográficas, políticas e outras (Sylva, 2021) e diz respeito à capacidade de um indivíduo ser capaz de se manter e sustentar, fornecendo recursos básicos para sua sobrevivência, como água potável e alimentos, roupas, abrigo, etc. Nesta definição, viver em pobreza absoluta significa viver com menos de US\$ 2,15 por dia, de acordo com o Banco Mundial (Larrú, 2021; Nações Unidas, 2022). Na prática, a pobreza significa mais do que a falta de recursos básicos para sobreviver (pobreza extrema ou pobreza biológica), expressa também a falta de acesso a recursos de lazer, cultura e participação política como cidadão de direito (pobreza relativa) (Pietras- Eichberger, 2021).

Atualmente, a população que vive na Linha da Pobreza é de 700 milhões de pessoas, 10% da população mundial (Nações Unidas, 2022). As causas para esses números envolvem o aumento da população mundial, impactos da COVID, impactos das mudanças climáticas, entre outros. Uma das soluções possíveis, como também destaca a meta 1.3 do ODS 1, é o fortalecimento dos serviços de proteção social (Sitelu, 2021).

Os sistemas de proteção social incluem intervenções no mercado de trabalho (para garantir empregos decentes), seguro social (para proteger grupos em caso de desemprego) e assistência social (para reduzir a pobreza, especialmente entre grupos vulneráveis) e são reconhecidos como ferramentas que ajudam a aliviar a pobreza (Sitelu, 2021). Conforme destacado por Bukowski e Kreissl (2020), os benefícios recebidos dos investimentos em sistemas de proteção social também visam aumentar a resiliência das comunidades diante de eventos climáticos extremos e desastres naturais.



A resiliência é amplamente conhecida como a capacidade de um sistema retornar à sua condição inicial após sofrer um impacto e, no caso das comunidades, é a capacidade de uma comunidade se recuperar de um desastre (Roka, 2021). Eventos climáticos extremos e desastres naturais colocam em risco não apenas as moradias das populações, mas também todos os avanços que foram conquistados por uma comunidade, impactando tanto as estruturas físicas quanto a identidade cultural (Lerch 2017; Roka, 2021). Esse contexto coloca os grupos vulneráveis ainda mais para trás de onde estavam. Trabalhar com planos e políticas para garantir a resiliência dessas comunidades diante de eventos extremos e desastres naturais também é garantir que elas possam continuar prosperando na sociedade. A Tabela 2 apresenta um resumo da importância do ODS

Tabela 2: Significado do ODS 1

Pobreza e Extrema Pobreza	Proteção Social	Resiliência a Desastres
Falta de serviços básicos como educação de qualidade; energia e eletricidade; abrigo; alimentação segura; saúde e bem-estar e água e saneamento. E também, falta de acesso a atividades de lazer e culturais e falta de participação política na tomada de decisões.	Intervenções no mercado de trabalho: garantia de emprego; Seguro social: proteção ao desemprego; Assistência social: reduzir a pobreza em grupos vulneráveis.	Populações mais pobres também são mais vulneráveis a desastres naturais. Considerando o cenário climático extremo que se observa atualmente e que ainda se observará, garantir a saída da pobreza é também garantir comunidades mais resilientes.

Elaborado pelos autores com base em Pietras-Eichberger (2021), (Sitelu, 2021); Bukowski e Kreissl (2020) e (Roka, 2021).

Especialmente no que diz respeito à garantia de acesso a serviços básicos, reconhece-se a forte interligação desta com outros ODS da ONU, conforme será apresentado na próxima sessão.







2.2 Interdependências do ODS 1

Esta seção visa apresentar a forma como a conexão entre os 17 ODS pode ser percebida e como a Agenda 2030 compreende um conjunto de metas que podem ser alcançadas mutuamente, quando as metas de um ODS podem contribuir para o andamento de toda a Agenda, ou pelo menos para uma parte significativa dela. No entanto, antes de apresentar as interdependências entre os ODS, é importante destacar alguns aspectos sobre suas sinergias. Breuer et al (2019) destacam que dependendo das condições de cada contexto, o alcance das metas dos ODS pode levar mais tempo e o resultado das sinergias entre as metas dos ODS pode demorar a médio ou longo prazo e não ocorrer imediatamente. O exemplo dado pelos autores considera os investimentos em educação de qualidade (ODS 4), que podem não trazer resultados imediatos para o ODS 8, mas, a longo prazo, impactam positivamente as oportunidades de trabalho e o crescimento econômico (ODS 8) (Breuer et al., 2019).

Conforme apresentado nas seções anteriores, o ODS 1 impacta direta ou indiretamente uma série de outros objetivos, além de possuir fortes sinergias entre suas próprias metas. Alguns estudos investigaram em detalhes a conexão entre os objetivos da Agenda 2030 (Barbier et al., 2019; Kroll et al., 2019; Pradhan et al., 2017) e as principais conclusões indicam relações sinérgicas de acabar com a pobreza com outros objetivos. As principais conexões são apresentadas no resumo abaixo:

Tabela 3: Interdependências entre o ODS 1 e os outros ODSs

	O ODS 2 visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. A pobreza e a fome estão intimamente associadas, por isto existem fortes sinergias entre estes dois objetivos
	Condições de vida precárias, falta de acesso a serviços básicos e desnutrição podem levar a diversos problemas de saúde. Para melhorar as condições de vida, devem ser combinadas ações que visem a erradicação da pobreza e a oferta de condições adequadas de saúde (ODS 3).
	As pessoas que vivem na pobreza tendem a parar de buscar educação para priorizar as oportunidades de trabalho. Uma situação preocupante é como isso pode afetar as crianças, especialmente em países mais pobres. A falta de educação leva à pobreza e a oportunidades de empregos de baixa remuneração, representando o ciclo vicioso da pobreza.
	Alcançar a igualdade de gênero é outro desafio ligado à pobreza. Acabar com a pobreza deve levar em consideração o gênero para que mulheres de todas as idades tenham acesso a melhores condições de saúde, educação e oportunidades de trabalho. O ODS 1 tem metas que mencionam

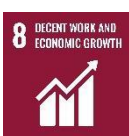
especificamente as mulheres na oferta de melhores condições e estratégias de desenvolvimento sensíveis ao gênero.



As pessoas que vivem na pobreza não têm acesso a água potável e a medidas sanitárias adequadas. O acesso a esses serviços é um direito humano básico e representa uma condição para ajudar o processo de erradicação da pobreza.



Existe uma forte correlação entre o acesso desigual à energia e o baixo desenvolvimento humano. A energia é um serviço essencial para facilitar o processo de saída da pobreza, pois melhora a qualidade de vida. O ODS 7 também visa oferecer soluções sustentáveis e viáveis para o cozimento de alimentos. (combustíveis mais limpos e fogões modernos e energeticamente eficientes)



Muitas pessoas pobres e vulneráveis ficam em desvantagem no processo de crescimento econômico, fato que pode ser visto como uma troca entre esses objetivos. O ODS 8 também visa garantir trabalho decente para todos, bem como oportunidades de educação e treinamento, fundamentais para apoiar o ODS 1.



A industrialização impulsiona o crescimento econômico e apoia a criação de mais oportunidades de emprego, potencialmente levando à diminuição das taxas de pobreza.



O ODS 10 visa reduzir as desigualdades entre os países. Ao capacitar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, a erradicação da pobreza também é facilitada.



O ODS 11 pode combater sérios problemas relacionados à rápida expansão e urbanização das cidades, proliferação de favelas e vulnerabilidade das populações e, portanto, melhorar as condições de vida das comunidades mais pobres.



Estratégias de consumo e produção sustentáveis podem contribuir para o alívio da pobreza por apoiar a transição para economias verdes e de baixo carbono. Para isso, as estratégias devem considerar ações para a redução da pobreza.



Eventos climáticos extremos são mais impactantes nos países mais pobres, pois a infraestrutura e as condições precárias levam à falta de resiliência. A meta 1.5 refere-se especificamente à construção de resiliência para aqueles em condições vulneráveis a eventos climáticos extremos.



Muitas comunidades pesqueiras obtêm seu sustento do mar, oceanos saudáveis também são uma fonte de renda e subsistência para as comunidades costeiras.



As comunidades extrativistas são muito dependentes da floresta saudável e do equilíbrio da biodiversidade, e a restauração do ecossistema também beneficia pequenas comunidades que dependem das florestas para sua subsistência.



Alcançar o ODS 1 depende também de alcançar a paz e sociedades inclusivas. Os conflitos agravam as condições de pobreza e devem ser enfrentados, juntamente com maior apoio à cooperação internacional e capacitação.



O ODS 17 se relaciona com todos os objetivos e é particularmente importante para o ODS 1 por promover os meios necessários para erradicar a pobreza, associados à tecnologia, finanças, capacitação, comércio e questões sistêmicas.

As conexões mais fortes entre o ODS 1 e os outros ODS são marcados pelos ODS que contemplam os serviços básicos que são as necessidades fundamentais para melhorar as forma como as pessoas vivem, a saber: aspectos nutricionais (SDG 2, zero fome), mortalidade infantil (ODS 3, Saúde e bem-estar), acesso à educação básica (ODS 4, qualidade da educação), acesso à eletricidade (ODS 7, energia acessível e limpa), água potável e saneamento (ODS 6, água limpa e saneamento) e abrigo, acesso a habitação e sistemas de transporte (SDG 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis) (Alkire and Robles, 2017, Larrú, 2021).

2.3 Vantagens do ODS 1

A redução da pobreza é acompanhada por vários impactos sociais positivos, refletindo em uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Um mundo sem pobreza é um lugar melhor, mais seguro e mais justo para se viver. A redução da pobreza implica melhorias no acesso a alimentos, pessoas bem nutridas com melhores padrões de vida: bens, educação, saneamento e higiene e saúde (UNDPHD, 2019).

Outra consequência da redução da pobreza é uma melhoria nos níveis de saúde e aumento na expectativa de vida da população. Pessoas fora da linha de pobreza têm maior acesso a saneamento básico, higiene e assistência médica e, portanto, são menos propensas a problemas como doenças cardíacas, diabetes, hipertensão, câncer, mortalidade infantil, doença mental, desnutrição, envenenamento por chumbo, asma e problemas dentários (Quem, 2018).

A pobreza continua sendo um fator chave no acesso a oportunidades educacionais. Ela é um determinante que intensifica as disparidades entre estudantes do sexo feminino, aqueles com deficiência, aqueles marginalizados devido à etnia, idioma ou localização remota e aqueles

que experimentam situações de instabilidade e conflito (UNESCO, 2021). Pessoas com níveis mais altos de renda e capacidade de pagar por taxas e suprimentos têm maior probabilidade de acessar a educação. A educação aumenta as oportunidades de emprego e melhora a inclusão e o bem-estar social, o que também reflete em uma sociedade mais justa. Segundo a UNESCO (2021), a educação deve ser vista como um bem comum e um direito humano.

Considerando a sociedade como um todo, a pobreza também coloca os enormes custos econômicos, sociais e psicológicos naqueles que não estão na linha da pobreza. (Guia de pobreza de confronto, n.d). Sem crescimento econômico, a desigualdade aumenta e mina a coesão social, gerando tensões políticas e sociais e, em algumas circunstâncias, impulsionando a instabilidade e os conflitos (ONU, 2020).

Embora seja difícil de reconhecer, a pobreza afeta todos nós, tanto individualmente quanto como nação. Existem muitos estudos que calculam os custos da pobreza infantil em relação ao aumento dos custos de saúde, aumento dos custos do crime e custos associados à redução da produtividade e produção econômica (Holzer, 2008; McLaughlin e Rank, 2018), e eles mostram que isso tem impactos devastadores no presente e no futuro.

2.4 Desafios na Implementação do ODS 1

Erradicar a pobreza até 2030 é um desafio global e está relacionado ao alcance de muitos outros ODS. Os desafios publicados pela implementação do SDG 1 estão alinhados com os desafios do rápido crescimento da urbanização (Shrestha, 2021), bem como a dinâmica demográfica da população (Mello e Paula, 2021) que levam a assentamentos não planejados e à pobreza inevitável. As tendências de fertilidade por status social apóiam a ideia de que as classes altas atuam como precursores, reduzindo sua fertilidade antes de outros grupos (Dribe et al, 2017).

De acordo com o relatório do Secretário-Geral sobre a implementação da terceira década das Nações Unidas para a erradicação da pobreza (2018–2027) (ONU, 2018), para erradicar a pobreza até 2030, seria necessário reduzir cerca de 110 milhões a cada ano, no número de pessoas que vivem com menos de US \$ 2,15 por dia. Os desafios são complexos à medida que atingir a erradicação da pobreza inclui o fornecimento de acesso universal a serviços básicos como acesso a água potável e saneamento básico, educação de qualidade, serviços de atendimento à saúde, energia e eletricidade eficientes, segurança alimentar, acesso a habitação e transporte (Shrestha, 2021).

Fortalecer as políticas e estruturas institucionais para melhorar o acesso a serviços básicos, meios de subsistência sustentáveis, oportunidades empresariais e recursos produtivos é então uma etapa crítica para o sucesso das metas do ODS 1. Essa abordagem envolve capacitar o governo local, trabalhar ativamente com organizações/empresas privadas e ter stakeholders bem preparados (Shrestha, 2021).



Conforme reforçado por Bhatia (2021), a intenção e a capacidade do governo afetam sua habilidade de intervir positivamente na execução de programas de redução da pobreza, já que o governo tem acesso aos recursos para executar junto a ONGs e agências internacionais.

Outro desafio importante é a pobreza infantil – uma preocupação global (Alkire, 2019) que afeta tanto os países mais ricos quanto os mais pobres. Bessel (2021) apresenta uma tipologia tridimensional relacionada às crianças que vivem na pobreza: dinheiro e recursos materiais insuficientes para atender aos serviços básicos; barreiras à participação em atividades que promovam a aprendizagem e a inclusão; a existência de fatores estruturais que minam relacionamentos fortes e solidários. Segundo o autor, esses aspectos fornecem um quadro prático que serve de ponto de vista para lidar com a pobreza infantil.

A Tabela 4 apresenta desafios específicos associados ao alcance do ODS 1, incluindo aspectos de serviços básicos, desenvolvimento econômico, apoio governamental e mudança climática.

Tabela 4: Exemplos de desafios específicos envolvidos no alcance das metas do ODS 1

Desafios	Ações para o enfrentamento
Rápido crescimento da urbanização e dinâmica demográfica da população	A necessidade de lidar com assentamentos não planejados e inevitável aumento da pobreza, devido ao rápido crescimento da urbanização, as tendências de fertilidade por status social e movimentos migratórios.
Insegurança alimentar	Foco na agricultura familiar e redução dos níveis de fome e desnutrição, principalmente entre os mais pobres e vulneráveis.
Acesso a educação básica	Investimentos em educação, resultando em mais oportunidades de emprego e melhoria da inclusão social e bem-estar social.
Acesso a sistema de saúde	Investimentos em capital humano, resultando em partos infantis seguros e capacidade de crescimento saudável das crianças.
Acesso a infraestrutura	Investimentos em estradas, energia, saneamento básico e infraestrutura de forma diversificada.
Desenvolvimento econômico	Assegurar um desenvolvimento empresarial e um crescimento econômico que dê oportunidade e empoderamento às pessoas pobres.
Políticas governamentais	Desenvolvimento de sistemas de proteção social para apoiar aqueles que não podem se sustentar. Investimentos em capital social, construindo instituições fortes.

Desafios	Ações para o enfrentamento
	Foco em políticas que produzam crescimento, protejam as famílias contra crises e aumentem a renda da população.
Mudanças climáticas	Construir resiliência para a prevenção de crises e desastres ambientais. As pessoas mais vulneráveis são também as mais afetadas.

Fonte: Baseado em Johnson (2021) e World Bank (2022).

Supplementary readings

- Kroll, C., Warchold, A., & Pradhan, P. (2019). Sustainable Development Goals (SDGs): Are we successful in turning trade-offs into synergies?. *Palgrave Communications*, 5(1), 1-11.
- UN.2020 No poverty: why it matters. https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2016/08/1_Why-It-Matters-2020.pdf.
- United Nations Development Programme Human Development Report, Oxford Poverty, and Human Development Initiative. 2019. "Global Multidimensional Poverty Index 2019: Illuminating Inequalities." OPHI Report. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)

Avaliação

2. Definição do ODS 1

Quais são os principais aspectos do ODS 1?

Qual é o foco das cinco primeiras metas do ODS 1?

Qual é o foco das duas últimas metas do ODS 1?

2.1 Significado do ODS 1

Qual é a sua explicação para o grande número atual de pessoas famintas no mundo e por que esse número está aumentando?

Qual é a situação do progresso do ODS 1 a ser alcançado até 2030?

Explique brevemente o escopo de abrangência e a importância do ODS 1 com referência às três áreas temáticas principais abrangidas por este ODS (Pobreza e Extrema Pobreza, Proteção Social, Resiliência a Desastres)

2.2 Interdependências do ODS 1

Como o ODS 1 está interconectado com os outros ODS? Que outros objetivos você acha que serão mais afetados se o objetivo 1 não for alcançado?

Selecione quaisquer três ODS e explique brevemente como eles interagem com o ODS 1. Use exemplos de sua região para ilustrar sua explicação.

2.3 Vantagens do ODS 1

Quais seriam as principais vantagens para o mundo se o objetivo de acabar com a pobreza fosse alcançado?

Selecione quaisquer duas das metas do ODS 1 e explique as vantagens específicas que se manifestarão com o alcance dessas metas. Vincule estas vantagens à sua região específica.

2.4 Desafios na implementação do ODS 1

Como diferentes crises globais têm afetado a implementação do ODS 1?

Quais são as dificuldades em implementar o ODS 1 em seu país? Quais são as principais barreiras? E como elas podem ser superadas?

Referências

Pietras-Eichberger, M. (2021). Extreme Poverty: Definitions and Concepts. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_66.

United Nations (n.d.) Goal 1: End poverty in all its forms everywhere. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/> Last accessed Sep 28, 2022.

Larrú, J. M. (2021). Poverty index: Welfarist and multidimensional approaches. In No Poverty (pp. 648-662). Cham: Springer International Publishing.

Sylva, K. (2021). Paradigms of Poverty: Concepts and Causes. In No Poverty (pp. 599-610). Cham: Springer International Publishing.

Sitelu, M.N. (2021). Effect of Welfare Reforms on Poverty Alleviation. In No Poverty (pp. 243-251). Cham: Springer International Publishing.

United Nations (2022). SDGs in Latin America and the Caribbean: Statistical knowledge management hub. Regional SDG statistical profiles by target. Available at:

<https://agenda2030lac.org/estadisticas/regional-sdg-statistical-profiles-target-1.html?lang=en>.
Last accessed: 10 Oct. 2022.

Bukowski, M., & Kreissl, K. (2020). Empowerment, Poverty, and Vulnerability. In No Poverty (pp. 1-14). Cham: Springer International Publishing.

Roka, K. (2021). Resilience of the Poor Against Extreme Climate Change-Related Events. In No Poverty (pp. 804-815). Cham: Springer International Publishing.

Breuer, A., Leininger, J., & Tosun, J. (2019). Integrated policymaking: Choosing an institutional design for implementing the Sustainable Development Goals (SDGs). Discussion Paper. <https://doi.org/10.23661/DP14.2019>

Barbier, E. B., & Burgess, J. C. (2019). Sustainable development goal indicators: Analyzing trade-offs and complementarities. *World development*, 122, 295-305.

Kroll, C., Warchold, A., & Pradhan, P. (2019). Sustainable Development Goals (SDGs): Are we successful in turning trade-offs into synergies?. *Palgrave Communications*, 5(1), 1-11.

Pradhan, P., Costa, L., Rybski, D., Lucht, W., & Kropp, J. P. (2017). A systematic study of sustainable development goal (SDG) interactions. *Earth's Future*, 5(11), 1169-1179.

Alkire, S. (2019). *Global Multidimensional Poverty Index: Illuminating Inequalities*. New York: UNDP and OPHI.

Alkire, S., & Robles, G. (2017). Multidimensional poverty index summer 2017: Brief methodological note and results. *OPHI Methodological Notes*, 45.

UNESCO (2021). *Reimagining our futures together a new social contract for education*. Report from the International Commission on the Futures of Education. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. ISBN 978-92-3-100478-0

United Nations Development Programme Human Development Report, Oxford Poverty, and Human Development Initiative. (2019). "Global Multidimensional Poverty Index 2019: Illuminating Inequalities." OPHI Report. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI).

WHO (2018). *World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals*. Geneva: World Health Organization; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

Confronting Poverty Discussion Guide (n.d.) Why is it important to reduce poverty? In <https://markrank.wpengine.com/wp-content/uploads/2017/03/Confronting-Poverty-Module-9.pdf/>
Last accessed Oct 10, 2022.



Holzer, H., Schanzenbach, D.W., Duncan, G.J. & Ludwig, J. (2008). The economic costs of childhood poverty in the United States, *Journal of Children and Poverty*, 14:1, 41-61, DOI: [10.1080/10796120701871280](https://doi.org/10.1080/10796120701871280)

McLaughlin, M., Rank, M.R. (2018). Estimating the Economic Cost of Childhood Poverty in the United States, *Social Work Research*, Volume 42, Issue 2, June 2018, Pages 73–83, <https://doi.org/10.1093/swr/svy007>

Shrestha, M. (2021). Access to Basic Services and Its Linkage with Ending Poverty. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) *No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_1

Freire de Mello, L., de Paula, S.A. (2021). Challenges of Demographic and Epidemiological Transitions. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) *No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_2

Dribe, M., Breschi, M., Gagnon, A., Gauvreau, D., Hanson, H.A., Maloney, T.N., Mazzoni, S., Molitoris, J., Pozzi, L., Smith, K.R. & Vézina H. (2017). Socio-economic status and fertility decline: Insights from historical transitions in Europe and North America, *Population Studies*, 71:1, 3-21, DOI: 10.1080/00324728.2016.1253857

Bessell, S. (2021). Rethinking Child Poverty, *Journal of Human Development and Capabilities*, DOI: [10.1080/19452829.2021.1911969](https://doi.org/10.1080/19452829.2021.1911969)

Johnson, L. (2021). Dynamics of Poverty on Globalization. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) *No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_132

World Bank (s.n.). *Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course*, doi: 10.1596/978-1-4648-1893-6.

Bhatia, H. (2021). Anti-poverty Initiatives: Reducing Multidimensional Poverty and Deprivation. In: Leal Breuer, A., Janetschek, H., & Malerba, D. (2019). Translating sustainable development goal (SDG) interdependencies into policy advice. *Sustainability*, 11(7), 2092. <https://doi.org/10.3390/su11072092>.



3. Crises que impactam negativamente a realização do ODS 1

Os professores serão capacitados para:

- identificar as principais crises que impactam negativamente a realização do ODS 1.
- explicar como as grandes crises impedem a realização do ODS 1.
- descrever como o impacto das crises atuais na realização do ODS 1 difere regionalmente.

Historicamente, as crises formaram a base catalisadora que inicia mudanças sociais, políticas e econômicas significativas na sociedade. Uma crise global ou regional também demonstra exatamente como todos os componentes do desenvolvimento sustentável são interdependentes e interligados e isso se estende à conquista de todos os ODS até 2030. Além disso, como o impacto da maioria das crises globais e regionais transcende as fronteiras nacionais e internacionais, é importante que a comunidade internacional, em colaboração com os governos, trabalhe em conjunto para desenvolver soluções comuns que mitiguem o impacto da crise. Essa colaboração pode incluir a facilitação da transformação estrutural que permitirá e incentivará o sucesso na busca de alcançar as metas dos ODS até 2030 (Nações Unidas, 2022).

Atualmente, as crises globais mais dominantes que impactam negativamente na erradicação da pobreza (ODS 1) até o ano de 2030 incluem as mudanças climáticas, a pandemia de COVID-19, e conflitos.

3.1. Mudanças climáticas

As mudanças climáticas e seus impactos agravam a situação de pobreza no mundo e ameaçam os esforços do ODS 1. Os países pobres são os mais afetados por eventos climáticos extremos e, conseqüentemente, são severamente atingidos nos aspectos ambientais, econômicos e sociais. De acordo com um dos últimos relatórios do IPCC, as alterações climáticas e a vulnerabilidade são consideradas ameaças importantes à Agenda 2030, em particular à pobreza e aos meios de subsistência (Birkmann et al., 2022). O mesmo relatório indica que, diante dos atuais cenários de altas emissões de carbono e insuficientes medidas de adaptação, espera-se que as mudanças climáticas levem à concentração de perdas e danos entre as populações vulneráveis mais pobres.

O impacto das mudanças climáticas no ODS 1 também está integrado com as complexas inter-relações entre os objetivos. Diferentes padrões climáticos já estão afetando a agricultura e a produção de alimentos, impactando, portanto, os preços e a segurança dos alimentos, o que é uma das principais causas do aumento dos níveis de pobreza (Hallegatte e Walsh, 2020). O aumento das temperaturas também tem uma correlação significativa com o aumento da



transmissão de doenças, e os cuidados de saúde são problemáticos para as comunidades mais pobres (Hallegatte e Rozenberg, 2017). Conforme apresentado na seção 2 (Tabela 1), o ODS 1 tem como meta 1.5 reconhecer a importância de construir a resiliência dos pobres em termos de vulnerabilidade às mudanças climáticas.

3.1.1 Impacto das mudanças climáticas na América Latina

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) publicou recentemente o relatório “Estado do Clima na América Latina e no Caribe 2021”, que explorou os impactos das mudanças climáticas na região para os ecossistemas, segurança alimentar e hídrica, saúde humana e pobreza. Relata-se que eventos climáticos extremos e perigos hidrometeorológicos retardaram o progresso em direção ao cumprimento dos ODS, particularmente os ODS 1 e ODS 2. Impactos significativos e mais frequentes são esperados em termos de perspectivas sociais e econômicas, com a agricultura e a produção de alimentos sofrendo com diferentes padrões climáticos (e, consequentemente, afetando os meios de subsistência e o crescimento econômico) e migração e deslocamento populacional, piorando as condições de vida das comunidades mais pobres.

Algumas das principais conclusões do relatório (WMO, 2022) – e sua relação com questões de pobreza – são exploradas abaixo:

- Temperatura: A taxa média de aumento da temperatura foi de cerca de 0,2°C/década entre 1991 e 2021, em comparação com 0,1°C/década entre 1961 e 1990. O aumento da temperatura põe em risco a agricultura e afeta a dependência de recursos naturais.
- Geleiras: as geleiras dos Andes tropicais perderam mais de 30% de sua área desde a década de 1980. A perda de massa de gelo e o recuo das geleiras aumentam o risco de escassez de água na região, afetando também a prestação de serviços básicos à população.
- Elevação do nível do mar: os níveis na região estão subindo em um ritmo mais rápido do que a média global, particularmente ao longo da costa atlântica da América do Sul ($3,52 \pm 0,0$ mm por ano, de 1993 a 2021), e no Atlântico Norte subtropical e no Golfo do México ($3,48 \pm 0,1$ mm por ano, de 1993 a 1991). A elevação do nível do mar ameaça grande parte da população localizada em áreas costeiras, e os impactos são piores para as comunidades mais pobres que possuem menos recursos de infraestrutura.
- Eventos climáticos extremos: as condições de seca levaram a uma queda de -2,6% na safra de cereais 2020-2021 em comparação com a temporada anterior; inundações e deslizamentos de terra no Brasil representaram um prejuízo de mais de US\$ 3 bilhões; e a migração e o deslocamento populacional também podem estar associados a eventos climáticos, exigindo melhores sistemas de alerta precoce para auxiliar na adaptação efetiva às mudanças e evitar os impactos mais devastadores.



Leituras suplementares

- Leal Filho, W., Balogun, A. L., Olayide, O. E., Azeiteiro, U. M., Ayal, D. Y., Muñoz, P. D. C., ... & Li, C. (2019). Assessing the impacts of climate change in cities and their adaptive capacity: towards transformative approaches to climate change adaptation and poverty reduction in urban areas in a set of developing countries. *Science of the Total Environment*, 692, 1175-1190.
- Byers, E., Gidden, M., Leclère, D., Balkovic, J., Burek, P., Ebi, K., ... & Riahi, K. (2018). Global exposure and vulnerability to multi-sector development and climate change hotspots. *Environmental Research Letters*, 13(5), 055012.
- Barbier, E. B., & Hochard, J. P. (2020). The impacts of climate change on the poor in disadvantaged regions. *Review of Environmental Economics and Policy*, 12(1), 26-47
- Dhrifi, A., Jaziri, R., & Alnahdi, S. (2020). Does foreign direct investment and environmental degradation matter for poverty? Evidence from developing countries. *Structural Change and Economic Dynamics*, 52, 13-21.
- Maja, M. M., & Ayano, S. F. (2021). The impact of population growth on natural resources and farmers' capacity to adapt to climate change in low-income countries. *Earth Systems and Environment*, 5(2), 271-283.
- WMO (2022) State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2021, <https://public.wmo.int/en/media/press-release/wmo-issues-report-state-of-climate-latin-america-and-caribbean>

3.1.2 Impacto das mudanças climáticas na África

Haider (2020) prevê que, em escala global, os prováveis impactos de curto prazo das mudanças climáticas na pobreza resultarão em um número adicional estimado de 32 milhões a 132 milhões de pessoas em extrema pobreza até 2030. As projeções de mudanças climáticas para a África incluem: uma tendência de aquecimento, particularmente no interior subtropical; ocorrência mais frequente de eventos extremos de calor; aumento da aridez; e mudanças na precipitação – com um declínio particularmente pronunciado na África Austral e um aumento na África Oriental (Serdeczny et al., 2017).

Há uma aceitação geral de que a variabilidade climática tem um impacto negativo desproporcional nos países mais pobres (e nos indivíduos mais pobres dentro desses países) e a África foi identificada como a região mais vulnerável aos impactos das mudanças climáticas (Serdeczny et al., 2017). Espera-se que a mudança climática leve muitas pessoas à pobreza na região subsaariana nos próximos anos (Jafino et al., 2020). As mudanças climáticas terão impacto nos já vulneráveis sistemas agrícolas de sequeiro, dos quais depende a subsistência da maioria da população subsaariana; enquanto que nas terras secas da região do Sahel, os sistemas pastoris dependem em grande parte dos recursos naturais que também têm sido impactados pelas mudanças climáticas (Serdeczny et al., 2017). O impacto negativo da

variabilidade climática nos meios de subsistência agrícolas resultará em uma taxa mais alta de migração rural-urbana, o que agrava as condições econômicas das cidades africanas (Serdeczny et al., 2017), e o resultado líquido é um aumento no número pessoas na pobreza.

Leituras suplementares

- Jafino, B. A., Walsh, B., Rozenberg, J., & Hallegatte, S. 2020. Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030. Policy Research Working Paper; No. 9417. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34555> License: CC BY 3.0 IGO.
- Serdeczny, O., Adams, S., Baarsch, F., Coumou, D., Robinson, A., Hare, W., ... & Reinhardt, J. (2017). Climate change impacts in Sub-Saharan Africa: from physical changes to their social repercussions. *Regional Environmental Change*, 17(6), 1585-1600. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-015-0910-2> Last accessed 31 October 2022.



3.1.3 Impacto das mudanças climáticas na Europa

Segundo relatório da Lancet, publicado em 2022, as mudanças climáticas estão tornando os humanos mais suscetíveis a crises relacionadas ao aumento do custo de vida. A maioria das fatalidades de todos os desastres naturais é causada por ondas de calor, com idosos, pessoas com doenças cardiovasculares, pessoas vivendo em condição de pobreza e em residências mais humildes estando em maior perigo (Romanello et al., 2022). Com um aumento médio mundial da temperatura da superfície da Terra de 0,95 a 1,20°C em relação aos níveis pré-industriais, a década de 2011 a 2020 foi a mais quente já registrada. Isso ocorre enquanto a temperatura média anual na Europa aumentou 1,9-2,02°C nesta década (European Commission: Eurostat, 2022). O noroeste da Europa foi submetido a graves inundações em julho de 2021, causadas principalmente por chuvas excessivas com 1,2 a 9 vezes mais chances de ocorrer devido às mudanças climáticas. Mais de 200 pessoas na Europa foram mortas pelas inundações e o continente também sofreu muitas perdas financeiras (Romanello et al., 2022). Infelizmente, as perdas monetárias causadas por desastres climáticos na Europa continuam a aumentar devido ao aquecimento global (European Commission: Eurostat, 2022).

Durante o período de 1980 a 2020, as perdas econômicas relacionadas ao clima nos países da União Europeia acumularam 487 bilhões de Euros (valores de 2020). Olhando para a média móvel de 30 anos na Europa, houve um aumento quase constante nas perdas econômicas relacionadas ao clima, de 10,8 bilhões de Euros em 2009 para 12,9 bilhões de Euros em 2020 - um aumento de 18,8%. Os extremos climáticos mais caros de 1980 a 2020 incluem a inundação de 2002 na Europa Central (que custou mais de 21 bilhões de Euros), a seca e a onda de calor de 2003 (mais de 15 bilhões de euros), e a tempestade Lothar de 1999 e a inundação de 2000 na França e na Itália (13 bilhões de Euros cada) (todos em valores de 2017) (European Commission: Eurostat, 2022).

Atualmente, com mais pessoas morrendo em função dos impactos das ondas de calor e com infraestruturas se deteriorando, algumas crises (como a da Ucrânia), estão piorando esta situação. Além disso, em comparação com o resto da Europa, os Balcãs Ocidentais são um ponto crítico de segurança climática devido à confluência de secas e vulnerabilidades políticas e socioeconômicas. Espera-se que o sudeste da Europa experimente um aumento de temperatura de 4°C até o final do século, juntamente com uma diminuição de 20 a 50% na precipitação e um aumento de 20% na seca. Essas mudanças do clima provavelmente resultarão em menor produção agrícola e danos consideráveis aos meios de subsistência. Por exemplo, na Moldávia, uma redução de 30% na produção agrícola já resultou na perda de 20% dos empregos do setor, causando uma grave recessão econômica e representando riscos significativos para a subsistência das pessoas (United Nations Development Programme, 2022).

Leituras suplementares



European Commission: Eurostat. (2022). Sustainable development in the European Union – 2022 edition. 380. <https://doi.org/10.2785/313289>

Romanello, M., Napoli, C. D., Drummond, P., Green, C., Kennard, H., Lampard, P., Scamman, D., Arnell, N., Ayeb-Karlsson, S., Ford, L. B., Belesova, K., Bowen, K., Cai, W., Callaghan, M., Campbell-Lendrum, D., Chambers, J., Daalen, K. R. van, Dalin, C., Dasandi, N., ... Costello, A. (2022). The 2022 report of the Lancet Countdown on health and climate change: Health at the mercy of fossil fuels. *The Lancet*, 400(10363), 1619–1654. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01540-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01540-9)

United Nations Development Programme, W. (2022, February 11). Climate change poses major security risks to Europe and Central Asia | United Nations Development Programme. UNDP. <https://www.undp.org/eurasia/blog/climate-security>

3.2. Pandemia COVID-19

Mesmo antes da pandemia de COVID-19, o mundo não estava no caminho certo para atingir as metas do ODS 1. Com a pandemia, os esforços da Agenda 2030 no combate à pobreza foram revertidos, com a pobreza extrema global aumentando em 2020 pela primeira vez desde 1998 (United Nations, 2022).

Para que o ODS 1 seja alcançado, os efeitos da pandemia precisam ser controlados e mais esforços são necessários na provisão de serviços básicos e no apoio a objetivos relacionadas, como segurança alimentar (ODS 2), educação (ODS 4), acesso à água e saneamento (ODS 6) (Fenner e Cernev, 2021). Em um estudo de cenários futuros, Moyer et al. (2022) indicam que, no caso mais otimista, as projeções de pobreza não diferem consideravelmente entre situações pandêmicas e não pandêmicas (enquanto no cenário mais pessimista faria com que mais 17 países não alcançassem o ODS 1); entretanto, isso exigiria melhorias na distribuição de renda, estratégias de recuperação bem planejadas e melhores sistemas de proteção social. As medidas políticas para estratégias de recuperação são fundamentais para evitar que os impactos da pandemia se tornem persistentes (Alkire et al, 2021).

3.2.1 Impacto da pandemia de COVID-19 na América Latina

A maioria dos países latino-americanos foi extremamente afetada pela crise da pandemia de COVID-19 em um contexto de baixo potencial de crescimento, altas desigualdades e crescente descontentamento social (OCDE, 2020). As empresas de menor porte – que



representam mais de 50% dos empregos da região – foram as que mais sofreram com os impactos econômicos, e uma parcela preocupante de trabalhadores não tiveram acesso a nenhum tipo de medida de proteção social. Embora o trabalho remoto tenha representado uma estratégia positiva para enfrentar os desafios do trabalho durante os bloqueios e em um contexto de contato físico reduzido, essa condição também agravou as desigualdades no contexto da pobreza, pois pessoas com menor renda per capita não têm ou têm acesso limitado à internet e condições tecnológicas para trabalhar e estudar remotamente.

Devido à pandemia, a América Latina e o Caribe estão entre as regiões com maior período de interrupção das aulas presenciais, fato que levou ao aumento da lacuna nas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades. Além disso, em dezembro de 2021, a região tinha o maior número de mortes relatadas por COVID-19 globalmente (representando quase um terço do total de mortes, enquanto a população da região representa 8,4% da população mundial). Nesse cenário, muitos países latino-americanos adotaram políticas fiscais e monetárias significativas para prevenir o contágio e apoiar as famílias, trabalhadores e empresas mais vulneráveis. No entanto, esses investimentos diminuíram em 2021 (CEPAL, 2022).

O relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) “Panorama Social da América Latina 2021” (traduzido do título original em inglês “Social Panorama of Latin America”), estimou que a região teve um aumento de quase cinco milhões no número de pessoas vivendo em extrema pobreza, passando de 13,1% da população em 2020 para 13,8% em 2021. Apesar da recuperação econômica desde 2021, a crise social continua afetando fortemente a América Latina, com taxas de pobreza acima dos níveis pré-pandemia e mais pessoas em situações de vulnerabilidade. O relatório também aponta para o aumento da desigualdade e do aumento do impacto da pandemia para os mais jovens, populações rurais e indígenas.

Leituras suplementares

- OECD (2020). COVID-19 na região da América Latina e Caribe: implicações sociais e econômicas e políticas prioritárias. <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-na-regiao-da-america-latina-e-caribe-implicacoes-sociais-e-economicas-e-politicas-prioritarias-433b9d11/>
- CEPAL (2022) Panorama Social da América Latina 2021, https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47808/S2100656_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Bargain, O., & Aminjonov, U. (2021). Poverty and COVID-19 in Africa and Latin America. *World development*, 142, 105422.



3.2.2 Impacto da pandemia COVID-19 na África

Como continente, a África, quando comparada com o resto do mundo, parece ter sido poupada do pior número absoluto de população que contraiu o Coronavírus. No entanto, o impacto econômico da pandemia terá um impacto duradouro e provavelmente negativo na maioria dos países da África no alcance do ODS 1 (Anyanwu e Salami, 2021). Os bloqueios e desacelerações generalizadas interromperam negativamente as atividades econômicas em todos os países do continente e isso, por sua vez, afetou negativamente a prestação de serviços básicos e meios de subsistência sustentáveis (United Nations, 2022).

Estima-se que o PIB per capita de África tenha diminuído 10% em termos nominais devido à pandemia em 2020 (African Development Bank, 2021). Tal contração resultaria na deterioração dos padrões de vida e, por sua vez, no aumento do número de pessoas vivendo em extrema pobreza, revertendo quaisquer ganhos recentes na redução da pobreza. Lakner et al. (2021) e o Banco Africano de Desenvolvimento (The African Development Bank, 2021) estimaram que no primeiro ano da pandemia cerca de 30 milhões de africanos passaram a viver em condições de pobreza e, desta forma, atrasaram o progresso dos continentes para alcançar o ODS 1 em pelo menos 3 anos. As mesmas referências estimaram que mais 39 milhões de africanos passariam a viver na pobreza extrema em 2021. Além disso, foi estimado o aumento da desigualdade (de renda e multidimensional) devido ao impacto desproporcional da pandemia em grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e trabalhadores pouco qualificados do setor informal.

Leituras suplementares

- Anyanwu, J. and Salami, O. 2021. The impact of COVID-19 on African economies: An introduction African Development Review. 33(Suppl. 1): S1–S16. Published online 2021 May 5. doi: [10.1111/1467-8268.12531](https://doi.org/10.1111/1467-8268.12531). Last accessed 31 October 2022
- United Nations. 2022. Economic Report on Africa 2021. Addressing Poverty and Vulnerability in Africa during the Covid-19 Pandemic. United Nations. Addis Ababa, Ethiopia. <https://reliefweb.int/report/world/economic-report-africaera-2021-addressing-poverty-and-vulnerability-africa-during-covid-19-pandemic> Last accessed 31 October 2022.

3.2.3 Impacto da pandemia COVID-19 na Europa

As conquistas em relação aos ODS na União Europeia (UE) eram desiguais antes da pandemia. De acordo com o Eurostat (2022), a pandemia é um desafio considerável para o progresso da Agenda 2030 e dos ODS para a UE e globalmente. Embora os dados anuais usados no relatório de monitoramento dos ODS da UE até agora reflitam apenas parcialmente



os impactos da pandemia, os dados de curto prazo publicados no European Statistical Recovery Dashboard fornecem uma imagem mais detalhada de como o COVID-19 e as medidas de contingência relacionadas estão afetando a UE nas suas tentativas de alcançar os ODS.

O aumento da mortalidade e as implicações da COVID-19 para a saúde são as consequências negativas mais óbvias da pandemia, enquanto o grau de impacto social ainda é incerto. Segundo Fetting (2020), a resposta da Europa à pandemia pode ser vista por meio de cinco pontos numa lógica de recuperação verde. Primeiro, os países da UE parecem organizar sua resposta na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em segundo lugar, as respostas à pandemia incluíram um maior grau de coerência política, refletido no aumento da interação e coordenação interministerial em nível nacional e uma interação mais robusta na Comissão Europeia. Em terceiro lugar, vislumbrou-se uma recuperação verde, incluindo a perda de biodiversidade e as preocupações com a mudança climática, de acordo com o Green Deal. Em quarto lugar, a COVID-19 ofereceu uma janela de oportunidade para aprender e projetar novos sistemas e estruturas de governança com base em pareceres científicos e visando políticas baseadas em evidências. Finalmente, é aconselhável fortalecer a agenda multilateral para lidar com as crises globais, uma vez que a pandemia revelou que o tipo de resposta de base nacional não tinha força suficiente para lidar com sua evolução e era necessária uma maior coordenação global para enfrentar o problema.

As medidas de *lockdown* colocaram pressão adicional sobre grupos populacionais vulneráveis, afetando o mercado de trabalho. Os efeitos econômicos tiveram uma influência negativa, mas retornaram a um momento estável pouco antes da invasão russa na Ucrânia. Em contrapartida, a atividade econômica na União Europeia parece ter estabilizado após a perturbação causada pela pandemia de COVID-19. Além disso, alguns dos efeitos de longo prazo da pandemia na economia, no mercado de trabalho, na educação e na pobreza da União Europeia, bem como nas questões ambientais, ainda não foram vistos.

Segundo a EAPN (2021), a pandemia teve um impacto devastador nas diferentes sociedades e economias da Europa, especialmente nas pessoas socialmente excluídas e nos grupos vulneráveis.

3.3 Conflito

Conflitos nacionais e internacionais são grandes ameaças que causam crises humanitárias e choques econômicos e impedem o alcance dos ODS. Estima-se que os países afetados por conflitos tenham aproximadamente 85% da população mundial vivendo em extrema pobreza (Nações Unidas, 2021). Os conflitos tendem a aumentar os níveis de pobreza devido a uma série de impactos: danos à infraestrutura e à produção, interrupção de serviços básicos e redes sociais, instabilidade econômica, aumento da inflação e desemprego (Marks, 2016).



3.3.1 Impacto de conflitos na América Latina

Devido ao seu caráter primário-exportador, a economia da América Latina é considerada extremamente dependente dos preços internacionais e a região sente rapidamente os impactos das crises internacionais. Aliada a outras crises e ao cenário internacional de incertezas, a guerra na Ucrânia contribuiu para que os países latino-americanos enfrentassem desaceleração econômica e comercial, inflação e uma lenta e incompleta recuperação do mercado de trabalho, o que consequentemente pode levar ao aumento dos níveis de pobreza.

O relatório “Repercussões da guerra na Ucrânia na América Latina e no Caribe: como a região deve enfrentar esta nova crise?” (título traduzido do original em inglês: “Repercussions in Latin America and the Caribbean of the war in Ukraine: how should the region face this new crisis?”) publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2022) analisou os impactos econômicos e sociais da guerra na Ucrânia na região e ofereceu recomendações aos países sobre como enfrentá-los. O impacto da guerra afetou a região de forma desigual, com alguns países e setores severamente atingidos. Alguns impactos compartilhados incluem os baixos níveis de crescimento econômico, a queda do PIB per capita e o aumento da inflação.

Todos esses impactos implicam em efeitos severos e combinados sobre as taxas de pobreza, que deverão subir acima dos níveis de 2021. Em 2022, a incidência da pobreza na América Latina e no Caribe chegaria a 33,7% (1,6% a mais que o valor projetado para 2021), enquanto a pobreza extrema chegaria a 14,9% (1,1% a mais que em 2021) (CEPAL, 2022). Estes números representam mais um grande retrocesso no combate à pobreza desde o início da pandemia, predominantemente associado ao aumento dos preços dos alimentos.

O relatório reforça a necessidade de apoiar os setores mais pobres e priorizar a segurança alimentar. O comércio de alimentos e fertilizantes não deve ser restringido, o que aceleraria a inflação e seria ainda mais prejudicial para as comunidades mais pobres. Devem ser tomadas iniciativas para manter ou aumentar os subsídios alimentares, implementar acordos para conter os preços dos componentes das cestas básicas e reduzir ou eliminar as tarifas de importação de grãos e outros produtos básicos (CEPAL, 2022).

Olhando para as crises regionais na América Latina e no Caribe, alguns países estão enfrentando situações difíceis. Conflitos sociais podem ser vistos na Colômbia e no Chile; no Haiti, o crescimento da violência das gangues tem sido uma grande preocupação nos últimos anos, com uma grave crise de insegurança, enfraquecendo o poder do Estado e afirmando a autoridade de forma cada vez mais destrutiva. Na Venezuela, a crise política, a violência, a insegurança, as ameaças e a falta de alimentos, remédios e serviços essenciais fizeram com que mais de 6 milhões de venezuelanos fossem refugiados e migrantes em todo o mundo, a grande maioria em países da América Latina e do Caribe. Esta se tornou a segunda maior crise de deslocamento externo do mundo.



Leituras suplementares

- CEPAL (2022) Repercussions in Latin America and the Caribbean of the war in Ukraine: how should the region face this new crisis? https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47913/S2200418_en.pdf?sequence=3&isAllowed=y
- Mijares, V. M. (2022). The War in Ukraine and Latin America: Reluctant Support. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssolar-81478-2>
- Bárcena Ibarra, A. (2022). The economic and financial effects on Latin America and the Caribbean of the conflict between the Russian Federation and Ukraine. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/47832>
- Oxford Analytica (2022), "War will worsen Latin America poverty outlook in 2022", Expert Briefings. <https://doi.org/10.1108/OXAN-ES270642>

3.3.2 Impacto de conflitos na África

Existe uma estreita correlação entre as regiões de conflito (de 2015 a 2021) e os países mais pobres da África em 2021 (Figura 2). As razões para conflitos na região são geralmente duplas, ou seja, humanas ou induzidas pelo ambiente.

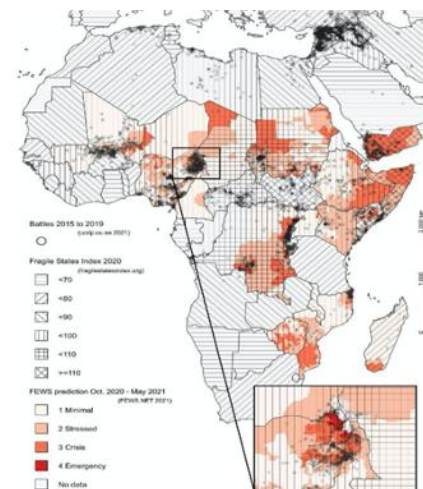
Figura 2: Zonas de conflito e países mais pobres da África e do mundo

Países mais pobres na África: 2021



Fonte: Benson (2021)

Zonas de conflito na África: 2015-2021



Fonte: Kemmerling et al. (2022)

Tabela 5: Dez países mais pobres do mundo em 2022

<i>Ranking Mundial - 10 países mais pobres do mundo</i>	<i>País</i>	<i>PIB (Paridade do Poder de Compra) US\$</i>
1	Burundi	856
2	South Sudan	928
3	Central African Republic	1,102
4	Democratic Republic of Congo	1,316
5	Somalia	1,322
6	Niger	1,435
7	Mozambique	1,439
8	Malawi	1,603
9	Chad	1,705
10	Madagascar	1,778

(Fonte: Ventura, 2022)

Nas zonas de conflito, as finanças do Estado são fortemente pressionadas à medida que as receitas diminuem e, geralmente, uma grande percentagem do PIB vai para a despesa com o conflito militar em detrimento do orçamento disponível para o desenvolvimento social e económico (Anyebe, 2016). Fang et al. (2020) descobriram que, em média, os países da África subsaariana que estiveram envolvidos em algum tipo de conflito refletiram um PIB per capita significativamente menor ao longo do tempo quando comparados a regiões que não sofreram nenhum conflito.

Deve-se notar que, em 2022, os 10 países mais pobres do mundo situavam-se todos na África (Tabela 5). Todos os países mais pobres (exceto Malawi) passaram por conflitos contínuos desde sua independência ou criação. É irônico que os 10 países mais pobres do mundo, abençoados com vastas riquezas naturais que poderiam potencialmente torná-los muito ricos, tenham níveis endêmicos de pobreza devido ao seguinte (Ventura, 2022):

- áreas controladas pelo governo e grupos de milícias persistem e ressurgem
- confrontos recorrentes entre forças do governo e grupos extremistas, como o grupo jihadista e Boko Haram, afiliado do Estado Islâmico (ISIS).
- instabilidade política por meio de golpes violentos e eleições disputadas.

Conflitos contínuos nesses países resultam em:

- corrupção endêmica
- falta de infraestrutura necessária para o desenvolvimento económico

- falta de acesso aos serviços de saúde para lidar com doenças endêmicas
- altos níveis de desemprego
- a falta de diversidade econômica e a contínua dependência econômica da agricultura de sequeiro que está comprometida não apenas pelo conflito, mas também pela variabilidade climática.

Todos os itens acima resultaram em altos níveis de pobreza na África e essa pobreza provavelmente persistirá nos próximos anos e, portanto, terá um impacto negativo na capacidade do continente de atingir as metas de pobreza zero até 2030.

Leituras suplementares

- Anyebe, A.A. 2016. Conflict and poverty in Africa. *International Journal of Economic and Business Review*. 4 (9). 5 – 12.
- Fang, X., Kothari, S., McLoughlin, C., and Yenice, M. 2020. The Economic Consequences of Conflict in Sub-Saharan Africa. *IMF Working Papers* <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/10/30/The-Economic-Consequences-of-Conflict-in-Sub-Saharan-Africa-49834> Last accessed 31 October 2022.
- Kemmerling, B., Schetter, C. and Wirkus, L., 2022. The logics of war and food (in) security, *Global Food Security*, 33, p.100634. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2022.100634>
- Ventura, L. 2022. Poorest Countries in the World: 2022. *Global Finance*, August 05, 2022. <https://www.gfmag.com/global-data/economic-data/the-poorest-countries-in-the-world> Last Accessed 31 October 2022.

3.3.3 Impacto de conflitos na Europa

Segundo o Banco Mundial (2022), a crise dos refugiados é a pior desde a Segunda Guerra Mundial, com mais de 4 milhões de refugiados. Estima-se que mais 6,5 milhões de pessoas estejam deslocadas internamente na Ucrânia, com cerca de um terço da população total necessitando de assistência humanitária de emergência. As crianças foram particularmente afetadas. Uma primeira avaliação mostra que a taxa de pobreza (US\$ 5,50 por dia) na Ucrânia aumentará de 1,8% em 2021 para 19,8% em 2022 - ou até mais, dependendo da evolução da guerra. Além disso, 40 milhões de pessoas cairiam na pobreza extrema (US\$ 2,15 por dia). Para o resto da Europa, os efeitos econômicos não deverão ser tão negativos como a recessão desencadeada pela COVID-19. Zakeri et al. (2022) argumentam que tanto a pandemia quanto a guerra na Ucrânia implicaram em oportunidades para transições energéticas de baixo carbono;



no entanto, a Europa provavelmente não aproveita estas oportunidades. Por um lado, a COVID-19 mostrou o potencial para mudança de estilo de vida e comportamento e o papel do aconselhamento político baseado na ciência. Por outro lado, a diversificação energética e a dependência de fontes de energia locais e renováveis parecem ser o caminho certo, após a escalada da guerra na Ucrânia. Zakeri et al. sugerem que a UE está procurando soluções baseadas em outras fontes de combustível fóssil, em vez de mudar para alternativas ecológicas.

Pereira et al. (2022) relatam que a guerra afetou o desemprego. Mais de cinco milhões de pessoas perderam seus empregos na Ucrânia, e outros países da Europa já relataram aumento do desemprego, principalmente a Alemanha. Além disso, a guerra aumentou drasticamente a inflação, particularmente alta nos preços dos alimentos (a FAO relata um aumento nos preços dos alimentos de 33,6% entre março de 2021 e 2022). Usando cálculos da ONU, os autores destacam que a guerra pode empurrar 1,7 bilhão de pessoas para a pobreza.

Assessment

3. Overview of global crisis that have negatively impacted on the achievement of No Poverty

- Name at least 3 global crisis that affect the achievement of the targets of SDG 1.

3.1 Climate Change

- How has climate change negatively impacted the progress around ending poverty?
- How these impacts are perceived in your region?

3.2 COVID-19

- What are the effects of the COVID-19 pandemic on the targets of SDG 1?
- How these effects are perceived in your region?

3.3 Conflict

- Explain how conflicts negatively impact the efforts to end poverty.
- How these impacts are perceived in your region?

References

African Development Bank (2021). African Economic Outlook 2021—from debt resolution to growth: The road ahead for Africa. African Development Bank, Abidjan.

Alkire, S., Nogales, R., Quinn, N. N., & Suppa, N. (2021). Global multidimensional poverty and COVID-19: A decade of progress at risk?. *Social Science & Medicine*, 291, 114457.

Anyebe, A.A. (2016). Conflict and poverty in Africa. *International Journal of Economic and Business Review*. 4 (9). 5 – 12.

Anyanwu, J. and Salami, O. (2021). The impact of COVID-19 on African economies: An introduction *African Development Review*. 33(Suppl 1): S1–S16. Published online 2021 May 5. doi: 10.1111/1467-8268.12531. Last accessed 31 October 2022

Benson, E.A. (2021). These are Africa's' 10 poorest countries in 2021. *Business Insider Africa*, 21 December 2021. <https://africa.businessinsider.com/local/lifestyle/top-10-poorest-countries-in-africa-in-2021/qrsbhj9> Last accessed 31 October 2022.

Birkmann, J., E. Liwenga, R. Pandey, E. Boyd, R. Djalante, F. Gemenne, W. Leal Filho, P.F. Pinho, L. Stringer, and D. Wrathall, 2022: Poverty, Livelihoods and Sustainable Development. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 1171–1274, doi:10.1017/9781009325844.010.

Chukwuemeka, E.S. (2022). Poverty in Africa: Causes, Effects and Solutions. <https://bscholarly.com/poverty-in-africa/>. Last accessed 31 October 2022

Donnenfeld, Z. (2020). What is the future of poverty in Africa. *Daily Maverick*. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2020-03-02-what-is-the-future-of-poverty-in-africa/> . Last accessed 31 October 2022

Fang, X., Kothari, S., McLoughlin, C., and Yenice, M. (2020). The Economic Consequences of Conflict in Sub-Saharan Africa. *IMF Working Papers* <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/10/30/The-Economic-Consequences-of-Conflict-in-Sub-Saharan-Africa-49834> Last accessed 31 October 2022

Fenner, R., & Cernev, T. (2021). The implications of the Covid-19 pandemic for delivering the Sustainable Development Goals. *Futures*, 128, 102726.

Haider, H. (2020). The bottom billion in Africa: Poverty trends and forecasts. K4D Helpdesk Report 922. Brighton, UK: Institute of Development Studies.

Hallegatte, S., & Walsh, B. (2020). COVID, climate change and poverty: Avoiding the worst impacts. *World Bank*. October, 7. <https://blogs.worldbank.org/climatechange/covid-climate-change-and-poverty-avoiding-worst-impacts>



Hallegatte, S., & Rozenberg, J. (2017). Climate change through a poverty lens. *Nature Climate Change*, 7(4), 250-256.

Hamel, K. Tong, B. Hofer, M. (2019). Poverty in Africa is now falling, but not fast enough. Brookings. <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2019/03/28/poverty-in-africa-is-now-falling-but-not-fast-enough/> Last accessed 31 October 2022

Kemmerling, B., Schetter, C. and Wirkus, L. (2022). The logics of war and food (in) security, *Global Food Security*, 33, p.100634. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2022.100634>

Jafino, B. A., Walsh, B., Rozenberg, J., & Hallegatte, S. (2020). Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030. Policy Research Working Paper; No. 9417. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34555> License: CC BY 3.0 IGO.

Lakner, C., Yonzan, N., Mahler, D. G., Aguilar, R. A. C., & Wu, H. (2021). Updated estimates of the impact of COVID-19 on global poverty: Looking back at 2020 and the Outlook for 2021. 11 January 2021. Washington, DC: World Bank. https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook-2021?cid=ECR_E_NewsletterWeekly_EN_EXT%26deliveryName=DM90562 Last accessed 31 October 2022.

Marks, Z. (2016). Poverty and conflict. GSDRC. Professional Development Reading Pack No. 52. https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5980670a40f0b61e4b00003e/Poverty-and-conflict_RP.pdf

Moyer, J. D., Verhagen, W., Mapes, B., Bohl, D. K., Xiong, Y., Yang, V., ... & Hughes, B. B. (2022). How many people is the COVID-19 pandemic pushing into poverty? A long-term forecast to 2050 with alternative scenarios. *Plos one*, 17(7), e0270846.

Serdeczny, O., Adams, S., Baarsch, F., Coumou, D., Robinson, A., Hare, W., ... & Reinhardt, J. (2017). Climate change impacts in Sub-Saharan Africa: from physical changes to their social repercussions. *Regional Environmental Change*, 17(6), 1585-1600. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-015-0910-2> Last accessed 31 October 2022.

UNCTAD (2021). Economic Development in Africa Report 2021 Reaping the potential benefits of the African Continental Free Trade Area for inclusive growth. UNCTAD. <https://unctad.org/webflyer/economic-development-africa-report-2021> Last accessed 31 October 2022



United Nations Economic Commission for Africa. (2022) Africa sustainable development report 2021: is Africa on track to achieve the Sustainable Development Goals by 2030?. Addis Ababa. <https://hdl.handle.net/10855/48607> Last accessed 31 October 2022

United Nations (2022). Economic Report on Africa 2021. Addressing Poverty and Vulnerability in Africa during the Covid-19 Pandemic. United Nations. Addis Ababa, Ethiopia. <https://reliefweb.int/report/world/economic-report-africaera-2021-addressing-poverty-and-vulnerability-africa-during-covid-19-pandemic> Last accessed 31 October 2022

Ventura, L. (2022). Poorest Countries in the World: 2022. Global Finance, August 05, 2022. <https://www.gfmag.com/global-data/economic-data/the-poorest-countries-in-the-world> Last Accessed 31 October 2022.

European Commission: Eurostat. (2022). Sustainable development in the European Union – 2022 edition. 380. <https://doi.org/10.2785/313289>

Romanello, M., Napoli, C. D., Drummond, P., Green, C., Kennard, H., Lampard, P., Scamman, D., Arnell, N., Ayeb-Karlsson, S., Ford, L. B., Belesova, K., Bowen, K., Cai, W., Callaghan, M., Campbell-Lendrum, D., Chambers, J., Daalen, K. R. van, Dalin, C., Dasandi, N., ... Costello, A. (2022). The 2022 report of the Lancet Countdown on health and climate change: Health at the mercy of fossil fuels. *The Lancet*, 400(10363), 1619–1654. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01540-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01540-9)

United Nations Development Programme, W. (2022, February 11). Climate change poses major security risks to Europe and Central Asia | United Nations Development Programme. UNDP. <https://www.undp.org/eurasia/blog/climate-security>

United Nations (2021) The attainment of SDGs in conflict-affected countries in the Arab Region 2021. https://www.unescwa.org/sites/default/files/news/docs/sdg_report_summary_en.pdf

United Nations (2022). Goal 1: End poverty in all its forms everywhere. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/>. Last accessed: 07 Oct. 2022.

World Bank (2022). “War in the Region” Europe and Central Asia Economic Update (Spring), Washington, DC: World Bank. Doi: 10.1596/978-1-4648-1866-0

Zakeri, B., Paulavets, K., Barreto-Gomez, L., Echeverri, L. G., Pachauri, S., Boza-Kiss, B., Zimm, C., Rogelj, J., Creutzig, F., Ürge-Vorsatz, D., Victor, D. G., Bazilian, M. D., Fritz, S., Gielen, D., McCollum, D. L., Srivastava, L., Hunt, J. D., & Pouya, S. (2022). Pandemic, War, and Global Energy Transitions. *Energies*, 15(17), 6114. <https://doi.org/10.3390/en15176114>



WMO (2022). State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2021, <https://public.wmo.int/en/media/press-release/wmo-issues-report-state-of-climate-latin-america-and-caribbean>

4. Contextos Regionais/Progresso em direção ao alcance do ODS 1

Os professores serão capacitados para:

- desenvolver uma compreensão das diferenças regionais para alcançar o ODS 1.
- entender os vários fatores que impactam negativamente no alcance das metas do ODS 1.

O início da Década de Ação – que deveria ser dedicada a acelerar soluções para atender a Agenda 2030 e alcançar um mundo mais sustentável de 2020 a 2030 – acabou começando com uma pandemia global. Mesmo antes dos impactos devastadores da disseminação do Coronavírus pelo mundo, as Nações Unidas já alertavam que os esforços globais não estavam sendo suficientes para realizar a mudança necessária. No entanto, relatórios anteriores apontavam progressos e tendências positivas em áreas importantes.

Nos primeiros 5 anos de implementação dos ODS, alguns aspectos melhoraram consideravelmente. A proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza continuou diminuindo, atingindo 8,6% em 2018, em relação a 16,0% em 2010 e 36,0% em 1990, com progresso especial na Ásia Oriental e na África do Sul.

Desde o início da pandemia, no entanto, o progresso em relação aos ODS foi negativo. O primeiro retrocesso, óbvio, é visto nos indicadores de saúde. Muitos investimentos tiveram que ser redirecionados para o combate à pandemia, interrompendo outros serviços essenciais de saúde. A crise econômica que logo se seguiu ao surto de coronavírus agravou os problemas de desemprego, desigualdade e pobreza. Todos os países tiveram que ajustar suas prioridades, e os investimentos relacionados ao meio ambiente e ao clima ficaram para trás.

Os impactos da pandemia de COVID-19 fizeram com que as taxas de pobreza extrema aumentassem pela primeira vez em mais de 20 anos. Atualmente, o ODS 1 é apresentado como um dos objetivos que teve maior impacto negativo e retrocesso no seu progresso. Os dados mostram que entre 75 milhões a 90 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza extrema nos últimos anos devido à combinação dos impactos da pandemia e da guerra na Ucrânia. Os sistemas de proteção social têm se mostrado essenciais para prevenir impactos mais graves e promover uma recuperação mais rápida, mas isso ainda é um desafio, principalmente em países de média e baixa renda.



4.1 Progresso Regional na América Latina

A América Latina e o Caribe estão observando uma melhoria na disponibilidade e no acesso de dados que relatam o progresso da Agenda 2030. No entanto, algumas metas e indicadores ainda precisam de informações e são necessários maiores esforços em termos de relatórios e monitoramento.

Os dados do último relatório da CEPAL (2022) sobre avanços e desafios regionais 'Uma década de ação para uma mudança de era' apontam para um progresso insuficiente em 68% das 111 metas para alcançar os ODS até 2030. Especificamente, sobre o ODS 1, o relatório indica que nenhuma das metas de Erradicação da Pobreza está dentro da categoria 'provável de ser alcançada na tendência atual', e a meta 1.2 é considerada uma tendência de afastamento do resultado esperado. Todas as outras metas de redução da pobreza estão na direção certa, mas com progresso lento.

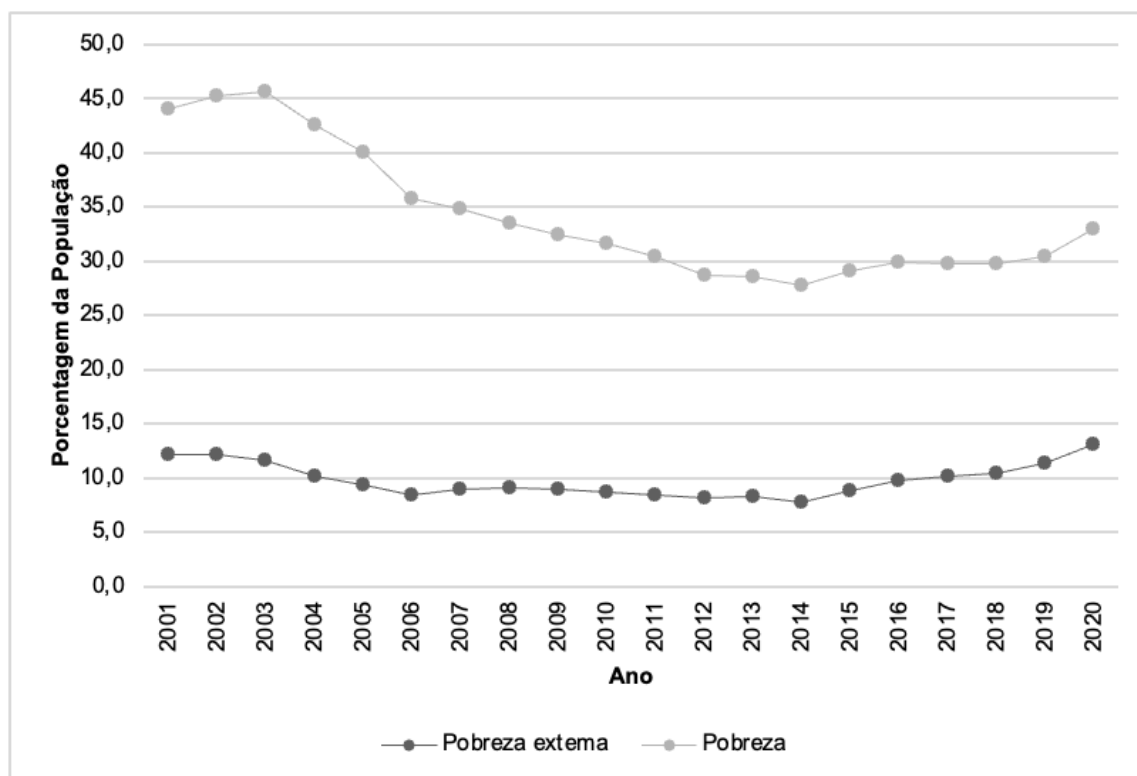
A pobreza diminuiu ligeiramente entre 2020 e 2021 de 33,0% para 32,1% (após um aumento de 2,5% entre 2019 e 2020). Por outro lado, a pobreza extrema continuou aumentando pelo sexto ano consecutivo em todos os países com informações disponíveis, passando de 11,4% em 2019 para 13,8% em 2021. Em 2021, 202 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe estavam vivendo na pobreza (representando um terço da população, ou seja, 32,4%) (Figura 3). Dessas, 87 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza extrema. Argentina, Colômbia e Peru são os países com maiores aumentos na pobreza, e as faixas etárias mais afetadas são a população de 0 a 14 anos, os indígenas e negros (United Nations, 2022).

Em relação aos sistemas e medidas de proteção social na região, 56% da população está coberta por pelo menos um benefício de proteção social. Entre estes benefícios figuram os auxílios pecuniários (que cobrem 36% da população vulnerável), pensões (75% da população acima da idade legal) e auxílio maternidade (30% das mulheres com filhos recém-nascidos).

Nos últimos 20 anos, a porcentagem de pessoas com acesso a recursos básicos como água e saneamento aumentou na América Latina. O maior progresso ocorreu na América Central (com a porcentagem de pessoas que utilizam serviços de água potável subindo de 89% em 2000 para 98% em 2020). Na América Latina como um todo, a porcentagem da população que utiliza os serviços básicos de água potável em 2020 foi de 97% (um aumento de 6% em relação aos valores de 2000).

Os dados sobre a redução da vulnerabilidade aos riscos climáticos e outros desastres (meta 1.5) ainda não estão disponíveis para esta região, assim como dados de estratégias e ações políticas em prol dos pobres e sensíveis ao gênero (meta 1.b).

Figura 3: População vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza na América Latina (2001 – 2020)



Fonte: Autores baseado em CEPAL (2022)

Finalmente, a "mobilização de recursos para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões", conforme afirma a meta 1.a, mostra uma tendência insatisfatória desde 2000. Os subsídios em assistência para a redução da pobreza diminuíram na América Latina e Caribe. Em toda a região essa redução representou 64%.

Todos esses dados mostram a importância do ODS 1 para esta região e a necessidade de continuar trabalhando para alcançá-lo.

4.2 Progresso Regional na África

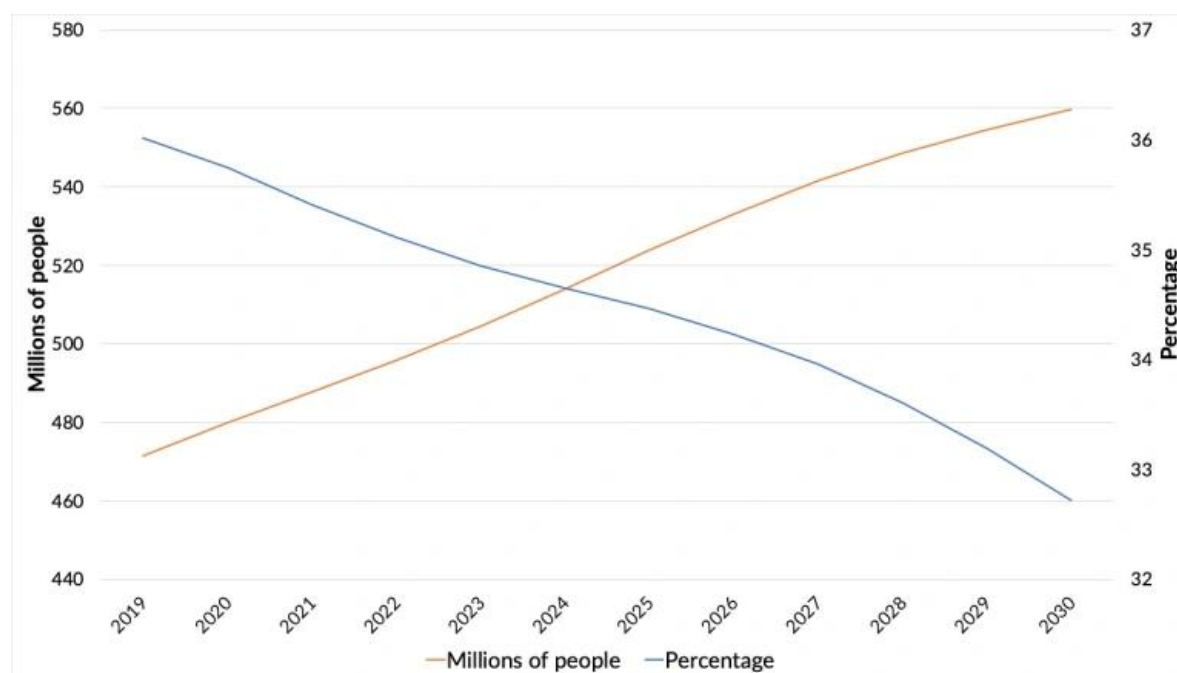
As projeções dos níveis globais de pobreza até 2030 mostram que a maioria dos países do mundo que não serão capazes de alcançar o ODS 1 estarão localizados no continente africano (Donnenfeld, 2020). Em 2022, cerca de 460 milhões dos estimados 1,4 bilhão de pessoas na África viviam abaixo da linha de extrema pobreza de US\$ 2,15 por dia (Saleh, 2022). Atualmente, 40% das pessoas localizadas na África vivem com menos de US\$ 2,15 por dia e, quando comparadas com a próxima região mais pobre do mundo (Sul da Ásia), as pessoas na África subsaariana têm duas vezes mais chances de viver na pobreza (Nações Unidas, 2022). De forma

alarmante, 12% da população global que vive em extrema pobreza está na Nigéria, com mais 10% da população global que vive em extrema pobreza vivendo na República Democrática do Congo (Saleh, 2022).

Em termos da percentagem da população global que vive na pobreza, houve um progresso marginal entre 2015 e 2020, onde o primeiro representava 70% e o segundo cerca de 60% da população global que vive na pobreza proveniente de África (Hamel et al., 2019). Donnefeld (2020) especula que, embora tenha havido um aumento no número de africanos que conseguiram escapar da pobreza durante aquele período de cinco anos, isso provavelmente poderia ser atribuído à melhoria da economia global (UNCTAD, 2021). Infelizmente, é improvável que essa tendência positiva se sustente devido à desaceleração global relacionada à recente pandemia e à atual guerra na Ucrânia.

Prevê-se que globalmente a percentagem da população africana que vive na pobreza diminuirá 5% entre 2015 e 2030, e espera-se que o número absoluto de pessoas que vivem na pobreza duplique (de 270 milhões para 550 milhões). Esta tendência é atribuída ao rápido crescimento populacional que se verifica em África (Figura 4).

Figura 4: Estimativa da percentagem versus número absoluto da população da África que viverá na pobreza em 2030



Fonte: Donnefeld (2020)

Na próxima década, os seguintes aspectos provavelmente limitarão a capacidade dos continentes de alcançar o ODS 1 (Chukwuemeka , 2022):

- Má governança e altos índices de corrupção;
- Falta de oportunidades de formulação de políticas para as massas desfavorecidas;
- Falta de instituições eficazes que foram estabelecidas para a erradicação da pobreza;
- Educação inadequada, especialmente das crianças do sexo feminino;
- Desastres naturais, ligados à mudança e variabilidade do clima;
- Serviços de saúde ruins;
- Guerras civis e outros conflitos;
- Superpopulação;
- Infraestrutura agrícola insustentável.

Os aspectos listados acima têm ligações diretas e indiretas com os 16 ODS restantes, e o fracasso do continente africano em avançar e reverter a armadilha da pobreza afetará negativamente a conquista do desenvolvimento sustentável até 2030.

Leituras Suplementares

- Why is Africa Still So Poor? <https://youtu.be/TW46xDXNO3Q>
- Haider, H. 2020. The bottom billion in Africa: Poverty trends and forecasts. K4D Helpdesk Report 922. Brighton, UK: Institute of Development Studies.
- United Nations. Economic Commission for Africa (2022). Africa sustainable development report 2021: is Africa on track to achieve the Sustainable Development Goals by 2030?. Addis Ababa. <https://hdl.handle.net/10855/48607> Last accessed 31 October 2022

4.3 Progresso regional na Europa

O progresso geral na implementação do ODS 1 na Europa é positivo, embora algumas áreas e países ainda enfrentem desafios. Em geral, a pobreza multidimensional diminuiu entre 2015 e 2020, enquanto a pobreza de renda e a grave privação material e social afetaram menos pessoas. Além disto, para as famílias com condições limitadas ou precárias de emprego, houve uma diminuição do risco de pobreza ou exclusão social, sobrecarga com custos de habitação e privação severa de habitação. Ou seja, houve avanços significativos na maioria dos aspectos da pobreza.

Há uma divisão nada surpreendente entre os países e regiões em relação à profundidade do progresso. Uma das diferenças significativas é a localização dos ODS. Segundo Ciambra

(2021), existem três clusters pioneiros: o espanhol, o finlandês e o alemão. Ciambra destaca que é nos países e regiões mais ricos que a institucionalização dos ODS está mais avançada nos cenários locais. Este fato sugere que mais esforços devem ser colocados em promover áreas menos desenvolvidas para a implementação local dos ODS, particularmente vendo as vantagens de ter sistemas complexos de planejamento de desenvolvimento com integração multinível e multistakeholder (veja os casos da cidade de Ghent em Estudos de Caso para um exemplo sobre o ODS 1).

No entanto, estudos como o de Hametner e Kostetckaia (2020) mostram que os países do sul e leste da Europa com pontuação mais baixa nos índices existentes apresentam um progresso mais robusto em relação aos ODS, enquanto os países líderes em sustentabilidade (por exemplo, os nórdicos) têm pouco progresso adicional. Hametner e Kostetckaia (2020) calcularam pontuações de progresso de curto (5 anos) e longo (15 anos) prazos para países europeus. Em relação ao ODS 1, os resultados mostram que, no curto prazo, os países com maior progresso foram a República Tcheca (4,12), Croácia (3,47) e Romênia (3,26), enquanto os com pior desempenho foram Holanda (-2,89), Luxemburgo (-2,59) e Dinamarca (-1,65); a média da Europa foi de 2,0. A longo prazo, os países com maior progresso foram a Polônia (4,05), a República Checa (3,60) e a Romênia (3,07), enquanto os piores classificados foram a Suécia (-3,52), a Itália (-2,96) e Luxemburgo (-2,21); a média da Europa foi de 1,20.

Outro desafio destacado por Ciambra (2021) é que os indicadores locais (dentro dos Relatórios Nacionais Voluntários) têm baixa comparabilidade com o Manual Europeu (Siragusa et al., 2020), variando entre 5% e 35%. Esses números representam um desafio significativo para a comparabilidade. Também é possível afirmar que as informações e relatórios locais são construídos sobre relatórios voluntários, nacional e localmente. Isso representa uma conquista e um desafio. A conquista é que os países estão coordenando esforços para implementar e relatar. O desafio é que os governos valorizem o lado positivo e minimizem o negativo dos indicadores sem bons resultados.

Segundo o Eurostat (2022), ao olhar para a pobreza multidimensional, as pessoas em risco de pobreza ou exclusão social eram 96,6 milhões de pessoas em 2020 (21,9% da população da UE) e 104,9 milhões de pessoas em 2015 (ou 24,0% da população), apresentando uma queda de 8,0%. Crianças e jovens são particularmente afetados. Em relação à pobreza de rendimentos, 75,2 milhões de pessoas foram afetadas em 2020 (17,1% da população), enquanto 29,3 milhões de pessoas (6,8% da população da UE) sofreram privações materiais e sociais graves. Além disso, a intensidade de trabalho muito baixa afetou 27,0 milhões de pessoas com menos de 65 anos (equivalente a 8,2% da população). Além disso, 28,8 milhões de pessoas (29,9%) foram afetadas por mais de uma dimensão da pobreza e 6,3 milhões (6,5%) foram afetadas pelas três formas.

Quem são os mais afetados? É mais provável que a pobreza afete pessoas desempregadas, migrantes, deficientes ou com menor nível educacional. Por exemplo, enquadram-se na categoria de taxa de risco de pobreza ou exclusão social 66,2% dos



desempregados, 47,9% dos cidadãos não europeus que vivem na UE (em contraste, 19,9% das pessoas nesta categoria tem país de origem na UE), e 40,8 % dos adultos nascidos em países não pertencentes à UE. A percentagem de pessoas com deficiência grave em risco (34,6 %) e pessoas com baixo nível de escolaridade em risco (34,7 %) também foram significativas. Por último, embora poucas pessoas enfrentem privações habitacionais graves na UE, os custos da habitação ainda sobrecarregam as pessoas. Em 2020, 38,4% das pessoas abaixo do limiar de pobreza gastaram 40% ou mais do rendimento disponível familiar em habitação, em comparação com apenas 4,2% das pessoas com rendimento acima do limiar de pobreza. Além disso, as pessoas relatam necessidades de cuidados médicos não atendidas, sendo os custos a principal barreira.

Avaliação

4. Progresso para alcançar o Fim da Pobreza até 2030.

Como seu padrão de vida atual afeta o alcance das metas do ODS1?

4.1 Progresso regional na América Latina

Na sua opinião, os países da América Latina conseguirão atingir as metas do ODS 1 até 2030?

Quais são os principais obstáculos para alcançar o ODS 1 em sua região/país?

4.2 Progresso regional na África

Na sua opinião, os países da África conseguirão atingir as metas do ODS 1 até 2030?

Argumente sua resposta.

4.3 Progresso regional na Europa

Na sua opinião, os países da Europa conseguirão atingir as metas do ODS 1 até 2030?

Argumente sua resposta.

Referencias

Saleh, M. (2022). Extreme poverty as share of global population in Africa 2022, by country. Statista. <https://www.statista.com/topics/7928/demographics-of-africa/#dossierKeyfigures>. Last accessed 31 October 2022.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2022). A decade of action for a change of era: Fifth report on regional progress and challenges in relation to the 2030 Agenda for Sustainable Development in Latin America and the Caribbean (LC/FDS.5/3), Santiago.

Ben Hassen, T., & El Bilali, H. (2022). Impacts of the Russia-Ukraine War on Global Food Security: Towards More Sustainable and Resilient Food Systems? *Foods*, 11(15), 2301. <https://doi.org/10.3390/foods11152301>

Borodchuk, N., & Cherenko, L. (2020). Fighting COVID-19 in Ukraine: Initial estimates of the impact on poverty (p. 8). Unicef. <https://www.unicef.org/ukraine/en/reports/fighting-covid-19-ukraine-initial-estimates-impact-poverty>

Bogevska, Z., Berjan, S., Capone, R., Debs, P., El Bilali, H., Bottalico, F., Davitkovska, M. (2020). Household food wastage in North Macedonia. *Agriculture and Forestry*, 66 (2): 125-135. DOI: 10.17707/AgricultForest.66.2.12

Ciambra, A. (2021a). Regional indicators for the Sustainable Development Goals: An analysis based on the cases of the Basque Country, Navarre and Flanders. (P. Siragusa & P. Proietti, Eds.). Publications Office of the European Union. doi: 10.2760/9692

Ciambra, A. (2021b). European SDG Voluntary Local Reviews: A comparative analysis of local indicators and data, In Siragusa, A. and Proietti, P. editor(s), Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2021, doi:10.2760/9692

Cling, J.-P., Eghbal-Teherani, S., Orzoni, M., & Plateau, C. (2020). The interlinkages between the SDG indicators and the differentiation between EU countries: It is (mainly) the economy! *Statistical Journal of the IAOS*, 36(2), 455–470. <https://doi.org/10.3233/SJI-190507>

Costa, J., Cancela, D., & Reis, J. (2021). Neverland or Tomorrowland? Addressing (In)compatibility among the SDG Pillars in Europe. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(22), 11858. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211858>

EAPN (2021). Working towards a Socially Inclusive and Poverty-proof Recovery from the COVID-19 Pandemic. EAPN Assessment of the Annual Sustainable Growth Strategy 2021 and Proposal for a Joint Employment Report 2021. <https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2021/02/EAPN-EAPN-Assessment-ASGS-JER-2021-Finaal-4970.pdf>

Eurostat. (2022b). Sustainable development in the European Union: Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context: 2022 edition. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2785/313289>

European Commission. Eurostat. (2022a). Sustainable development in the European Union: Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context: 2022 edition. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2785/313289>

European Commission. Eurostat. (2022a). Sustainable development in the European Union: Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context: 2022 edition. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2785/313289>



Graça, P. Gregório, M. J., & Freitas, M. da G. (2020). A Decade of Food and Nutrition Policy in Portugal (2010–2020) *Portuguese Journal of Public Health* 38: 94–118. DOI: 10.1159/000510566

Firoiu, D., Ionescu, G. H., Băndoi, A., Florea, N. M., & Jianu, E. (2019). Achieving Sustainable Development Goals (SDG): Implementation of the 2030 Agenda in Romania. *Sustainability*, 11(7), 2156. <https://doi.org/10.3390/su11072156>

Fetting, C. (2020). Impacts of the Covid-19 Pandemic on Sustainable Development and the SDGs in Europe (ESDN Report, p. 26). European Sustainable Development Network (ESDN). https://www.esdn.eu/fileadmin/ESDN_Reports/ESDN_Report_July_2020.pdf

Galli, A., Đurović, G., Hanscom, L., & Knežević, J. (2018). Think globally, act locally: Implementing the sustainable development goals in Montenegro. *Environmental Science & Policy*, 84, 159–169. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.03.012>

Gottenhuber, S., & Mulholland, E. (2019). The Implementation of the 2030 Agenda and SDGs at the National Level in Europe – Taking stock of governance mechanisms (No. 5; ESDN Quarterly Report, p. 48). ESDN Office.

Hametner, M., & Kostetckaia, M. (2020). Frontrunners and laggards: How fast are the EU member states progressing towards the sustainable development goals? *Ecological Economics*, 177, 106775. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106775>

Hidalgo Simón, A. (2021b). SDG localisation and multi-level governance: Lessons from the Basque country. (P. Siragusa & P. Proietti, Eds.). Publications Office of the European Union. doi: 10.2760/20519

Kulinich, T., Yakimenko-Tereschenko, N., Melnyk, A., Vasina, A., & Adamyk, V. (2021). Challenges and Prospects of Applying the Paradigm of Sustainable Development to the Eastern Europe Economy. *WSEAS TRANSACTIONS ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 17, 929–940. <https://doi.org/10.37394/232015.2021.17.86>

Malgesini, Gabriela (2020). The impact of Covid 19 on people experiencing poverty and vulnerability: Rebuilding Europe with a social heart.

Ministry of Health, M., Schmoll, O., Shinee, E., Brajovic, M., Menne, B., Zambon, F., & Nemer, L. (2020). Montenegro makes important strides towards achievement of the SDGs. *European Journal of Public Health*, 30(Supplement_1), i43–i44. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa030>

Moczek, N., Voigt-Heucke, S. L., Mortega, K. G., Fabó Cartas, C., & Knobloch, J. (2021). A Self-Assessment of European Citizen Science Projects on Their Contribution to the UN Sustainable Development Goals (SDGs). *Sustainability*, 13(4), 1774. <https://doi.org/10.3390/su13041774>



Mulholland, E. (2019). Communicating Sustainable Development and the SDGs in Europe: Good practice examples from policy, academia, NGOs, and media (No. 51; ESDN Quarterly Report, p. 22). ESDN Office

Mulholland, E. (2018). The Implementation of the 2030 Agenda and the SDGs in Europe: Overview and Updates (No. 49; ESDN Quarterly Report, p. 77). ESDN Office.

OECD. (2020). A territorial approach to the Sustainable Development Goals. <https://doi.org/10.1787/ba1e177den>

Ogbebor, P. O., & Acheampong, T. Y. (2021). Economic implications of COVID-19 on food security in Hungary. Unpublished manuscript. https://www.researchgate.net/publication/350529540_Economic_implications_of_COVID-19_on_food_security_in_Hungary

Osendarp, S., Verburg, G., Bhutta, Z., Black, R. E., de Pee, S., Fabrizio, C., Headey, D., Heidkamp, R., Laborde, D., & Ruel, M. T. (2022). Act now before Ukraine war plunges millions into malnutrition. *Nature*, 604(7907), 620–624. <https://doi.org/10.1038/d41586-022-01076-5>

Pereira, P. Zhao, W., Symochko, L., Inacio, M., Bogunovic, I., Barcelo, D. (2022). The Russian-Ukrainian armed conflict will push back the sustainable development goals. *Geography and Sustainability* 3, 277–287. <https://doi.org/10.1016/j.geosus.2022.09.003>

Petrevska Nechkoska, R., Bogdanoska Jovanovska, M., & Kostoska, O. (2021). Food Banks Systems Across Western Balkans During The Coronavirus Pandemic. 166–174. http://ibaness.org/conferences/istanbul_2021/ibaness_istanbul_proceedings_draft_1.pdf

Resce, G., & Schiltz, F. (2021). Sustainable Development in Europe: A Multicriteria Decision Analysis. *Review of Income and Wealth*, 67(2), 509–529. <https://doi.org/10.1111/roiw.12475>

Ricciolini, E., Rocchi, L., Cardinali, M., Paolotti, L., Ruiz, F., Cabello, J. M., & Boggia, A. (2022). Assessing Progress Towards SDGs Implementation Using Multiple Reference Point Based Multicriteria Methods: The Case Study of the European Countries. *Social Indicators Research*, 162(3), 1233–1260. <https://doi.org/10.1007/s11205-022-02886-w>

Scown MW, Nicholas KA (2020). European agricultural policy requires a stronger performance framework to achieve the Sustainable Development Goals. *Global Sustainability* 3, e11, 1–11. <https://doi.org/10.1017/sus.2020.5>

Scown, M., Brady, M., Nicholas, K. (2020). Billions in Misspent EU Agricultural Subsidies Could Support the Sustainable Development Goals. *One Earth* 3, 237–250, <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2020.07.011>



Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., & Woelm, F. (2022). Sustainable Development Report 2022 (1st ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009210058>

Semenenko, I., Halhash, R., & Ivchenko, Y. (2019). Role of International Organizations in Promoting Sustainable Development in Conflict-Affected Regions: Case of Luhansk Region in Ukraine. *European Journal of Sustainable Development*, 8(2), 21–21. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2019.v8n2p21>

Shulla, K., Voigt, B.-F., Cibian, S., Scandone, G., Martinez, E., Nelkovski, F., & Salehi, P. (2021). Effects of COVID-19 on the Sustainable Development Goals (SDGs). *Discover Sustainability*, 2(1), 15. <https://doi.org/10.1007/s43621-021-00026-x>

Siragusa A., Vizcaino P., Proietti P., Lavallo C. (2020). European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews, EUR 30067 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, doi:10.2760/670387

Siragusa, A., Stamos, I., Bertozzi, C. and Proietti, P. (2022). European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews, Publications Office of the European Union, Luxembourg, doi:10.2760/355330

Sobczak, E., & Raszowski, A. (2019). Sustainability in the Baltic States: Towards the Implementation of Sustainable Development Goals (SDG). Melandrium.

5. Estudos de Caso

Os professores serão capacitados para:

- identificar boas práticas em vários estudos de caso regionais para atingir o ODS 1.
- desenvolver e aplicar um projeto local visando alcançar o ODS 1.
- usar o conhecimento apresentado nos estudos de caso regionais para se adaptar a um modo de vida mais sustentável.

Esta seção é dedicada a apresentar exemplos de boas práticas aplicadas em diferentes países ao redor do mundo para apoiar a implementação do ODS 1. Essas práticas adotam diferentes abordagens: de medidas educacionais a políticas sociais e de manejo agrícola a deficiências de nutrientes, como apresentado na Tabela 6. Mais exemplos podem ser encontrados na Plataforma de conhecimento sobre ODS das Nações Unidas ([United Nations' SDGs Knowledge Platform](#)).

Tabela 6: Exemplos de boas práticas relacionadas ao ODS 1

Nome e região	Objetivo	ODS Relacionado	Fonte
Combatendo a pobreza com o projeto REGRADE, Etiópia	A organização humanitária promoveu uma parceria com governos nacionais e locais para implementar um programa de redução da pobreza.	1, 8, 10	https://www.concernusa.org/story/beating-poverty-in-ethiopia/
Associações de Poupança e de Empréstimos do vilarejo, África	As Associações de Poupança e de Empréstimos do vilarejo mantêm o poder econômico local e baseado na comunidade, oferecendo um meio sustentável para quebrar o ciclo da pobreza.	1, 5, 10	https://www.concernusa.org/story/village-savings-and-loans-associations-explained/
Clube projetos do vilarejo para melhoria de áreas rurais, China	Estabelecer uma plataforma que conecta diferentes parceiros. Os parceiros co-desenham e co-implementam os projetos de co-construção da comunidade para melhorar o relacionamento entre os grupos de mineração e as comunidades locais.	1, 11	https://sdgs.un.org/partnerships/loving-village-club-projects-rural-area-improvement
O Sistema de Racionamento, Egito	Fornecer subsídios e apoio financeiro, fornecer os principais produtos alimentares de forma ininterrupta a preços acessíveis. O Ministério do Abastecimento e Comércio Interno desempenha seu papel de garantir o fornecimento de commodities básicas, incluindo trigo, açúcar, óleo, arroz, macarrão, carne fresca e congelada, frango e peixe, com o objetivo de alcançar a estabilidade do mercado em caso de desequilíbrios no comércio global, devido à reserva do próprio estado.	1, 2, 3, 10	https://sdgs.un.org/partnerships/ration-system
Fazendeiros e Escolas de Negócios, Egito	Construindo resiliência e autoconfiança de jovens agricultores em Minya por meio das Escolas de Negócios Agrícolas.	1, 5, 8	https://sdgs.un.org/partnerships/farmer-field-and-business-schools
Diminuindo a Pobreza com um Programa Integrado de	O programa integrado de microempresa oferece às famílias treinamento e serviços empresariais, além de doações em dinheiro.	1, 8	https://www.poverty-action.org/impact/alleviating-



Microempresa, África			poverty-with-integrated-microenterpris e-program
Programa de Proteção Social Informada por Evidências, Filipinas	O programa KASAMA ofereceu às residências familiares um bem produtivo juntamente com uma curta formação empresarial e foi concebido para apoiar as famílias na mudança para atividades mais empreendedoras e para meios de subsistência sustentáveis.	1, 2, 3, 8	https://www.poverty-action.org/impact/evidence-informed-social-protection-programming-philippines
Tanques de água para um gado mais saudável, Quênia	Oferecendo a oportunidade de substituir os empréstimos padrão por empréstimos garantidos pelo próprio ativo — neste caso, uma grande caixa d'água.	1, 6	https://www.poverty-action.org/impact/water-tanks-healthier-livestock
Reduzindo a Pobreza e Compartilhando a Prosperidade, Camboja	O Banco Mundial (WBG) está ajudando a enfrentar os desafios do país de diversificação econômica limitada, urbanização em rápido crescimento, deficiências de capital humano e lacunas de infraestrutura por meio do Quadro de Parceria do País.	1, 2,3, 8, 11	https://www.worldbank.org/en/results/2019/10/30/cambodia-reducing-poverty-and-sharing-prosperity

5.1 América Latina

5.1.1 Bolsa Família: Um Programa Nacional no Brasil

De acordo com uma publicação recente sobre o mapeamento da pobreza no Brasil (Neri, 2022), o número de pessoas vivendo na pobreza atingiu seu maior valor no país em 2021. Quase 30% da população (cerca de 63 milhões de pessoas) vive com renda domiciliar per capita inferior a US\$5,50/dia (ou seja, R\$497,00/mês ajustado pela paridade do poder de compra). Em comparação com os dados de 2019, houve um aumento de 9,6 milhões de pessoas, principalmente devido aos impactos da pandemia de COVID-19. As regiões sul e sudeste apresentam os menores índices de pobreza (com o estado de Santa Catarina apresentando o melhor cenário do país - 10,16%) e as regiões norte e nordeste os maiores índices (com o estado do Maranhão atingindo 57,90% da sua população vivendo na pobreza).



O programa “Bolsa Família” integra as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O Bolsa Família existiu por 18 anos, sendo rebatizado durante o governo Bolsonaro (de novembro de 2021 a dezembro de 2022) como programa “Auxílio Brasil”.

A iniciativa tem como foco garantir uma renda básica para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. Como critérios para recebimento do benefício, o governo considera como família em situação de extrema pobreza aquela com renda familiar mensal per capita de até R\$105,00, e em situação de pobreza com renda familiar mensal per capita entre R\$105,01 e R\$210,00.

O programa tem os seguintes objetivos:

- Promover a cidadania com garantia de renda e sustento, por meio dos benefícios;
- Promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, lactantes, crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza;
- Promover o desenvolvimento das crianças na primeira infância, com enfoque na saúde e estimulação das competências físicas, cognitivas, linguísticas e sócio afetivas;
- Ampliar a oferta de atendimento infantil em creches;
- Incentivar crianças, adolescentes e jovens a terem um excelente desempenho científico e tecnológico; e
- Estimular a emancipação das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Os principais benefícios incluem o pagamento do benefício de R\$ 600, o auxílio financeiro por filho (R\$ 150,00, por filho até 6 anos), por familiar (grávidas ou puérperas) e pessoas entre 3 e 21 anos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), a expansão desse programa deverá reduzir a pobreza extrema no país em 24% até o final de 2022 (ODS 1). Pontos-chave do estudo do IPEA indicam que, em média, foram gerados 365 novos empregos formais para cada mil famílias contempladas no Auxílio Brasil (ODS 8); e um terço desses empregos está localizado em cidades pequenas. Resultados positivos também foram observados na área de saúde (ODS 3) e nutrição (ODS 2).

5.1.2 TECHO: uma ONG da América Latina e Caribe fundada no Chile

O Chile enfrentou a ditadura por quase duas décadas (1973-1990), período em que surgiram a pobreza e a desigualdade no país. Após o retorno à democracia, tornou-se possível o crescimento sustentado, com avanços nos contextos econômico e social e diminuição das taxas



de desemprego e pobreza (Governo do Chile, 2019). Apesar deste progresso, dados de 2016 apontavam que 1 em cada 20 habitantes vivia em situação de pobreza extrema, e 1 em cada 5 habitantes vivia em situação de pobreza multidimensional (envolvendo educação, saúde, trabalho e segurança social, habitação e ambiente e redes e coesão social) (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2016, 2022). Além dos desafios da pobreza, a desigualdade é outro problema sério no Chile. Enquanto apenas 1% das famílias de maior renda detêm mais de um quarto da riqueza do país, metade da população que vive na pobreza possui apenas 2% da riqueza nacional (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2022).

Em 1997, um grupo de estudantes do ensino superior no Chile fundou a TECHO com o objetivo de denunciar casos de extrema pobreza e melhorar as condições de vida dos moradores de favelas. Atualmente, a ONG tem atuação consolidada em toda a América Latina e Caribe, implementando programas habitacionais e de desenvolvimento comunitário em 18 países.

No Chile, desde sua consolidação, TECHO envolveu mais de 60.000 voluntários e construiu 3.500 casas emergenciais. Além dessa iniciativa de implantação habitacional, o programa também implementou um programa de empreendedorismo e empregabilidade com foco na aprendizagem popular (“Programa de Talleres de Aprendizaje Popular”), no qual os membros da comunidade compartilham conhecimento e ferramentas de trabalho em um conceito de comércio. Os voluntários da ONG também fornecem habilidades técnicas e de treinamento para melhorar o desempenho no trabalho e promover melhores oportunidades de trabalho. A plataforma promovida por esta estratégia permite o desenvolvimento individual e comunitário, com espaço para networking e aprendizagem compartilhada.

Os propósitos da TECHO no Chile estão alinhados não apenas com o ODS 1, mas também com outros objetivos. Ao construir cidades justas e inclusivas e oferecer acesso à moradia digna, a iniciativa também colabora com os ODS 10 (Reduzir as desigualdades) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e, ao engajar voluntários e trabalhar com ações educativas, também contribui para o ODS 4 (Educação de qualidade) e 17 (Parcerias e meios de implementação).

5.1.3 Programa Ultra Pobreza de Fonkoze: uma das maiores ONGs que trabalham no Haiti

O Haiti é o país mais pobre da América Latina (Banco Mundial, 2022) e também é considerado o mais pobre do Hemisfério Ocidental. Cerca de 60% da população (aproximadamente 6 milhões de pessoas) vive abaixo da linha da pobreza. Vários fatores contribuem para essa situação, incluindo má governança e infraestrutura, conflitos políticos e instabilidade, limitação de oportunidades econômicas e de emprego e desastres naturais (Pierre, 2020). O Haiti também depende extremamente de receitas externas, a maioria das quais vem das Nações Unidas e seus programas de desenvolvimento e missões de ajuda em desastres. A pandemia atingiu a economia do país, especialmente em termos de declínio do turismo.



A Fonkoze é uma das maiores ONGs que trabalham no Haiti para fornecer serviços financeiros e não financeiros para capacitar a população a fugir da pobreza. As iniciativas da ONG apoiam as mulheres mais pobres a saírem da ultra pobreza. Durante os últimos 10 anos, a associação formou mais de 5.000 mulheres e suas famílias para serem preparadas para meios de subsistência sustentáveis. Desenvolvido a partir de um modelo de graduação comprovado (a assistência técnica inicial foi fornecida pela equipe do programa TUP do BRAC), o programa CLM tem como público as mulheres mais pobres na zona rural do Haiti com um pacote de apoio de 18 meses, incluindo bens, uma bolsa em dinheiro, visitas semanais de orientação, treinamento de habilidades, e instalações de poupança. A ONG incluiu elementos-chave no programa, por exemplo, habitação melhorada, saneamento e um filtro de água e prestação de cuidados de saúde gratuitos.

Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza

- 2008-2010: reduzir a pobreza e a exclusão social e cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
- 2010-2013: meta de prossecução das medidas estruturais iniciadas anteriormente, ao mesmo tempo que se intensificam os esforços de crescimento económico e se assegura um aumento significativo dos investimentos sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação. O terremoto mudou completamente este cenário, tendo efeitos particularmente devastadores.
- Programa de Investimento Trienal 2014-2016.

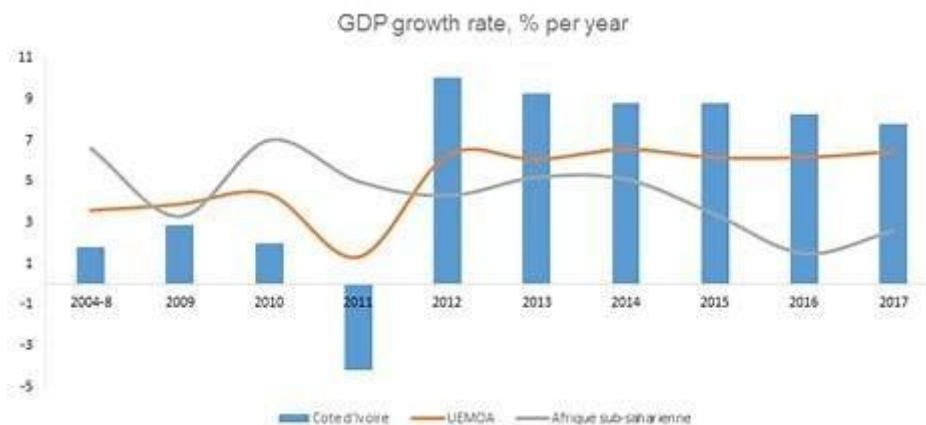
5.2. África

5.2.1 Estudo de caso da Costa do Marfim - Programa Conjunto sobre Pobreza na região de San Pedro

Circunstâncias económicas e políticas na Costa do Marfim e na região de San Pedro

A Costa do Marfim é o principal produtor de caju e cacau e atualmente está experimentando um dos mais rápidos e sustentados crescimentos económicos da África Subsaariana (Banco Mundial 2018), representando uma média de 8,2% entre 2012 e 2017 (Figura 5) e isso foi mantido no ano seguinte a 2017. A Costa do Marfim continha com sucesso a pandemia de Covid-19 e manteve uma taxa de crescimento de 2% em 2020 (Banco Mundial, 2022).

Figura 5: Taxa de crescimento do produto interno bruto (% ao ano) na Costa do Marfim



Fonte: Banco Mundial: 2018

Economicamente, o país resistiu muito bem aos choques globais relacionados à pandemia de covid-19 e conseguiu crescer a uma taxa de 7% em 2021 em comparação com 6,2% em 2019. Espera-se que a economia possa experimentar um crescimento lento e uma aceleração da inflação por causa do conflito atual na Ucrânia, no entanto, o país permanece em uma trajetória econômica positiva que o coloca a caminho de alcançar as metas estabelecidas pelo ODS 1. No entanto, apesar das perspectivas positivas, o país ainda precisa aumentar os investimentos em áreas que incluem a geração de dividendos para as mulheres e os grupos mais desfavorecidos em sua sociedade, incluindo aqueles que vivem em áreas rurais.

A instabilidade política no país ocorreu em 2002 e novamente em 2010/2011. Esse conflito armado criou altos níveis de insegurança e vulnerabilidade na Costa do Marfim, que acabou resultando no colapso dos sistemas judiciais e prisionais. O conflito aumentou ainda mais os níveis de pobreza e desigualdade, especialmente porque a população lutou com o registro civil e, portanto, seu acesso a serviços básicos era limitado. O conflito armado teve um impacto especificamente negativo no PIB para 2011 (Figura 5), mas o país conseguiu se recuperar economicamente dentro de um curto período de tempo.

Apesar das perspectivas muito positivas para a Costa do Marfim ter grandes progressos no alcance do SDG1 até 2030, a área rural de San Pedro continua sendo muito vulnerável. A região tem um enorme potencial agrícola e uma população crescente com mulheres e jovens formando a maior parte da população. Altos níveis de desemprego e insegurança alimentar são predominantes nessa região, com 1 em cada 3 pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. O emprego informal é responsável por 93,5% da força de trabalho, com 42,5% da população envolvida no setor agrícola. Estima-se que menos de 46% da população com menos de 18 anos sejam registrados, e a baixa taxa de registro civil significa que os jovens são excluídos de programas de serviços civis e de proteção social e sistemas financeiros (Fundo de Metas de Desenvolvimento Sustentável, N.D). Essa exclusão resultou em tensão crescente na região com

violência esporádica e violação crescente dos direitos individuais de mulheres e crianças, tornando-as especificamente vulneráveis economicamente.

Ações realizadas para melhorar as oportunidades econômicas de mulheres e jovens na região de San Pedro

Em colaboração entre as Nações Unidas, o governo nacional e as organizações locais do setor público e privado, um programa conjunto foi implementado na região de San Pedro com o objetivo de reduzir a pobreza, criando oportunidades econômicas para as mulheres e os jovens. O programa fez isso aumentando o acesso a informações às mulheres e aos jovens com o seguinte apoio:

- Atividades geradoras de renda
- Empreendedorismo local
- Segurança alimentar e nutricional
- Assistência da LEGA para garantir uma melhor integração econômica e social.
- As várias agências das Nações Unidas contribuíram com suas respectivas experiências no programa. Isso incluía o PNUD que promove o apoio agrícola e transformação de produtos e serviços
- O UNICEF se concentrou em aspectos relacionados ao bem-estar dos grupos vulneráveis
- A FAO forneceu informações sobre alimentos e nutrição

O programa trabalhou para um crescimento inclusivo que se concentrou na criação de emprego decente, com ênfase no treinamento de habilidades para as mulheres e os jovens. Isso foi complementado pelo fornecimento de apoio técnico e financeiro aos participantes do programa.

Resultados e impacto do programa de desenvolvimento conjunto

Duas mil mulheres e jovens receberam apoio em uma variedade de atividades geradoras de renda principalmente em termos de produção de produtos agrícolas. Ao melhorar a auto-suficiência de 1.789 pessoas (61,43% mulheres), estimou-se que houve 60.000 beneficiários indiretos do programa conjunto.

O programa criou um total de 916 empregos com a maior parte deles nos setores de piscicultura, agricultura e processamento de alimentos. O treinamento técnico fornecido foi capaz de aumentar significativamente os rendimentos de arroz e mandioca na região. Essa experiência foi estendida à melhoria da qualidade das estradas rurais para permitir um melhor acesso aos mercados locais. O treinamento de capacidade em termos de planejamento de negócios e financiamento para iniciar atividades comerciais foi promovido para 293 mulheres e jovens. O treinamento de conscientização para alterar as normas em termos de trabalho infantil no cacau fazia parte do programa e 295 crianças foram removidas dos campos de plantação e foram acomodadas em uma variedade de centros de alfabetização. Clínicas jurídicas gratuitas foram estabelecidas para



melhorar o acesso de mulheres e jovens à assistência jurídica, resultando em uma restauração dos direitos das mulheres, enquanto, ao mesmo tempo, ajudou os jovens que não foram capazes de obter o registro civil no nascimento durante o período de violência após a eleição em 2002 e novamente em 2010/2011.

Lições aprendidas em termos de conquista do ODS 1

Para alcançar a pobreza zero, conforme declarado pelo SDG1, este estudo de caso foi capaz de estabelecer o seguinte

- Promover o acesso de grupos vulneráveis às informações é uma ferramenta importante para alcançar qualquer forma de integração econômica.
- O fornecimento de informações especificamente relacionado às operações de administrações civis e jurídicas, direta e indiretamente, auxilia nas atividades de apoio à paz e, portanto, no fornecimento de uma estrutura política estável que terá um impacto direto e positivo nas atividades de redução da pobreza
- O treinamento de conscientização sobre o impacto negativo do trabalho infantil nas plantações terá um impacto positivo projetado, pois as crianças serão educadas com habilidades que podem permitir melhores atividades de empreendedorismo no futuro
- As propriedades nacionais e locais do programa conjunto permitirá resultados mais sustentáveis que incluirão mais processos participativos no futuro que serão benéficos para permitir que as comunidades alcancem e apoiem seus próprios meios de subsistência.
- A importância das parcerias públicas-privadas é fundamental se o objetivo é promover oportunidades de emprego e empreendedorismo para a população vulnerável que impactará positivamente o desenvolvimento sustentável

Possibilidade de replicação

O programa apoiou direta e indiretamente o empoderamento econômico de mulheres e jovens para reduzir seus níveis de pobreza (ODS 1) e, ao mesmo tempo, foi capaz de melhorar a segurança alimentar e nutricional (ODS 2) e promover a paz (ODS 16) e pode ser facilmente replicado com aplicação regional para outros países da África para apoiar os esforços na redução da pobreza até 2030.

5.2.2 Etiópia: Programa conjunto sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres – componente de empoderamento econômico das mulheres rurais

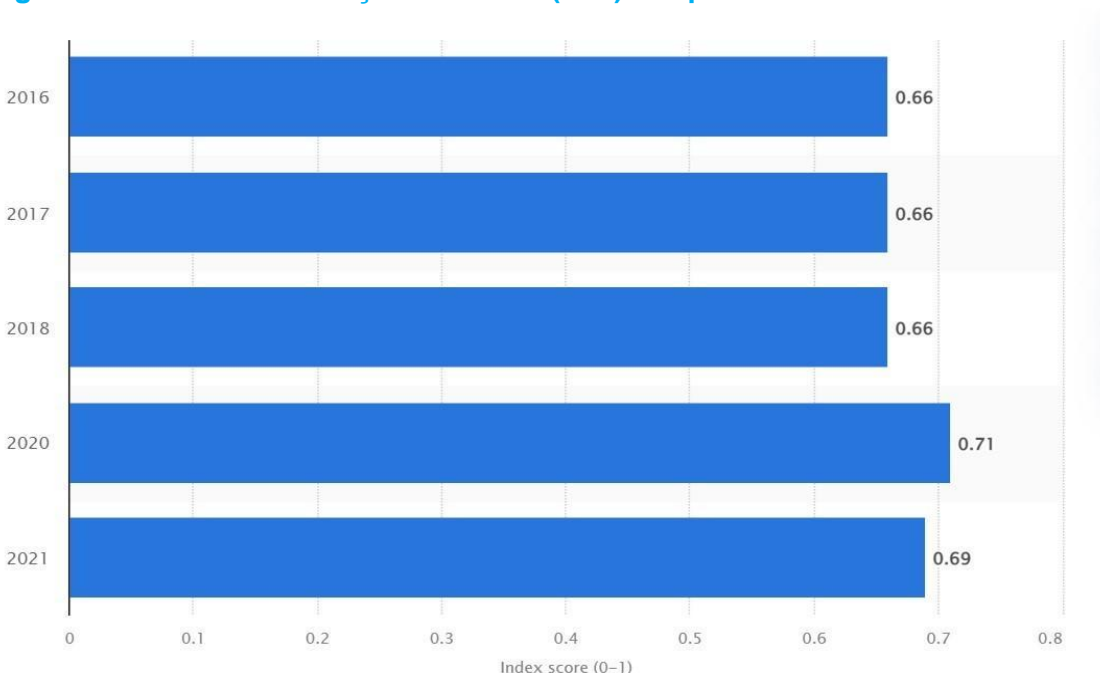
Gênero e desenvolvimento econômico na Etiópia

O Índice de Diferença de Gênero (em inglês Gender Gap Index - GGI) mede a discrepância entre os gêneros em quatro áreas diferentes: participação econômica e oportunidade, desempenho



educacional, saúde e sobrevivência e empoderamento político. O GGI para a Etiópia foi bastante consistente entre 2016 e 2021, com um ligeiro aumento da disparidade de gênero em 2020 (Figura 7). Em 2021, a Etiópia teve uma pontuação geral no índice de desigualdade de gênero de 0,69, colocando-a em um grupo de países que refletem a maior disparidade entre os gêneros (Statista, 2022).

Figura 7: Índice de Diferença de Gênero (GGI) Etiópia - 2016 a 2021



Fonte: Statista. 2022

Na Etiópia, 86% da população depende das atividades agrícolas como principal fonte de subsistência. As mulheres fornecem a maior parte do trabalho agrícola nessas comunidades. No entanto, suas contribuições geralmente não são reconhecidas e muitas vezes são restritas em termos de acesso a recursos e participação da comunidade (USAID, 2020). As discrepâncias de gênero nas áreas rurais da Etiópia são refletidas nas seguintes estatísticas (Fundo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.):

- 75% do trabalho agrícola é realizado por mulheres, mas as mulheres possuem apenas 18,7% das terras rurais.
- 76% das mulheres rurais são responsáveis pelo trabalho da terra, produção de colheitas e cuidados com o gado, mas os homens mantêm a propriedade e os poderes de decisão em termos de atividades agrícolas e produção.

Se a Etiópia quiser progredir no alcance das metas estabelecidas no ODS 1, será necessário mais investimento no empoderamento de mulheres e meninas por meio do acesso igualitário à educação, saúde e oportunidades econômicas (UNICEF, 2020). A UNICEF (2020) indica que, para apoiar as habilidades das mulheres para criar seus próprios negócios e, assim, garantir seus próprios meios de subsistência, devem ser implementados programas para financiar negócios pertencentes a mulheres em geral e para capacitar as mulheres na tomada de decisões sobre produção, uso de recursos como terra, água ou capital, e controle sobre a renda. Desta forma, a insegurança alimentar crônica (ODS 2) será tratada e, ao mesmo tempo, a contribuição para o setor agrícola será aprimorada e, portanto, haverá um aumento nas atividades agrícolas geradoras de renda para a redução da pobreza (ODS 1).

Ações realizadas para melhorar as oportunidades econômicas das mulheres na região de Afar e Oromia, na Etiópia

Entre 2015 e 2018, um programa conjunto sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres foi implementado pelo Governo da Etiópia e várias agências das Nações Unidas, esse esforço foi coordenado pelas Nações Unidas para as Mulheres (Fundo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, s.d.). Este projeto foi desenvolvido para acelerar o empoderamento econômico das mulheres rurais nas regiões de Afar e Oromia na Etiópia.

O programa visava abordar várias questões de gênero, especialmente:

- Melhoria da segurança alimentar, nutrição, proteção social e mecanismos de enfrentamento
- Aumentar a renda familiar para sustentar os meios de subsistência
- Criação de uma política sensível ao gênero e de um ambiente institucional mais propício ao empoderamento econômico das mulheres.

O programa usa as seguintes abordagens multifacetadas para atingir seus objetivos:

- Fornecimento de insumos como fertilizantes, serviços de extensão, tecnologia e informações para as mulheres
- Apoiar os beneficiários para gerir as reservas locais de segurança alimentar e organizar-se em grupos cooperativos
- Promovendo economia e liderança
- Fornecer novas habilidades na expansão da produção para mulheres no agronegócio de pequena escala
- Fortalecimento de políticas e programas que promovam a atuação e voz das mulheres rurais em associações de produtores rurais, cooperativas financeiras e sindicatos

Resultados e impacto do programa de desenvolvimento conjunto



O programa visava 2.500 mulheres rurais e teve um impacto indireto em cerca de 12.000 membros da família. O resultado foi o desenvolvimento de 80 cooperativas de produtores dirigidas por mulheres rurais, para um total de 5.000 membros, incluindo 3.000 mulheres membros de uma cooperativa rural de poupança e crédito.

O programa conjunto foi capaz de apoiar projetos de negócios e empresariais de mulheres rurais e ajudou a desenvolver suas habilidades técnicas, de liderança e de alfabetização. As mulheres tiveram mais acesso a informações de mercado, serviços financeiros e não financeiros sensíveis ao gênero. Muito importante, as mulheres rurais nas duas regiões tiveram acesso a recursos produtivos, como terra, tempo e tecnologia que economiza mão de obra. O resultado coletivo foi que dos 2.500 participantes do programa, 1.066 deles conseguiram criar fontes de renda mais sustentáveis e diversificadas, permitindo-lhes aumentar suas economias pessoais entre US\$14 e US\$508 (entre R\$72,32 e R\$2.624,23).

Lições aprendidas em termos de alcance do ODS 1

A introdução de novas tecnologias e habilidades nas duas regiões ajudará as comunidades a lidar com a mudança climática por um lado, mas também encorajará o envolvimento de mais homens em mobilizações comunitárias de questões sensíveis de gênero que muitas vezes atrapalham o empoderamento econômico das mulheres. O programa foi capaz de realizar o empoderamento econômico das mulheres por meio de uma abordagem multissetorial que introduziu medidas para abordar as barreiras individuais, institucionais e comunitárias que impediam que as mulheres rurais nas duas regiões progredissem economicamente e contribuíssem para impulsionar a redução da pobreza até 2030.

Possibilidade de replicação

Uma replicação do estudo de caso em outras partes da Etiópia é realista e, com a ampliação do financiamento de várias fontes para aumentar o número de beneficiários, o empoderamento econômico das mulheres na Etiópia contribui para alcançar as metas estabelecidas para os ODS 1 pode se tornar realidade em mais regiões da África.

5.2.3 Promovendo Modos de Vida Sustentáveis por meio de uma Melhor Governança dos Recursos Naturais e Diversificação Econômica no distrito de Kono, Serra Leoa

Orientação geral da situação econômica no distrito de Kono em Serra Leoa

Serra Leoa está localizada no lado ocidental do continente africano. O país possui ricos recursos minerais e os diamantes são o principal produto de exportação. Infelizmente, a riqueza natural do país não chega até a população do país onde 53,8% da população vive abaixo da linha da pobreza. Uma análise adicional indica que o país tem uma alta população rural e pelo menos



72,2% da população rural vive abaixo da linha da pobreza (UNICEF, 2022). Os altos níveis de pobreza podem ser associados ao conflito de uma década que reduziu a eficácia da estrutura social, econômica e física do país, agravado ainda mais pela epidemia de Ebola de 2013 a 2016. Conflitos e doenças expuseram a fraqueza de vários sistemas em Serra Leoa em termos de sua capacidade de fazer crescer a economia e os desafios associados que incluem altos níveis de pobreza e desemprego, especialmente entre jovens e mulheres.

Durante a sangrenta Guerra Civil de Serra Leoa (1991 a 2002), o sistema educacional entrou em colapso e a população mais jovem não recebeu educação significativa. Foi também neste período que os jovens se juntaram à guerra civil e assim não receberam educação formal. Os jovens estão entre as populações mais desfavorecidas porque carecem de habilidades e recursos para serem empregados de forma remunerada. O fosso geracional dos jovens sem educação estendeu-se até aos dias de hoje, onde os ex-combatentes e os seus filhos não têm as competências relevantes para contribuir para o crescimento sustentável da economia (Banco Mundial, 2022). Muitas dessas pessoas estão agora subempregadas e vivem abaixo da linha da pobreza, muitas delas retornando ao distrito de Kono (parte oriental de Serra Leoa) para buscar lucros rápidos com a mineração artesanal na região.

O distrito de Kono tem sido historicamente a fonte mais prolífica de extração de diamantes e ouro e, como tal, depende fortemente do setor de mineração como sua principal fonte de renda. Devido ao domínio das atividades mineiras no distrito, faltam fontes alternativas de rendimento e isto tem sido agravado pelos elevados níveis de degradação ambiental. Como uma das áreas mais subdesenvolvidas da Serra Leoa, o distrito de Kono apresenta os seguintes desafios de desenvolvimento que irão dificultar a realização do ODS 1 (Diouf e Sesay, 2019):

- Os mineiros do distrito estão cada vez mais incapazes de garantir os seus meios de subsistência, uma vez que os recursos provenientes da extração dos diamantes estão escassos
- Os baixos níveis de educação e qualificação entre os jovens limitam o desenvolvimento do setor privado
- Há um poder de compra local limitado e a infraestrutura precária também não é propícia ao desenvolvimento de uma economia
- O setor de mineração não investe suficientemente no desenvolvimento local
- A escassez de água potável segura e os riscos ambientais e de saúde impostos pelas minas cavadas para a extração de diamantes limitam ainda mais o desenvolvimento econômico
- Os níveis de conflito e tensão são intensificados pela desconexão entre as expectativas do público sobre os retornos das receitas da mineração e o ritmo lento do progresso econômico e social.



Acima de tudo, resulta em altas taxas de desemprego entre os jovens, oportunidades limitadas de educação, saúde e serviços sociais criam desafios adicionais para o distrito de Kono e, portanto, o motivo da seleção do distrito neste estudo de caso.

Ações realizadas para melhorar os meios de subsistência sustentáveis no distrito de Kono em Serra Leoa

O programa visava melhorar os meios de subsistência sustentáveis por meio da governança aprimorada dos recursos naturais e da diversificação econômica no distrito de Kono, usando a abordagem de desenvolvimento baseada em áreas multiagências dos Estados Unidos (Diouf e Sesay, 2019). Isso foi feito concentrando-se em duas áreas interligadas:

- O aprimoramento de uma governança mais sustentável e inclusiva dos recursos naturais
- Maior diversificação de oportunidades de meios de vida sustentáveis por meio do diálogo com todas as partes interessadas e iniciativas de desenvolvimento.

Resultados e impacto do programa de desenvolvimento conjunto

Ao fortalecer o diálogo local que considerou as necessidades das comunidades e a capacidade de desenvolver a capacidade local, várias parcerias foram formadas em torno da agricultura, aquicultura, mini processamento e comércio. O resultado foi um total de 650 meios de subsistência sustentáveis alternativos criados para jovens iniciarem negócios ou desenvolverem lotes agrícolas após receberem as habilidades vocacionais e de empreendedorismo necessárias. O treinamento vocacional dos participantes variou em habilidades relacionadas à agricultura, soldagem, eletrificação, refrigeração, mecânica de automóveis, direção de caminhões pesados, máquinas pesadas, operações, construção civil e software/hardware de computador. Diouf e Sesay (2019) relataram que 200 jovens foram treinados em habilidades de agronegócio e receberam produtos para cultivar terras mineradas recuperadas (20 acres de terra foram recuperados e cultivados para arroz, vegetais e produção econômica de árvores), enquanto 150 jovens foram treinados em gestão de recursos naturais e puderam se envolver em projetos de recuperação de terras em pequena escala. A renda de 1.220 pessoas no distrito aumentou devido à construção de viveiros de peixes e aviários no distrito de Kono, estabelecendo com sucesso as bases para a criação de fontes alternativas de renda na área e, assim, permitindo a redução da pobreza (ODS 1) e a melhoria da nutrição e segurança alimentar (ODS 2).

A formação em tutoria e formação em resolução de conflitos foi uma medida introduzida para garantir um impacto mais sustentável e duradouro do programa de compartilhamento de habilidades.

Lições aprendidas em termos de alcance do ODS 1



Onde as oportunidades de emprego formal são limitadas, especialmente nas áreas rurais, a prestação de assistência técnica relacionada à aquicultura oferece uma solução relativamente simples para geração de renda e, ao mesmo tempo, fornece segurança alimentar e nutricional. Em áreas onde a recuperação de terras é necessária, o envolvimento das partes interessadas locais é fundamental para garantir o sucesso do programa. Os acordos de desenvolvimento comunitário mostraram como as parcerias podem ser usadas com eficácia para reduzir a pobreza.

Possibilidade de replicação

A possibilidade de replicação deste estudo de caso em qualquer área geográfica que precise reverter a dependência da indústria de mineração é muito alta, desde que os recursos locais estejam disponíveis para apoiar meios de subsistência sustentáveis alternativos. Parcerias público-privadas eficazes apoiadas por um acordo de desenvolvimento comunitário garantirão um resultado positivo em outras comunidades que poderiam se beneficiar de um programa semelhante.

5.3 Europa

5.3.1. As pessoas em situação de pobreza podem ter voz na formulação de políticas?

Abordagem do ODS 1 da cidade de Ghent, Bélgica

A cidade de Ghent, com 260.341 habitantes em 2019, é a capital da região da Flandres Oriental, com 1.515.064 habitantes. Ghent implementou uma abordagem inovadora que exigia coordenação complexa para apoiar associações locais a fim de promover a participação ativa de pessoas que vivem na pobreza na formulação de políticas. Embora a Bélgica tenha emitido apenas uma Revisão Nacional Voluntária, os avanços mais significativos em relação aos ODS estão nos níveis regional e local. A área de Flandres, contendo várias regiões e cidades, tem sido muito ativa. O caso de Ghent ilustra uma das histórias de sucesso da implementação do ODS 1 no nível local, com base na participação das pessoas em situação de pobreza na formulação de políticas.

1. ODS 1 na Bélgica

Na Bélgica, 21% das famílias estão em risco de pobreza ou exclusão social, apesar dos avanços positivos na redução da pobreza. Os principais desafios dizem respeito a grupos sociais específicos: pessoas pouco qualificadas, agregados familiares monoparentais, pessoas que vivem em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa e pessoas com antecedentes migratórios. Neste contexto, o Governo pretende assegurar a participação ativa



das pessoas em situação de pobreza na concepção e implementação de políticas de erradicação da pobreza.

O terceiro plano de ação federal de combate à pobreza (2016-2019) respondeu à necessidade de abordar o ODS 1 e contém seis eixos: (i) garantir a proteção social, (ii) reduzir a pobreza infantil, (iii) melhorar o acesso ao emprego por meio da ativação social e profissional, (iv) combater a situação de rua e a moradia precária, (v) garantir o direito à saúde, (vi) tornar os serviços governamentais acessíveis a todos. Estes eixos são tratados por uma conferência interministerial sobre “Integração Societal” que assegura a coordenação multinível necessária para a redução da pobreza.

Na Flandres, a participação plena e inclusiva, os serviços acessíveis, o combate à pobreza energética e a prevenção e combate à pobreza em famílias com crianças pequenas são alvo de um plano de ação. Outra política de promoção dos direitos de crianças e jovens busca a igualdade de oportunidades, oportunidades e espaços para desenvolver e aumentar seu engajamento formal e informal. O governo regional também financia organizações que trabalham no programa Exit Child Poverty. A Bélgica tem um sistema de segurança social robusto e recentemente reforçou os níveis de proteção social para os pobres e vulneráveis, por exemplo, aumentando as pensões e subsídios mínimos para pessoas com deficiência. Recentemente, o sistema apoiou certos profissionais independentes, trabalhadores de caridade, trabalhadores domésticos e artistas fora da economia informal. Por fim, a Bélgica comprometeu-se a trabalhar pela redução da pobreza globalmente e tem projetos na África e na Ásia.

1. Integração Multinível

Uma experiência muito interessante foi desenvolvida pela Associação de Cidades e Municípios da região Flemish, ou cidades Flamengas. (2020). Eles conduziram um projeto piloto dos ODS com 20 municípios entre 2017 e 2019 com o objetivo de desenvolver material e recomendações para todas as cidades e municípios sobre conscientização, apoio público e planejamento e implementação de políticas. O projeto integrou com sucesso a sustentabilidade no processo de formulação de políticas, criando vínculos interdepartamentais e mecanismos para projetar e implementar políticas e ações. Em particular, ajudou na elaboração de planos de desenvolvimento plurianuais e marcou um grande progresso na vinculação dos ODS internacionais e nacionais com políticas locais e abordagens de planejamento, gerando várias diretrizes para replicação e respeitando uma abordagem de 'tamanho único'.

2. ODS 1 em Ghent: foco nas crianças, nos sem-teto e na participação

A estratégia de Ghent para a redução da pobreza começa com o Plano de Política de Pobreza, que é um produto do envolvimento de várias partes interessadas. Além disso, a cidade tem um



Plano Estratégico Plurianual 2020-25, com objetivos específicos relacionados com os ODS: (a) ajudar os sem-teto na sua reintegração, (b) fortalecer a política de combate à pobreza em todas as áreas políticas e sensibilizar para a pobreza, (c) apoio adequado para todas as famílias com crianças menores de idade e jovens que vivem na pobreza, (d) garantir assistência integral personalizada para a população vulnerável e (e) garantir que as pessoas possam atender às suas necessidades básicas e fazer uso de seus direitos mais importantes.

A cidade tem um princípio que determina que todo cidadão tem direito a uma vida digna. Seguindo esse objetivo, a cidade e o Centro Público de Assistência Social combatem a pobreza, fornecendo o suporte necessário em todas as áreas da vida: vida, trabalho, educação e aprendizado, saúde, energia e lazer, entre outros. Eles colocam uma ênfase especial nas oportunidades para as crianças. Além disso, a nível internacional, a cidade de Ghent apoia projetos através da linha 'Cidadãos de Ghent sem fronteiras', por exemplo, com o projeto 'África na Flandres' no Congo. Além disso, Ghent segue o compromisso da Eurocities em relação aos sem-teto e lidera um projeto habitacional (ROOF – habitação primeiro). Finalmente, um novo desafio é colocado pela digitalização em várias áreas da vida (acesso a serviços, educação, trabalho, etc.). A divisão digital aumentou o fosso entre ricos e pobres, especialmente após a pandemia de Covid 19.

A Revisão Local Voluntária de Ghent relata três iniciativas interligadas para enfrentar o ODS 1 na cidade:

a. Contagem da população sem-teto da cidade.

No início de 2021, um total de 1.873 pessoas sem-teto foram contadas (pela primeira vez) em Ghent. Entende-se por sem-teto a pessoa que permanece em espaços públicos, abrigos de emergência, garagens, ocupações, carros ou barracas. Do total, 401 eram crianças. Além disso, 21% (314 pessoas) de todos os adultos contabilizados são sem-teto. Quase metade deles está desabrigada há mais de dois anos. O governo local esperava que esse número aumentasse durante o verão de 2021.

b. Enfrentar a pobreza infantil por meio do programa 'Children First'.

O programa visa atingir todas as crianças em idade escolar que crescem em situações vulneráveis (de bebês a adolescentes) e suas famílias. Em Ghent, uma em cada cinco crianças cresce na pobreza (aproximadamente 10.000 crianças). Assim, o Children First dirige-se às famílias que procuram assistência social nas escolas com o objetivo de proporcionar: (i) direitos às famílias, como a candidatura a subsídio de estadia, cartão médico, bolsa de estudos, entre outros; (ii) apoio às escolas na conscientização sobre a pobreza, (iii) assistência adequada para



melhorar o acesso prioritário a serviços para pessoas em situação de pobreza e (iv) subsídios para merenda escolar para os mais vulneráveis.

A ajuda concedida surge da cooperação entre os funcionários da escola e os assistentes sociais da Children First. Os tipos de assistência concedidos incluem renda (salário mínimo, benefícios para crianças, subsídios de desemprego), assistência material (cesta alimentação, cuidados médicos de emergência), assistência administrativa, mediação de dívidas e acesso a cuidados de saúde (mental).

A equipe do Children First era composta por dois assistentes sociais e aumentou para quatro em 2020. Nesse ano, 75 escolas foram contempladas nas duas modalidades. Para o ano letivo 2019-2020, 362 famílias foram consultadas, mas apenas 36% receberam apoio. Cerca de 100 pessoas receberam orientações para destinação do salário mínimo, orientação social e auxílio-dívida, e 93 famílias receberam reembolso da merenda escolar.

A cooperação entre as cidades Flamengas é apropriada para uma educação acessível e para aumentar a conscientização sobre a pobreza na educação. Internacionalmente, passos semelhantes ocorreram, por exemplo, o grupo de trabalho de Crianças e Jovens das Eurocidades.

c. Associações onde as pessoas em situação de pobreza se manifestam

Um grupo de associações incluindo (i) o movimento para pessoas com baixa renda e crianças (BMLIK), (ii) SIVI, (iii) DeZuidpoort, (iv) Jong Gent in Actie, (v) KRAS Gent e (iv) Samenlevingsopbouw Gent, iniciou esta iniciativa. A cidade de Ghent está envolvida por meio de cinco departamentos, especialmente o Departamento de Participação em Políticas. Outros parceiros também contribuem com o projeto. As associações lutam contra a pobreza e a exclusão social há muito tempo, especialmente a BMLIK, fundada em 1983. A SIVI e a "De Zuidpoort" foram fundadas em meados dos anos 90. A colaboração com repartições públicas também é de longa data. Uma vez que a Agenda 2030 foi definida em 2015, a administração da cidade e as associações assinaram acordos para cooperação estrutural, com previsão de renovação para o período 2020-2025.

O objetivo da parceria é dar voz às pessoas em situação de pobreza e criar lugares para pessoas em situação de pobreza e pessoas fora da pobreza interagirem. Ghent tem um grande grupo heterogêneo de pessoas que vivem na pobreza, e alguns grupos não são atingidos pela política social, incluindo falantes não nativos, jovens pais solteiros, idosos sozinhos e sem-teto. As associações constituíram um centro de conhecimento em participação política para pessoas em



situação de pobreza, trabalhando constantemente na ampliação e diversificação do grupo-alvo, e a colaboração funciona como uma ponte para o Ponto de Participação da cidade de Ghent. Alguns exemplos das ações realizadas pelas associações:

- Melhor Cidadão (De Zuidsprekers): Um grupo de pessoas que vivem na pobreza desenvolveu um 'livro de receitas' para tornar a participação política acessível a todos os cidadãos.
- Listar e comunicar as necessidades no orçamento do bairro (SIVI): as pessoas em situação de pobreza poderiam listar as suas necessidades juntamente com outros residentes do bairro e contribuir para a construção do futuro do seu bairro;
- Mesas de discussão (SIVI) com pessoas à espera de distribuição de alimentos (desde 2020): a associação traduz as experiências e percepções das pessoas em recomendações de políticas. Em 2020, o SIVI realizou um total de 318 mesas de discussão e envolveu 85 pessoas de origem imigrante em vários processos de participação política.
- De Zuidpoort organizou 190 atividades em 2019 com um total de 3.276 participantes. Eles também ganharam o Prêmio Federal de Redução da Pobreza pelo tópico de participação.
- BMLIK faz visitas semanais e telefonemas para 59 famílias. Eles poderiam organizar a participação, as ações e o diálogo em torno de alguns tópicos de política.
- O site 'Memória da Pobreza' foi criado para agregar todas as iniciativas, ações e metodologias.

3. Lições aprendidas

Primeiro, é importante reconhecer quem são os pobres; este foi o primeiro passo da cidade, contando os sem-teto e conhecendo-os e suas necessidades, reconhecendo que a pobreza infantil ainda é um problema significativo. Em segundo lugar, olhar para as organizações da sociedade civil que lideram iniciativas para dar voz às pessoas em situação de pobreza provou ser uma abordagem integradora eficiente. Em terceiro lugar, criar ou apoiar os espaços de interação. Finalmente, deixando a voz passar para a formulação de políticas.

O principal ganho para a replicação está relacionado à coordenação multinível. No caso de Ghent, isso foi feito primeiro por meio da Associação de Cidades Flamengas. A nível local, o principal fator de sucesso foi a institucionalização de uma parceria público-privada duradoura com organizações sem fins lucrativos. Isso permitiu avaliar as necessidades da população em risco de pobreza ou exclusão social e, em última análise, fazer ouvir a sua voz na tomada de decisões.

5.3.2. *Ucrânia, uma história de sucesso na redução da pobreza.*

1. Visão Geral



A Ucrânia, país com população superior a 41 milhões em 2022, talvez seja o caso mais contrastante no que diz respeito aos avanços dos ODS. O país implementou a Agenda 2030 em 2016 e formou um grupo de 86 metas e 183 indicadores de ODS em 2017. Apresentou avanços importantes na implementação dos ODS, principalmente no ODS 1. Conseguiu reduzir a pobreza e a pobreza extrema principalmente por meio da ampliação da oferta de segurança social e serviços.

No entanto, teve desvantagens importantes devido à pandemia de Covid 19 em 2020 e a uma grande crise desde o início da guerra russo-ucraniana em 2022.

2. ODS na Ucrânia

O país construiu a linha de base de monitoramento dos ODS em 2017 e compilou uma avaliação estatística em 2019. Os resultados mostram que o país alcançou progresso em 15 dos 17 ODS. A pobreza foi reduzida de 58,3% em 2015 para 43,2% em 2018, enquanto os padrões de remuneração do trabalho foram melhorados e os subsídios habitacionais foram ampliados. Um conceito de reforma educacional (Nova Escola Ucraniana) se juntou ao Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA-2018). Grandes esforços para expandir os mercados de varejo e eletricidade, atrair investimentos e melhorar a conectividade com a Internet (4G de alta velocidade).

Logo antes da guerra, a avaliação dos ODS revelou desafios envolvendo infraestrutura desatualizada, administração pública ineficiente, apoio de recursos insuficiente e financiamento limitado. Além disso, a Covid-19 evidenciou a necessidade de reforma da saúde, coordenação mais forte, mais autoridades profissionais, ciclo completo de produção de bens essenciais (farmacêuticos), reforma do sistema de assistência social, modernização do apoio às populações mais vulneráveis, digitalização de processos de administração; e atualização das abordagens de ensino a distância. O escritório da ONU do país lançou uma plataforma interessante para monitorar a implementação dos ODS (Nações Unidas Ucrânia, 2021).

1. Progresso no ODS 1

De acordo com o Relatório Nacional Voluntário de 2020, foram em sua maioria conquistas positivas. O governo escolheu três metas e cinco indicadores com metas de curto e médio prazo. Quatro dos cinco indicadores relacionados ao ODS 1 apresentaram dinâmica positiva, sendo que dois deles já haviam atingido os valores da meta para 2020.

Autoavaliação do país sobre a realização do ODS 1

Meta	Indicador	Valores medidos				Objetivo		
		2015	2016	2017	2018	2020	2025	2030

1.1. Reduzir a pobreza em 4 vezes, inclusive eliminando a pobreza extrema	1.1.1. parcela da população cuja despesa total equivalente média per capita é inferior ao mínimo real (estimado) de subsistência, %	58.3	58.6	47.3	43.2	30.0	20.0	15.0
	1.1.2. parcela de indivíduos cujo consumo diário é inferior a US\$5,05 (R\$26,03) %	2.4	2.0	1.9	1.8	0.5	0.0	0.0
1.2. Aumentar a cobertura da população pobre com programa de assistência social direcionado	1.2.1. percentagem da população pobre abrangida por apoios sociais do Estado no total da população pobre, %	63.0	70.3	73.6	70.9	65.0	75.0	85.0
1.3. Aumentar a resiliência de grupos socialmente vulneráveis da população	1.3.1. Proporção dos níveis de pobreza dos agregados familiares com filhos e dos agregados familiares sem filhos	1.5	1.4	1.6	1.5	1.6	1.4	1.27
	1.3.2. participação dos gastos com alimentação no gasto total das famílias, %	54.6	51.4	49.6	49.4	50.0	40.0	30.0

Fonte: Governo da Ucrânia (2020, 21)

No geral, o país revela progresso no ODS 1. Primeiro, o nível de pobreza foi reduzido. O governo atribui essa redução a um aumento de duas vezes no salário mínimo desde 2017. A parcela da população cujo gasto total médio per capita equivalente é inferior ao mínimo real (estimado) de subsistência diminuiu de 58,3% em 2015 para 43,2% em 2018, resultantes de políticas estatais destinadas a aumentar a renda das pessoas. Em segundo lugar, a pobreza extrema diminuiu: a parcela de indivíduos com consumo diário abaixo de US\$ 5,05 (R\$ 23,06) diminuiu, seguindo um padrão positivo de crescimento real da renda da população (até 9,9% em 2018).

Em terceiro lugar, a assistência social alcançou mais pessoas pobres. Este aumento significativo (de 63,0% em 2015 para 70,9% em 2018) foi possível devido a vários tipos de apoios estatais



pró população pobre, nomeadamente: (i) subsídios à habitação; (ii) apoio a famílias de baixa renda; (iii) apoio a mães e pais solteiros que criam filhos menores de 18 anos e vivem com necessidades não atendidas.

Por fim, a resiliência de grupos socialmente vulneráveis teve avanços menos marcantes. Os agregados familiares melhoraram em termos de peso da despesa alimentar na despesa total das famílias, explicado por um poder de compra crescente do rendimento, uma estrutura de consumo alterada e um ritmo mais lento de crescimento dos preços dos produtos alimentares. Entretanto, nenhum progresso foi alcançado em relação à proporção de níveis de pobreza entre famílias com filhos e famílias sem filhos. Além disso, há um viés de gênero por trás de um maior risco de as mulheres terem baixa renda, ter um nível médio de renda mais baixo (salários e pensões) e enfrentar problemas multidimensionais de pobreza. Assim, as mulheres e as crianças prevalecem em cada grupo vulnerável, ou seja, idosos, famílias monoparentais, famílias numerosas, etc. As mulheres são mais dependentes do apoio social, pois ainda fazem a maior parte da organização do lar e cuidam de outros membros da família.

Existem várias razões para o progresso insuficiente na redução da pobreza. O principal desafio é o reforço da armadilha da pobreza, que tem, por um lado, a renda familiar limitada de um grande segmento da população e, por outro lado, assistência social limitada e provisão de bens e serviços públicos. A assistência pública insuficiente considera uma lacuna no sistema previdenciário, emprego informal e subfinanciamento persistente da infraestrutura social (principalmente assistência médica). Famílias com crianças são as mais vulneráveis. As crianças são o principal grupo em risco de pobreza, e a política social não consegue direcioná-las.

A Ucrânia pretendia uma série de mudanças. Primeiro, uma reforma que equilibre o sistema de padrões sociais e as garantias assistenciais para quebrar a referida armadilha da pobreza. Em segundo lugar, visava aprofundar o sistema previdenciário e, ao mesmo tempo, promover o emprego formal. Terceiro, introduzir um sistema diferenciado de acesso a serviços sociais para populações vulneráveis, especialmente crianças. Por fim, o governo pretendeu desenvolver um novo documento estratégico considerando os princípios de (i) igualdade, garantindo a satisfação das necessidades básicas de todos os ucranianos; (ii) criação de amplas oportunidades; (iii) inclusão por meio da assistência social; (iv) resiliência e segurança, protegendo e garantindo a estabilidade da renda. No entanto, todas estas situações foram dificultadas pela pandemia de Covid 19 e entraram em crise após o início da guerra em 2022.

3. Efeitos da pandemia de covid

Segundo Borodchuk e Cherenko (2020) o COVID-19 teve certos impactos na pobreza, principalmente nas crianças, que podem destruir as melhorias alcançadas desde 2015. Os autores consideram dois cenários de aumento da pobreza absoluta: (i) moderado: 27,2% para



43,6 %, ou seja, 6,3 milhões de pessoas adicionais vivendo na pobreza (1,4 milhão de crianças); e (ii) grave: para 50,8%, ou seja, 9,0 milhões de pessoas adicionais vivendo na pobreza (1,8 milhão de crianças). As famílias mais vulneráveis são aquelas que não conseguem diversificar sua renda. Particularmente, as famílias com crianças ou idosos provavelmente serão afetadas de forma mais intensa.

4. Guerra

Quando a guerra Rússia-Ucrânia começou no início de 2022, os mercados globais de alimentos já estavam seriamente afetados e os preços dos alimentos estavam altos devido à pandemia de covid. Segundo Ben Hassen e El Bilali (2022), a guerra impacta dramaticamente a segurança alimentar global, além da crise humanitária, visto que ambos os países são grandes potências agrícolas. Os países do Oriente Médio e Norte da África (região MENA) dependem fortemente da importação de alimentos.

Compreender como as interrupções relacionadas a conflitos nos mercados globais de alimentos e fertilizantes podem afetar o preço e a disponibilidade é fundamental para entender o impacto geral na segurança alimentar global. Além disso, após quatro meses de guerra, suas implicações para a segurança alimentar sugerem que esta revisão é oportuna, urgente e altamente necessária. A guerra resultou em consequências em cascata imediatas e de longo alcance na segurança alimentar global: as exportações ucranianas pararam, o recrutamento e o deslocamento da população causaram escassez de mão-de-obra, o acesso a fertilizantes é restrito e as colheitas futuras são incertas. A guerra prejudicou o setor agrário da Ucrânia, dificultando suas exportações enquanto a mão-de-obra escasseava devido ao recrutamento e ao deslocamento. Além disso, a guerra pode atrasar o plantio da primavera e a colheita das safras de inverno, e o aumento dos preços dos fertilizantes devido ao acesso limitado pode reduzir os rendimentos. A compra por pânico (também experimentada durante a covid) pode levar a situações negativas. Hassen e El Bilali (2022) afirmam que a guerra pode afetar particularmente os ODS 1, 2 e 12.

O Banco Mundial (2022) mostra que a crise de refugiados causada pela guerra foi a pior desde a Segunda Guerra Mundial. Além disso, as primeiras estimativas dos efeitos sobre a pobreza (usando a taxa de pobreza de \$5,50 (R\$26,03) por dia) mostram um aumento na Ucrânia de 1,8% em 2021 para 19,8% em 2022. A situação pode piorar dependendo do curso da guerra. Além disso, 40 milhões de pessoas entraram na pobreza extrema (R\$1,90 (R\$9,79) por dia).

5. Lições aprendidas

No caso da Ucrânia, o país apresentou uma marcada tendência positiva na redução da pobreza até à Pandemia de Covid 19, sendo previsível que os atuais desenvolvimentos da guerra resultem num retrocesso sem precedentes dos avanços. No entanto, o país tinha conseguido



reduções consideráveis da pobreza a nível nacional, especialmente pela dimensão da sua população e particularmente na taxa de pobreza absoluta no contexto europeu.

A principal lição aprendida no caso da Ucrânia é que uma ação estatal decisiva com foco na assistência social e na prestação de serviços pode impactar positivamente as taxas de pobreza e ter resultados sustentados. Tal situação é essencial em nível nacional. No entanto, um desafio que é uma segunda lição aprendida é que focar em segmentos específicos da sociedade, particularmente crianças, é uma obrigação para alcançar o progresso no ODS 1. Finalmente, enquanto as políticas em nível nacional e o engajamento com a Agenda 2030 são os primeiros passos para enfrentar os ODS, é necessário fundamentar sua implementação nos territórios.

5.3.3. Montenegro, um caso bem-sucedido de implementação dos ODS na região dos Balcãs: suas conquistas em relação ao ODS 1

Montenegro, um pequeno estado dos Balcãs com uma área de 13.812 km² e uma população de 620.739 habitantes em 2021, demonstrou um envolvimento proativo com os ODS, tendo já divulgado sua segunda Revisão Nacional Voluntária. A região dos Balcãs compreende um grupo de países, incluindo Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Grécia, Kosovo, Montenegro, Macedônia do Norte, Romênia, Sérvia e Eslovênia (esses países agregaram uma população de mais de 61 milhões em 2019).

1. ODS em Montenegro

De acordo com Galli et al. (2018), o Governo do Montenegro revisou a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (NSSD 2030) em 2016, seguindo a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Montenegro decidiu centrar a NSSD 2030 nos ODS, metas e indicadores, estando entre os primeiros países membros da ONU a implementar a Agenda 2030 da ONU no contexto da política nacional. Galli et al. (2018) constatou que 26 instituições estiveram envolvidas na avaliação de 137 dos 241 (56,8%) indicadores ODS no primeiro período de relatório programado para 2019.

2. ODS 1 em Montenegro

De acordo com o governo de Montenegro, o ODS 1 foi alcançado. É importante destacar que Montenegro não segue a abordagem de indicadores da ONU, mas a sua própria. É importante sinalizar também que desafios significativos permanecem e, em particular, a percepção da pobreza da população diverge para formar as conclusões oficiais.

O governo incluiu as seguintes metas em relação ao ODS 1: (1.1.) erradicação da pobreza extrema, (1.2) reduzir o número de pessoas pobres (de acordo com as definições nacionais) em pelo menos metade até 2030, (1.3) implementação de sistemas de proteção social e medidas



adequadas, (1.4) garantindo direitos iguais aos recursos econômicos e acesso a serviços básicos, e (1.5) construindo a resiliência da população pobre às mudanças climáticas, desastres naturais e outros choques econômicos, sociais e ambientais.

Os principais indicadores disponíveis nacionalmente para a redução da pobreza (meta 1.2 dos ODS) são: (i) Taxa de risco de pobreza, a proporção da população cujo rendimento igualado disponível está abaixo do limiar de pobreza relativa (€2.347 (R\$12.920) por família de um membro e € 4.928 (R\$27.130) para um agregado familiar com quatro elementos em 2020), e (ii) taxa de exclusão social. Segundo o governo, os dados de ambos os indicadores foram calculados com alto nível de desagregação. Por exemplo: por gênero, tipo de domicílio, designações geográficas (como tipo de assentamento ou região), idade, nível de escolaridade, atividade, etc. Os indicadores contabilizaram renda, dimensões de privação material e intensidade de trabalho.

A avaliação da pobreza material é baseada em se a pessoa ou família pode pagar/cobrir cada um dos seguintes nove itens: aquecimento; máquina de lavar; carro; sete dias de férias fora de casa por ano; despesas financeiras inesperadas; telefone; televisão a cores; refeição com peixe/carne a cada dois dias; contas pagas regularmente. Uma pessoa/família é considerada materialmente carente se não puder pagar três desses nove itens; a privação material proeminente ocorre se não for possível pagar quatro dos nove, enquanto a privação extrema ocorre quando não se pode pagar cinco dos nove.

A taxa de risco de pobreza para a população total foi reduzida de 24% em 2016 para 22,6% em 2020. As mulheres estão abaixo dos homens em menos de um ponto percentual. No entanto, existem desafios regionais. Enquanto a taxa caiu nas regiões centro e sul, ela cresceu 5% no norte mais pobre. Em 2020, 44,5% da população do Norte encontrava-se em risco de pobreza, enquanto no Sul a taxa era de 11,6%. Em 2019, o governo investiu 353 milhões de euros na região norte (50% do valor total investido); em 2020, o valor foi de 198 milhões de euros (30% do total). O investimento foi ineficaz.

Em 2020, a taxa de risco de pobreza para crianças menores de 17 anos foi de 32,6%, enquanto para a população geral foi de 22,6%. Além disso, a taxa de privação material extrema em crianças cresceu de 9,6% em 2016 para 13% em 2020 (a privação material foi de 39,3% em 2020). Em 2020, 30,9% da população e 38,6% das crianças foram consideradas pobres, contemplando risco de pobreza ou privação material. Em particular, 91% das crianças ciganas sofrem privações materiais. A pobreza infantil é difícil de avaliar devido à falta de estudos.

Montenegro carece de uma estratégia abrangente para a redução da pobreza e não há informações suficientes para discernir o efeito atenuante da assistência social. No entanto, a pobreza pode ser reduzida em cinco por cento se essas transferências forem consideradas.



Apesar do progresso, persiste um número significativo de desafios para alcançar o ODS 1, incluindo uma redução mais e mais dinâmica da pobreza, particularmente entre as crianças, com uma melhoria do sistema de assistência social e infantil, especialmente para grupos vulneráveis. São necessárias mudanças significativas na política de desenvolvimento regional, bem como uma melhoria do emprego.

Uma iniciativa importante é o programa conjunto da ONU Ativar! Proteção Social Integrada e Emprego para Acelerar o Progresso dos Jovens, financiado com um Fundo Conjunto ODS e destinado a aumentar as capacidades do sistema de proteção social para erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões (Djikanovic, 2022). Tem duas componentes: i) simulações de políticas sociais que permitem a modelação de reformas da proteção social e ii) desenvolvimento de serviços centrados no ser humano adaptados aos utentes. 'Ativar!' concentra-se em jovens, crianças, migrantes e refugiados e usa metodologias prospectivas inovadoras e design centrado no ser humano para combater as causas profundas do tráfico humano, apoiar o trabalho decente e fomentar a empregabilidade/desenvolvimento de habilidades.

3. A distância entre a percepção das pessoas e o sucesso relatado pelo governo

O governo pesquisou os cidadãos para conhecer suas percepções sobre os ODS. A percepção dos cidadãos não coincide com os dados oficiais, que mostram que em 2020 as taxas de risco de pobreza dos aposentados (12,2%) e das pessoas com mais de 60 anos (15,2%) ficaram significativamente abaixo da taxa global (22,6%). O governo considera que essa diferença pode dever-se ao limiar de pobreza de cerca de €196 (R\$1.078,98) por mês porque muitas pessoas com baixos rendimentos, mas acima desse limiar têm dificuldades materiais. Muitas pessoas pensam que a pobreza é generalizada, afeta várias categorias populacionais e o sistema de assistência social é inadequado.

A pesquisa mostrou que a percepção em relação ao ODS 1 é que em Montenegro há mais pobres do que mostram as estatísticas oficiais. Surpreendentemente, 60% dos entrevistados acham que o número de pobres está entre um terço e metade da população total. Além disso, menos de 5% dos respondentes consideram os sistemas sociais e de acolhimento adequados, enquanto mais de 65% consideram o contrário. Os entrevistados sugerem medidas políticas relacionadas com o emprego, os cuidados de saúde, a educação e os cuidados sociais.

A percepção da população mostra que grande parte dela é afetada pela pobreza. A riqueza é altamente concentrada, criando uma polarização rico-pobre. A falta de um mercado de trabalho forte leva a uma classe média ausente, e poder e oportunidade são relacionados a riqueza e influência. Educação e trabalho não garantem bem-estar; no entanto, baixos níveis de renda e



educação são fatores de pobreza. A economia é caracterizada pela informalidade, com empregos ilegais, desconfiança nas instituições, seletividade nas ações, sobrevivência de aposentados, jovens desempregados e desempregados há muitos anos procurando emprego. Falta de política social deixa dependentes em situação de risco; portanto, crianças e pessoas que não podem trabalhar devido a doença, famílias monoparentais e a população com mais de 65 anos. A etnia também está relacionada à pobreza (população cigana). Existe uma tendência geográfica da pobreza que se localiza no norte do país.

4. Lições aprendidas

Montenegro demonstrou liderança em relação à implementação dos ODS. Este pequeno país tem mostrado avanços na redução da pobreza. A principal lição aprendida é que o compromisso com a estrutura dos ODS gerou uma bateria de informações vitais para o planejamento. Em segundo lugar, a redução geral da pobreza não pode ser avaliada isoladamente, e uma conquista importante da implementação do ODS 1 foi que o governo reconheceu a falta de uma política integrada de redução da pobreza e de um sistema de informação mais elaborado que também pode revelar efeitos mais aparentes do gasto social. Mesmo sendo um país pequeno, os inesperados retrocessos da pobreza na região norte mostram que a territorialização dos ODS pode trazer mais sucesso. Parece que o relatório do governo mostra contradição com a percepção da população, o que é uma constatação importante porque revela que medidas mais participativas precisam ser colocadas para as políticas de combate à pobreza. O país conta com o importante apoio dos escritórios locais do PNUD que unem forças para enfrentar o ODS 1. A mensagem central é que todo o exercício de melhorar os dados de informações para a implementação da Agenda 2030 pode apoiar a compreensão da pobreza e fomentar discussões sobre o assunto.

Avaliação

5. Estudos de caso e melhores práticas

- Liste algumas boas práticas que visam a implementação do ODS 1.
- Qual poderia ser sua própria contribuição para o ODS 1?
- Selecione um estudo de caso em seu país que reflita a melhor prática em termos de alcance das metas do ODS 1. Explique resumidamente este estudo de caso e explore como as melhores práticas podem contribuir para alcançar o ODS 1.

Referências

Association of Flemish Cities and Municipalities. (2020). "Vvsg Sdg Pilot Project With Local Governments 2017 2019: Approach and Lessons." Belgium.

https://www.uclg.org/sites/default/files/sdg_pilot_project_vvsg_approach_and_lessons_learned.pdf

BAPN (2021). Poverty Watch Belgium. https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2021/10/eapn-Poverty-watch_Belgium_2021-5281.pdf

Ben Hassen, T., & El Bilali, H. (2022). Impacts of the Russia-Ukraine War on Global Food Security: Towards More Sustainable and Resilient Food Systems? *Foods*, 11(15), 2301. <https://doi.org/10.3390/foods11152301>

Borodchuk, N., & Cherenko, L. (2020). Fighting COVID-19 in Ukraine: Initial estimates of the impact on poverty (p. 8). Unicef. <https://www.unicef.org/ukraine/en/reports/fighting-covid-19-ukraine-initial-estimates-impact-poverty>

City of Ghent. (2021). The Ghent Sustainability Report 2021: Focus on People—Voluntary Local Review (p. 105). City of Gent. https://sdgs.un.org/sites/default/files/vlrs/2021-09/ghent_sustainability_report_2021_-_focus_on_people_-_voluntary_local_review.pdf

Diouf, A. and Sesay, P.A. (2019). Enabling Sustainable Livelihoods through Improved Natural Resource Governance and Economic Diversification in the Kono District, Sierra Leone. Sustainable Development Goals Fund. Available at: https://www.sdgfund.org/sites/default/files/sierra_leone_final_evaluation_report.pdf#:~:text=In%20Sierra%20Leone%2C%20the%20fund%20has%20supported%20the,Development%20approach%20in%20Kono%20District%2C%20eastern%20Sierra%20Leone. Last accessed 5 November 2022.

Djikanovic, D. (2022). The United Nations and Sustainable Development: UNDP in the Fight against Poverty in Montenegro Review Article. *Journal of Liberty and International Affairs (JLIA)*, 8(2), 293–306.

Bhatia, H. (2021). Anti-poverty Initiatives: Reducing Multidimensional Poverty and Deprivation. In *No Poverty* (pp. 25-36). Cham: Springer International Publishing.

Galli, A., Đurović, G., Hanscom, L., & Knežević, J. (2018). Think globally, act locally: Implementing the sustainable development goals in Montenegro. *Environmental Science & Policy*, 84, 159–169. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.03.012>

Ainhoa, G. A. (2021). Regional indicators for the Sustainable Development Goals. An analysis based on the cases of the Basque Country, Navarre and Flanders (No. JRC124590). Joint Research Centre (Seville site).



Government of Belgium. (2017). Pathways To Sustainable Development First Belgian National Voluntary Review on the Implementation of the 2030 Agenda United Nations High Level Political Forum New York. Available at: https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2021/15721Belgium_Rev.pdf. Last accessed November, 2022.

Government of Ukraine. (2020). Sustainable Development Goals Ukraine: Voluntary National Review 2020. Ministry for Development of Economy, Trade and Agriculture of Ukraine. Available at: https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2021/26295VNR_2020_Ukraine_Report.pdf. Last accessed November, 2022.

Governo do Brasil (2022). Auxílio Brasil. Ministério da Cidadania. Available at: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Last accessed November, 2022.

Greeley, M. (2019). Targeting the Ultra-Poor: Lessons from Fonkoze's Graduation Programme in Haiti. Available at: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/14272/LearningBrief_GradProgs_OnlineNew.pdf?sequence=56&isAllowed=y. Last accessed November, 2022.

IPEA (2022). Auxílio Brasil: Análise inicial. Available at: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-impacta-na-reducao-da-extrema-pobreza-no-pais-indica-estudo-do-ipea/estudo_ipea_auxilio_brasil.pdf. Last accessed November, 2022.

Ministry of Health, M., Schmoll, O., Shinee, E., Brajovic, M., Menne, B., Zambon, F., & Nemer, L. (2020). Montenegro makes important strides towards achievement of the SDGs. European Journal of Public Health, 30(Supplement_1), i43–i44. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa030>

Neri, Marcelo C. (2022). Mapa da Nova Pobreza. Available at: <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>. Last accessed November, 2022.

Pierre, G. R. (2020). Poverty in Haiti. Open Journal of Political Science, 10(3), 407-427.

Popović, S. G., Dobričić, M., & Savić, S. V. (2021). Challenges of sustainable spatial development in the light of new international perspectives—The case of Montenegro. Land Use Policy, 105, 105438. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105438>

Rajović, G., & Bulatović, J. (2015). Some Geographical Aspects of sustainable development of agriculture with view on Montenegro: A review. World Scientific News, 2, 82–93.

Statista. (2022). Gender gap index in Ethiopia 2016-2021. Statista. <https://www.statista.com/statistics/1253979/gender-gap-index-in-ethiopia/> Last accessed 5 November 2022

Sustainable Development Goals Fund, n.d. Côte d'Ivoire - Joint Programme on poverty production in San Pedro Region. Available at: <https://www.sdgfund.org/case-study/c%C3%B4te-d%E2%80%99ivoire-joint-programme-poverty-reduction-%E2%80%8B-san-pedro-region%E2%80%8B>. Last accessed 5 November 2022.

Sustainable Development Goals Fund (2019). Ethiopia: Joint Programme on Gender Equality and Women Empowerment – Rural Women Economic Empowerment Component. Available at: <https://www.sdgfund.org/case-study/ethiopia-joint-programme-gender-equality-and-women-empowerment-%E2%80%93-rural-women-economic>. Last accessed November, 2022.

UNICEF (2022). Unicef in Sierra Leone. UNICEF. <https://www.unicef.org/sierraleone/> Last accessed 5 November 2022.

UNICEF (2020). Women's Empowerment and Child Wellbeing in Ethiopia. Ministry of Women, Children and Youth and UNICEF Ethiopia. <https://www.unicef.org/ethiopia/media/2801/file/Women's%20Empowerment%20and%20Child%20Wellbeing%20in%20Ethiopia,%20Research%20Brief.pdf> Last accessed 5 November 2022

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2020). SDG Good Practices: A compilation of success stories and lessons learned in SDG implementation (First Ed.). United Nations, Department of Economic and Social Affairs.

United Nations Department of Economic and Social Affairs (2022). SDG Good Practices: A compilation of success stories and lessons learned in SDG implementation (Second ed.). United Nations Department of Economic and Social Affairs. <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2022-03/SDGs%20Good%20Practices%20-%20second%20edition%20-%>

United Nations Ukraine (2021). Sustainable development goals. [last accessed 20.08.2022] <https://ukraine.un.org/en/sdgs>

USAID (2020). Gender Equality and Women's Empowerment. <https://www.usaid.gov/ethiopia/gender-equality-and-womens-empowerment> Last accessed 5 November 2022

Utenkova, K. O., Dukhnevykh, A. V., Karpinska, N. V., Berezina, L. M., & Bratanov, B. V. (2020). Economic Security of the Agrarian Sector in the Context of the Global Sustainable Development



Goals 1, 2, 3, 4. International Journal of Economics and Business Administration, VIII (Special Issue 1), 284–298. <https://doi.org/10.35808/ijeba/549>

World Bank (2018). Pour que Demain ne Meure Jamais: La Cote d'Ivoire Face au Changement Climatique (French). Washington, D.C.: World Bank. Available at: <http://documents.worldbank.org/curated/en/470341530853819903/Pour-que-Demain-ne-Meure-Jamais-La-Cote-d'Ivoire-Face-au-Changement-Climatique>. Last accessed November, 2022.

World Bank (2022). The World Bank in Côte d'Ivoire. Washington, D.C. World Bank. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/cotedivoire/overview>. Last accessed 5 November 2022.

World Bank (2022). The World Bank In Haiti. Overview - Context. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Last accessed November, 2022.

World Bank (2022). The World Bank in Sierra Leone. World Bank. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/sierraleone>. Last accessed 5 November 2022

6. Exercícios e Avaliação

Com base nas metas e conceitos do ODS 1, esta seção do manual fornece, em primeiro lugar, um conjunto de exercícios que os usuários (professores de diferentes áreas) podem usar com seus alunos para promover ideias, soluções e novas iniciativas para o desenvolvimento sustentável. O nível de detalhe e complexidade destes exercícios pode ser regulado de acordo com o nível educacional dos alunos. Em segundo lugar, esta seção também inclui um conjunto de perguntas de avaliação mais curtas. Essas perguntas abrangem todas as seções deste manual e exigem respostas mais curtas e diretas. Tanto para os exercícios quanto para as avaliações, os usuários podem decidir se querem usá-los como fornecidos, adaptá-los de acordo com seus contextos e necessidades locais ou usá-los como exemplos e desenvolver seus próprios exercícios e avaliações de acordo.

6.1 Exercícios

LINHA DE POBREZA: Os alunos devem calcular quanto gastam diariamente em um mês regular e compará-lo com a linha de pobreza. O exercício promove a reflexão sobre como suas vidas seriam diferentes em um cenário diferente.

CAMPANHA ACABANDO COM A POBREZA: Os alunos devem explorar o ODS 1 e demonstrar empatia ao criar uma campanha para as pessoas afetadas pela pobreza, envolvendo comunidades locais e ONGs.

ESTRATÉGIAS PARA ACABAR COM A POBREZA: Neste exercício, os alunos devem examinar diferentes estratégias que as comunidades ao redor do mundo estão aplicando para



enfrentar os desafios da pobreza. Eles devem fazer observações, levantar questões e desenvolver opiniões sobre como essas diferentes estratégias funcionariam em suas regiões.

INTERCONEXÕES: Os alunos devem investigar como os esforços para atingir outras metas impactam o ODS 1.

REALIZE UM BANQUETE DA FOME: Envolve os alunos na preparação de um banquete da fome, o que encoraja uma compreensão mais profunda da distribuição mundial de alimentos e da pobreza. A metodologia inclui diferentes ambientes e alimentos a serem experimentados com base em diferentes classes (ricos, médios e pobres). A atividade deve ser acompanhada de discussões com questões sobre conhecimentos gerais sobre pobreza e fome e como os alunos se sentiram diante da situação.

SEÇÃO INTERATIVA DECISÕES DE FOME: este exercício permite refletir sobre as condições de vida em extrema pobreza e os diferentes caminhos que um homem ou uma mulher podem escolher.

BOAS PRÁTICAS: Escolha uma prática na plataforma de Boas Práticas da ONU (<https://sustainabledevelopment.un.org/partnerships/goodpractices>), apresente e discuta com os colegas: quais são as lições aprendidas e como podem ser replicadas em outros contextos? Compare e discuta os dados de pessoas vivendo na pobreza na América Latina, África e Europa ao longo dos anos.

6.2 Avaliação

1. Introdução aos ODS

- Cite as cinco áreas de importância crítica às quais os 17 ODS estão vinculados e explique por que isso é chamado de 5 Ps.
- Explique a ligação entre os ODM e os ODS.
- Explique como os ODS diferem dos ODM.

2. Definindo ODS 1

- Quais são os principais aspectos do ODS 1?
- Qual é o foco das primeiras cinco metas do ODS 1?
- Qual é o foco das duas últimas metas do ODS 1?

2.1 Importância do ODS 1

- Qual é a sua explicação para o grande número atual de famintos no mundo e por que esse número está aumentando?
- Qual é o status do progresso para alcançar o ODS 1 até 2030?

- Explique brevemente o escopo abrangente e a importância do ODS 1 com referência a três áreas temáticas principais cobertas por este ODS.

2.2 Interdependências do ODS 1

- Como o ODS 1 está interconectado com os outros ODS? Que outros ODS você acha que serão mais afetados se o ODS 1 não for alcançado?
- Selecione quaisquer três ODS e explique brevemente como eles interagem com o ODS 1. Use exemplos de sua região para ilustrar sua explicação.

2.3 Vantagens do ODS 1

- Quais serão as principais vantagens para o mundo se o ODS 1 for alcançado?
- Selecione quaisquer duas das metas do ODS 1 e explique as vantagens específicas que se manifestarão com o alcance dessas metas. Explore também as vantagens para sua região específica.

2.4 Desafios da implementação do ODS 1

- Como diferentes crises globais têm afetado a implementação do ODS 1?
- Quais são as dificuldades em implementar o ODS 1 em seu país? Quais são as principais barreiras? E como elas podem ser superadas?

3. Visão geral das crises globais que impactam negativamente o ODS 1

- Cite pelo menos 3 crises globais que afetam o cumprimento das metas do ODS 1.

3.1 Mudanças climáticas

- Como as mudanças climáticas impactaram negativamente o progresso em torno da erradicação da pobreza?
- Como esses impactos são percebidos na sua região?

3.2 COVID-19

- Quais são os efeitos da pandemia de COVID-19 nas metas do ODS 1?
- Como esses efeitos são percebidos na sua região?

3.3 Conflitos

- Explique como os conflitos impactam negativamente os esforços para acabar com a pobreza.
- Como esses impactos são percebidos na sua região?

4. Progresso para alcançar o ODS 1 até 2030

- Como seu padrão de vida atual afeta o alcance das metas do ODS1?

4.1 Progresso Regional na América Latina

- Na sua opinião, os países da América Latina conseguirão atingir as metas do ODS 1 até 2030?
- Quais são os principais obstáculos para alcançar o ODS 1 em sua região/país?

4.2 Progresso Regional na África

- Na sua opinião, os países da África conseguirão atingir as metas do ODS 1 até 2030?
- Quais são os principais obstáculos para alcançar o ODS 1 em sua região/país?

4.3 Progresso Regional na Europa

- Na sua opinião, os países da Europa conseguirão atingir as metas do ODS 1 até 2030?
- Quais são os principais obstáculos para alcançar o ODS 1 em sua região/país?

5. Estudos de caso e boas práticas

- Liste algumas boas práticas que visam a implementação do ODS 1.
- Qual poderia ser sua própria contribuição para o ODS 1?
- Selecione um estudo de caso em seu país que reflita uma melhor prática em termos de alcance das metas do ODS 1. Explique resumidamente este estudo de caso e explore como a prática podem contribuir para alcançar o ODS 1.

7. Considerações finais

Este módulo teve como objetivo fornecer uma introdução aos principais aspectos do ODS 1 – Erradicação da Pobreza, além de cobrir os impactos de várias crises no alcance deste objetivo e os contextos regionais e progressos da América Latina, África e Europa. Estudos de caso e boas práticas foram incluídos para apoiar o ensino com exemplos de diferentes estratégias usadas em todo o mundo e nas regiões estudadas para combater a pobreza. Por fim, são sugeridos exercícios e questões de avaliação.

O módulo pode ser utilizado como um todo ou adaptado conforme a necessidade de cada docente interessado em aplicá-lo em seu curso/turma. A variedade de metas, desafios e recursos relacionados com a pobreza e o ODS 1, bem como a sua ligação com outros objetivos, reforçam a importância deste módulo para todas as áreas de estudo. Recomendamos aos professores que instiguem os alunos a refletir sobre suas próprias percepções e experiências sobre o tema da pobreza e discutir o papel de diferentes setores e atores na contribuição para o ODS 1 e para o objetivo geral da Agenda 2030 - erradicar a pobreza.

Referências

African Development Bank (2021). African Economic Outlook 2021—from debt resolution to growth: The road ahead for Africa. African Development Bank, Abidjan.

Alkire, S. (2019). Global Multidimensional Poverty Index: Illuminating Inequalities. New York: UNDP and OPHI.



- Alkire, S., & Robles, G. (2017). Multidimensional poverty index summer 2017: Brief methodological note and results. OPHI Methodological Notes, 45.
- Anyanwu, J. and Salami, O. (2021). The impact of COVID-19 on African economies: An introduction African Development Review. 33(Suppl 1): S1–S16. Published online 2021 May 5. doi: 10.1111/1467-8268.12531. Last accessed 31 October 2022.
- Anyebe, A.A. (2016). Conflict and poverty in Africa. International Journal of Economic and Business Review. 4 (9). 5 – 12.
- Association of Flemish Cities and Municipalities. (2020). "Vvsg Sdg Pilot Project With Local Governments 2017 2019: Approach and Lessons." Belgium. https://www.uclg.org/sites/default/files/sdg_pilot_project_vvsg_approach_and_lessons_earned.pdf
- BAPN (2021). Poverty Watch Belgium. https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2021/10/eapn-Poverty-watch_Belgium_2021-5281.pdf
- Barbier, E. B., & Burgess, J. C. (2019). Sustainable development goal indicators: Analyzing trade-offs and complementarities. World development, 122, 295-305.
- Ben Hassen, T., & El Bilali, H. (2022). Impacts of the Russia-Ukraine War on Global Food Security: Towards More Sustainable and Resilient Food Systems? Foods, 11(15), 2301. <https://doi.org/10.3390/foods11152301>
- Ben Hassen, T., & El Bilali, H. (2022). Impacts of the Russia-Ukraine War on Global Food Security: Towards More Sustainable and Resilient Food Systems? Foods, 11(15), 2301. <https://doi.org/10.3390/foods11152301>
- Benson, E.A. (2021). These are Africa's 10 poorest countries in 2021. Business Insider Africa, 21 December 2021. <https://africa.businessinsider.com/local/lifestyle/top-10-poorest-countries-in-africa-in-2021/qrsbhj9> Last accessed 31 October 2022.
- Bhatia, H. (2021). Anti-poverty Initiatives: Reducing Multidimensional Poverty and Deprivation. In: Leal Breuer, A., Janetschek, H., & Malerba, D. (2019). Translating sustainable development goal (SDG) interdependencies into policy advice. Sustainability, 11(7), 2092. <https://doi.org/10.3390/su11072092>.
- Birkmann, J., E. Liwenga, R. Pandey, E. Boyd, R. Djalante, F. Gemenne, W. Leal Filho, P.F. Pinho, L. Stringer, and D. Wrathall, 2022: Poverty, Livelihoods and Sustainable Development. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 1171–1274, doi:10.1017/9781009325844.010.
- Bogevska, Z., Berjan, S., Capone, R., Debs, P., El Bilali, H., Bottalico, F., Davitkovska, M. (2020). Household food wastage in North Macedonia. Agriculture and Forestry, 66 (2): 125-135. DOI: 10.17707/AgricultForest.66.2.12



- Borodchuk, N., & Cherenko, L. (2020). Fighting COVID-19 in Ukraine: Initial estimates of the impact on poverty (p. 8). Unicef. Available at: <https://www.unicef.org/ukraine/en/reports/fighting-covid-19-ukraine-initial-estimates-impact-poverty> Last accessed November, 2022.
- Borodchuk, N., & Cherenko, L. (2020). Fighting COVID-19 in Ukraine: Initial estimates of the impact on poverty (p. 8). Unicef. Available at: <https://www.unicef.org/ukraine/en/reports/fighting-covid-19-ukraine-initial-estimates-impact-poverty>. Last accessed November, 2022.
- Breuer, A., Leininger, J., & Tosun, J. (2019). Integrated policymaking: Choosing an institutional design for implementing the Sustainable Development Goals (SDGs). Discussion Paper. <https://doi.org/10.23661/DP14.2019>
- Bukowski, M., & Kreissl, K. (2020). Empowerment, Poverty, and Vulnerability. In No Poverty (pp. 1-14). Cham: Springer International Publishing.
- Chukwuemeka, E.S. (2022). Poverty in Africa: Causes, Effects and Solutions. <https://bscholarly.com/poverty-in-africa/>. Last accessed 31 October 2022
- Ciambra, A. (2021a). Regional indicators for the Sustainable Development Goals: An analysis based on the cases of the Basque Country, Navarre and Flanders. (P. Siragusa & P. Proietti, Eds.). Publications Office of the European Union. doi: 10.2760/9692
- Ciambra, A. (2021b). European SDG Voluntary Local Reviews: A comparative analysis of local indicators and data, In Siragusa, A. and Proietti, P. editor(s), Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2021, doi:10.2760/9692
- City of Ghent. (2021). The Ghent Sustainability Report 2021: Focus on People—Voluntary Local Review (p. 105). City of Gent. https://sdgs.un.org/sites/default/files/vlrs/2021-09/ghent_sustainability_report_2021_-_focus_on_people_-_voluntary_local_review.pdf
- Cling, J.-P., Eghbal-Teherani, S., Orzoni, M., & Plateau, C. (2020). The interlinkages between the SDG indicators and the differentiation between EU countries: It is (mainly) the economy! Statistical Journal of the IAOS, 36(2), 455–470. <https://doi.org/10.3233/SJI-190507>
- Confronting Poverty Discussion Guide (n.d.) Why is it important to reduce poverty? In <https://markrank.wpengine.com/wp-content/uploads/2017/03/Confronting-Poverty-Module-9.pdf>/ Last accessed Oct 10, 2022.
- Costa, J., Cancela, D., & Reis, J. (2021). Neverland or Tomorrowland? Addressing (In)compatibility among the SDG Pillars in Europe. International Journal of Environmental Research and Public Health, 18(22), 11858. <https://doi.org/10.3390/ijerph182211858>
- Diouf, A. and Sesay, P.A. (2019). Enabling Sustainable Livelihoods through Improved Natural Resource Governance and Economic Diversification in the Kono District, Sierra Leone. Sustainable Development Goals Fund https://www.sdgfund.org/sites/default/files/sierra_leone_final_evaluation_report.pdf#:~:text=In%20Sierra%20Leone%2C%20the%20fund%20has%20supported%20the,Develop



- ment%20approach%20in%20Kono%20District%2C%20eastern%20Sierra%20Leone.
Last accessed 5 November 2022.
- Djikanovic, D. (2022). The United Nations and Sustainable Development: UNDP in the Fight against Poverty in Montenegro Review Article. *Journal of Liberty and International Affairs (JLIA)*, 8(2), 293–306.
- Donnenfeld, Z. (2020). What is the future of poverty in Africa. *Daily Maverick*. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2020-03-02-what-is-the-future-of-poverty-in-africa/>. Last accessed 31 October 2022
- EAPN (2021). Working towards a Socially Inclusive and Poverty-proof Recovery from the COVID-19 Pandemic. EAPN Assessment of the Annual Sustainable Growth Strategy 2021 and Proposal for a Joint Employment Report 2021. <https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2021/02/EAPN-EAPN-Assessment-ASGS-JER-2021-Finaal-4970.pdf>
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2022). A decade of action for a change of era: Fifth report on regional progress and challenges in relation to the 2030 Agenda for Sustainable Development in Latin America and the Caribbean (LC/FDS.5/3), Santiago.
- European Commission. Eurostat. (2022a). Sustainable development in the European Union: Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context: 2022 edition. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2785/313289>
- European Commission. Eurostat. (2022a). Sustainable development in the European Union: Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context: 2022 edition. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2785/313289>
- European Commission: Eurostat. (2022). Sustainable development in the European Union – 2022 edition. 380. <https://doi.org/10.2785/313289>
- Eurostat. (2022b). Sustainable development in the European Union: Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context: 2022 edition. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2785/313289>
- Fang, X., Kothari, S., McLoughlin, C., and Yenice, M. (2020). The Economic Consequences of Conflict in Sub-Saharan Africa. *IMF Working Papers*. Available at: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/10/30/The-Economic-Consequences-of-Conflict-in-Sub-Saharan-Africa-49834>. Last accessed 31 October 2022
- Feeny, S., (2020). Transitioning from the MDGs to the SDGs: Lessons learnt? In Churchill, S.A. (ed.) *Moving from the millennium to the sustainable development goals* (343-351). Palgrave Macmillan, Singapore.
- Fenner, R., & Cernev, T. (2021). The implications of the Covid-19 pandemic for delivering the Sustainable Development Goals. *Futures*, 128, 102726.
- Fetting, C. (2020). Impacts of the Covid-19 Pandemic on Sustainable Development and the SDGs in Europe (ESDN Report, p. 26). European Sustainable Development Network (ESDN). https://www.esdn.eu/fileadmin/ESDN_Reports/ESDN_Report_July_2020.pdf



- Firoiu, D., Ionescu, G. H., Băndoi, A., Florea, N. M., & Jianu, E. (2019). Achieving Sustainable Development Goals (SDG): Implementation of the 2030 Agenda in Romania. *Sustainability*, 11(7), 2156. <https://doi.org/10.3390/su11072156>
- Freire de Mello, L., de Paula, S.A. (2021). Challenges of Demographic and Epidemiological Transitions. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) *No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_2
- Galli, A., Đurović, G., Hanscom, L., & Knežević, J. (2018). Think globally, act locally: Implementing the sustainable development goals in Montenegro. *Environmental Science & Policy*, 84, 159–169. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.03.012>
- Galli, A., Đurović, G., Hanscom, L., & Knežević, J. (2018). Think globally, act locally: Implementing the sustainable development goals in Montenegro. *Environmental Science & Policy*, 84, 159–169. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.03.012>
- Gea Aranoa, A. (2021). Regional indicators for the Sustainable Development Goals. An analysis based on the cases of the Basque Country, Navarre and Flanders (No. JRC124590). Joint Research Centre (Seville site).
- Global Goals (2022). No Poverty. Available at: https://www.globalgoals.org/goals/1-no-poverty/?gclid=Cj0KCQiA1NebBhDDARIsAANiDD1fn2Ue7oPNSyH93GllpWQmerTmBx0Mz1N45jdpIEaBcHugSexkYOQaAgnHEALw_wcB. Last accessed November, 2022.
- Gottenhuber, S., & Mulholland, E. (2019). The Implementation of the 2030 Agenda and SDGs at the National Level in Europe – Taking stock of governance mechanisms (No. 5; ESDN Quarterly Report, p. 48). ESDN Office.
- Government of Belgium. (2017). Pathways To Sustainable Development First Belgian National Voluntary Review on the Implementation of the 2030 Agenda United Nations High Level Political Forum New York. https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2021/15721Belgium_Rev.pdf
- Government of Ukraine. (2020). Sustainable Development Goals Ukraine: Voluntary National Review 2020. Ministry for Development of Economy, Trade and Agriculture of Ukraine. https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2021/26295VNR_2020_Ukraine_Report.pdf
- Governo do Brasil (2022). Auxílio Brasil. Ministério da Cidadania. Available at: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Last accessed November, 2022.
- Graça, P. Gregório, M. J., & Freitas, M. da G. (2020). A Decade of Food and Nutrition Policy in Portugal (2010–2020) *Portuguese Journal of Public Health* 38: 94–118. DOI: 10.1159/000510566
- Greeley, M. (2019). Targeting the Ultra-Poor: Lessons from Fonkoze’s Graduation Programme in Haiti. Available at: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/14272/LearningBrief_GradProgs_OnlineNew.pdf?sequence=56&isAllowed=y. Last accessed November, 2022.



- Haider, H. (2020). The bottom billion in Africa: Poverty trends and forecasts. K4D Helpdesk Report 922. Brighton, UK: Institute of Development Studies.
- Hallegatte, S., & Walsh, B. (2020). COVID, climate change and poverty: Avoiding the worst impacts. World Bank. October, 7. <https://blogs.worldbank.org/climatechange/covid-climate-change-and-poverty-avoiding-worst-impacts>
- Hallegatte, S., & Rozenberg, J. (2017). Climate change through a poverty lens. *Nature Climate Change*, 7(4), 250-256.
- Hamel, K. Tong, B. Hofer, M. (2019). Poverty in Africa is now falling, but not fast enough. Brookings. Available at: <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2019/03/28/poverty-in-africa-is-now-falling-but-not-fast-enough/>. Last accessed 31 October 2022
- Hametner, M., & Kostetckaia, M. (2020). Frontrunners and laggards: How fast are the EU member states progressing towards the sustainable development goals? *Ecological Economics*, 177, 106775. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106775>
- Hidalgo Simón, A. (2021b). SDG localisation and multi-level governance: Lessons from the Basque country. (P. Siragusa & P. Proietti, Eds.). Publications Office of the European Union. doi: 10.2760/20519
- Holzer, Harry; Schanzenbach, Diane Whitmore; Duncan, Greg J. & Ludwig, Jens (2008). The economic costs of childhood poverty in the United States, *Journal of Children and Poverty*, 14:1, 41-61, DOI: 10.1080/10796120701871280
- IPEA (2022). Auxílio Brasil: Análise inicial. Available at: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-impacta-na-reducao-da-extrema-pobreza-no-pais-indica-estudo-do-ipea/estudo_ipea_auxilio_brasil.pdf. Last accessed November, 2022.
- Jafino, B. A., Walsh, B., Rozenberg, J., & Hallegatte, S. (2020). Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030. Policy Research Working Paper;No. 9417. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34555> License: CC BY 3.0 IGO.
- Johnson, L. (2021). Dynamics of Poverty on Globalization. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) *No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_132
- Kemmerling, B., Schetter, C. and Wirkus, L. (2022). The logics of war and food (in) security, *Global Food Security*, 33, p.100634. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2022.100634>
- Kroll, C., Warchold, A., & Pradhan, P. (2019). Sustainable Development Goals (SDGs): Are we successful in turning trade-offs into synergies?. *Palgrave Communications*, 5(1), 1-11.
- Kulinich, T., Yakimenko-Tereschenko, N., Melnyk, A., Vasina, A., & Adamyk, V. (2021). Challenges and Prospects of Applying the Paradigm of Sustainable Development to the



- Eastern Europe Economy. WSEAS TRANSACTIONS ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 17, 929–940. <https://doi.org/10.37394/232015.2021.17.86>
- Lakner, C., Yonzan, N., Mahler, D. G., Aguilar, R. A. C., & Wu, H. (2021). Updated estimates of the impact of COVID-19 on global poverty: Looking back at 2020 and the Outlook for 2021. 11 January 2021. Washington, DC: World Bank. https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-looking-back-2020-and-outlook-2021?cid=ECR_E_NewsletterWeekly_EN_EXT%26deliveryName=DM90562 Last accessed 31 October 2022.
- Larrú, J. M. (2021). Poverty index: Welfarist and multidimensional approaches. In No Poverty (pp. 648-662). Cham: Springer International Publishing.
- Malgesini, Gabriela (2020). The impact of Covid 19 on people experiencing poverty and vulnerability: Rebuilding Europe with a social heart.
- Marks, Z. (2016). Poverty and conflict. GSDRC. Professional Development Reading Pack No. 52. Available at: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5980670a40f0b61e4b00003e/Poverty-and-conflict_RP.pdf. Last accessed November, 2022.
- Martin Dribe, Marco Breschi, Alain Gagnon, Danielle Gauvreau, Heidi A. Hanson, Thomas N. Maloney, Stanislao Mazzoni, Joseph Molitoris, Lucia Pozzi, Ken R. Smith & Hélène Vézina (2017). Socio-economic status and fertility decline: Insights from historical transitions in Europe and North America, Population Studies, 71:1, 3-21, DOI: 10.1080/00324728.2016.1253857
- McLaughlin, Michael; Rank, Mark R (2018). Estimating the Economic Cost of Childhood Poverty in the United States, Social Work Research, Volume 42, Issue 2, June 2018, Pages 73–83, <https://doi.org/10.1093/swr/svy007>
- Ministry of Health, M., Schmoll, O., Shinee, E., Brajovic, M., Menne, B., Zambon, F., & Nemer, L. (2020). Montenegro makes important strides towards achievement of the SDGs. European Journal of Public Health, 30(Supplement_1), i43–i44. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa030>
- Ministry of Health, M., Schmoll, O., Shinee, E., Brajovic, M., Menne, B., Zambon, F., & Nemer, L. (2020). Montenegro makes important strides towards achievement of the SDGs. European Journal of Public Health, 30(Supplement_1), i43–i44. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckaa030>
- Moczek, N., Voigt-Heucke, S. L., Mortega, K. G., Fabó Cartas, C., & Knobloch, J. (2021). A Self-Assessment of European Citizen Science Projects on Their Contribution to the UN Sustainable Development Goals (SDGs). Sustainability, 13(4), 1774. <https://doi.org/10.3390/su13041774>
- Morton, S., Pencheon, D. and Squires, N. (2017). Sustainable Development Goals (SDGs), and their implementation, British Medical Bulletin, 124, 81-90.



- Moyer, J. D., Verhagen, W., Mapes, B., Bohl, D. K., Xiong, Y., Yang, V., ... & Hughes, B. B. (2022). How many people is the COVID-19 pandemic pushing into poverty? A long-term forecast to 2050 with alternative scenarios. *Plos one*, 17(7), e0270846.
- Mulholland, E. (2018). The Implementation of the 2030 Agenda and the SDGs in Europe: Overview and Updates (No. 49; ESDN Quarterly Report, p. 77). ESDN Office.
- Mulholland, E. (2019). Communicating Sustainable Development and the SDGs in Europe: Good practice examples from policy, academia, NGOs, and media (No. 51; ESDN Quarterly Report, p. 22). ESDN Office
- Neri, Marcelo C. (2022). Mapa da Nova Pobreza. <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>
- OECD. (2020). A territorial approach to the Sustainable Development Goals. <https://doi.org/10.1787/ba1e177den>
- Ogbebor, P. O., & Acheampong, T. Y. (2021). Economic implications of COVID-19 on food security in Hungary. Unpublished manuscript. Last accessed: https://www.researchgate.net/publication/350529540_Economic_implications_of_COVID-19_on_food_security_in_Hungary. Last accessed November, 2022.
- Osendarp, S., Verburg, G., Bhutta, Z., Black, R. E., de Pee, S., Fabrizio, C., Headey, D., Heidkamp, R., Laborde, D., & Ruel, M. T. (2022). Act now before Ukraine war plunges millions into malnutrition. *Nature*, 604(7907), 620–624. <https://doi.org/10.1038/d41586-022-01076-5>
- Pereira, P. Zhao, W., Symochko, L., Inacio, M., Bogunovic, I., Barcelo, D. (2022). The Russian-Ukrainian armed conflict will push back the sustainable development goals. *Geography and Sustainability* 3, 277–287. <https://doi.org/10.1016/j.geosus.2022.09.003>
- Petrevska Nechkoska, R., Bogdanoska Jovanovska, M., & Kostoska, O. (2021). Food Banks Systems Across Western Balkans During The Coronavirus Pandemic. 166–174. Available at: http://ibaness.org/conferences/istanbul_2021/ibaness_istanbul_proceedings_draft_1.pdf. Last accessed November, 2022.
- Pierre, G. R. (2020). Poverty in Haiti. *Open Journal of Political Science*, 10(3), 407-427.
- Pietras-Eichberger, M. (2021). Extreme Poverty: Definitions and Concepts. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) *No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_66.
- Popović, S. G., Dobričić, M., & Savić, S. V. (2021). Challenges of sustainable spatial development in the light of new international perspectives—The case of Montenegro. *Land Use Policy*, 105, 105438. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105438>.
- Pradhan, P., Costa, L., Rybski, D., Lucht, W., & Kropp, J. P. (2017). A systematic study of sustainable development goal (SDG) interactions. *Earth's Future*, 5(11), 1169-1179.
- Rajović, G., & Bulatović, J. (2015). Some Geographical Aspects of sustainable development of agriculture with view on Montenegro: A review. *World Scientific News*, 2, 82–93.



- Resce, G., & Schiltz, F. (2021). Sustainable Development in Europe: A Multicriteria Decision Analysis. *Review of Income and Wealth*, 67(2), 509–529. <https://doi.org/10.1111/roiw.12475>
- Ricciolini, E., Rocchi, L., Cardinali, M., Paolotti, L., Ruiz, F., Cabello, J. M., & Boggia, A. (2022). Assessing Progress Towards SDGs Implementation Using Multiple Reference Point Based Multicriteria Methods: The Case Study of the European Countries. *Social Indicators Research*, 162(3), 1233–1260. <https://doi.org/10.1007/s11205-022-02886-w>
- Roka, K. (2021). Resilience of the Poor Against Extreme Climate Change-Related Events. In *No Poverty* (pp. 804-815). Cham: Springer International Publishing.
- Romanello, M., Napoli, C. D., Drummond, P., Green, C., Kennard, H., Lampard, P., Scamman, D., Arnell, N., Ayeb-Karlsson, S., Ford, L. B., Belesova, K., Bowen, K., Cai, W., Callaghan, M., Campbell-Lendrum, D., Chambers, J., Daalen, K. R. van, Dalin, C., Dasandi, N., ... Costello, A. (2022). The 2022 report of the Lancet Countdown on health and climate change: Health at the mercy of fossil fuels. *The Lancet*, 400(10363), 1619–1654. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01540-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01540-9)
- Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., & Woelm, F. (2022). *Sustainable Development Report 2022* (1st ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009210058>
- Saleh, M. (2022). Extreme poverty as share of global population in Africa 2022, by country. Statista. <https://www.statista.com/topics/7928/demographics-of-africa/#dossierKeyfigures>. Last accessed 31 October 2022.
- Scown MW, Nicholas KA (2020). European agricultural policy requires a stronger performance framework to achieve the Sustainable Development Goals. *Global Sustainability* 3, e11, 1–11. <https://doi.org/10.1017/sus.2020.5>
- Scown, M., Brady, M., Nicholas, K. (2020). Billions in Misspent EU Agricultural Subsidies Could Support the Sustainable Development Goals. *One Earth* 3, 237–250, <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2020.07.011>
- Semenenko, I., Halhash, R., & Ivchenko, Y. (2019). Role of International Organizations in Promoting Sustainable Development in Conflict-Affected Regions: Case of Luhansk Region in Ukraine. *European Journal of Sustainable Development*, 8(2), 21–21. <https://doi.org/10.14207/ejsd.2019.v8n2p21>
- Serdeczny, O., Adams, S., Baarsch, F., Coumou, D., Robinson, A., Hare, W., ... & Reinhardt, J. (2017). Climate change impacts in Sub-Saharan Africa: from physical changes to their social repercussions. *Regional Environmental Change*, 17(6), 1585-1600. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-015-0910-2>. Last accessed 31 October 2022.
- Sharon Bessell (2021). Rethinking Child Poverty, *Journal of Human Development and Capabilities*, DOI: 10.1080/19452829.2021.1911969



- Shrestha, M. (2021). Access to Basic Services and Its Linkage with Ending Poverty. In: Leal Filho, W., Azul, A.M., Brandli, L., Lange Salvia, A., Özuyar, P.G., Wall, T. (eds) No Poverty. Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95714-2_1
- Shulla, K., Voigt, B.-F., Cibian, S., Scandone, G., Martinez, E., Nelkovski, F., & Salehi, P. (2021). Effects of COVID-19 on the Sustainable Development Goals (SDGs). Discover Sustainability, 2(1), 15. <https://doi.org/10.1007/s43621-021-00026-x>
- Siragusa A., Vizzaino P., Proietti P., Lavalle C. (2020). European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews, EUR 30067 EN, Publications Office of the European Union, Luxembourg, doi:10.2760/670387
- Siragusa, A., Stamos, I., Bertozzi, C. and Proietti, P. (2022). European Handbook for SDG Voluntary Local Reviews, Publications Office of the European Union, Luxembourg, doi:10.2760/355330
- Sitelu, M.N. (2021). Effect of Welfare Reforms on Poverty Alleviation. In No Poverty (pp. 243-251). Cham: Springer International Publishing.
- Sobczak, E., & Raszowski, A. (2019). Sustainability in the Baltic States: Towards the Implementation of Sustainable Development Goals (SDG). Melandrium.
- Statista. (2022). Gender gap index in Ethiopia 2016-2021. Statista. Available at: <https://www.statista.com/statistics/1253979/gender-gap-index-in-ethiopia/>. Last accessed 5 November 2022
- Sustainable Development Goals Fund (n.d.) Côte d'Ivoire - Joint Programme on poverty production in San Pedro Region. Available at: <https://www.sdgfund.org/case-study/c%C3%B4te-d%E2%80%99ivoire-joint-programme-poverty-reduction-%E2%80%8B-san-pedro-region%E2%80%8B>. Last accessed 5 November 2022
- Sustainable Development Goals Fund (2019). Ethiopia: Joint Programme on Gender Equality and Women Empowerment – Rural Women Economic Empowerment Component. Available at: <https://www.sdgfund.org/case-study/ethiopia-joint-programme-gender-equality-and-women-empowerment-%E2%80%93-rural-women-economic>. Last accessed November, 2022.
- Sylva, K. (2021). Paradigms of Poverty: Concepts and Causes. In No Poverty (pp. 599-610). Cham: Springer International Publishing.
- Eurostat (2022). The COVID-19 pandemic: Detecting impacts and monitoring the recovery (pp. 29–36). https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=The_COVID-19_pandemic:_detecting_impacts_and_monitoring_the_recovery. Last accessed 18 January 2023
- UNCTAD (2021). Economic Development in Africa Report 2021 Reaping the potential benefits of the African Continental Free Trade Area for inclusive growth. UNCTAD. Available at: <https://unctad.org/webflyer/economic-development-africa-report-2021>. Last accessed 31 October 2022



- UNESCO (2021). Reimagining our futures together a new social contract for education. Report from the International Commission on the Futures of Education. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. ISBN 978-92-3-100478-0
- UNICEF (2022). Unicef in Sierra Leone. UNICEF. Available at: <https://www.unicef.org/sierraleone/>. Last accessed 5 November 2022.
- UNICEF (2020). Women's Empowerment and Child Wellbeing in Ethiopia. Ministry of Women, Children and Youth and UNICEF Ethiopia. Available at: <https://www.unicef.org/ethiopia/media/2801/file/Women's%20Empowerment%20and%20Child%20Wellbeing%20in%20Ethiopia,%20Research%20Brief.pdf>. Last accessed 5 November 2022
- United Nations (2015). Transforming Our World, the 2030 Agenda for Sustainable Development. General Assembly Resolution A/RES/70/1. Available at: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Last accessed August 7, 2022.
- United Nations (2022). Goal 1: End poverty in all its forms everywhere. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/>. Last accessed 07 Oct. 2022.
- United Nations (2022). SDGs in Latin America and the Caribbean: Statistical knowledge management hub. Regional SDG statistical profiles by target. Available at: <https://agenda2030lac.org/estadisticas/regional-sdg-statistical-profiles-target-1.html?lang=en>. Last accessed 10 Oct. 2022.
- United Nations (n.d.). Goal 1: End poverty in all its forms everywhere. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/>. Last accessed September, 2022.
- United Nations (n.d.). Communications materials. Available at: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/news/communications-material/>. Last accessed October, 2022.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs (2020). SDG Good Practices: A compilation of success stories and lessons learned in SDG implementation (First Ed.). United Nations, Department of Economic and Social Affairs.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs (2022). SDG Good Practices: A compilation of success stories and lessons learned in SDG implementation (Second ed.). United Nations Department of Economic and Social Affairs. Available at: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2022-03/SDGs%20Good%20Practices%20-%20second%20edition%20-%>. Last accessed November, 2022.
- United Nations Development Programme Human Development Report, Oxford Poverty, and Human Development Initiative (2019). "Global Multidimensional Poverty Index 2019: Illuminating Inequalities." OPHI Report. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)
- United Nations Development Programme, W. (2022, February 11). Climate change poses major security risks to Europe and Central Asia | United Nations Development Programme.



- UNDP. Available at: <https://www.undp.org/eurasia/blog/climate-security>. Last accessed November, 2022.
- United Nations Economic Commission for Africa (2022). Africa sustainable development report 2021: is Africa on track to achieve the Sustainable Development Goals by 2030?. Addis Ababa. Available at: <https://hdl.handle.net/10855/48607>. Last accessed 31 October 2022
- United Nations Ukraine (2021). Sustainable development goals. Available at: <https://ukraine.un.org/en/sdgs>. Last accessed August, 2022.
- United Nations (2021). The attainment of SDGs in conflict-affected countries in the Arab Region 2021. Available at: https://www.unescwa.org/sites/default/files/news/docs/sdg_report_summary_en.pdf. Last accessed November, 2022.
- United Nations (2022). Economic Report on Africa 2021. Addressing Poverty and Vulnerability in Africa during the Covid-19 Pandemic. United Nations. Addis Ababa, Ethiopia. Available at: <https://reliefweb.int/report/world/economic-report-africaera-2021-addressing-poverty-and-vulnerability-africa-during-covid-19-pandemic>. Last accessed 31 October 2022
- USAID (2020). Gender Equality and Women's Empowerment. Available at: <https://www.usaid.gov/ethiopia/gender-equality-and-womens-empowerment>. Last accessed 5 November 2022
- Utenkova, K. O., Dukhnevych, A. V., Karpinska, N. V., Berezina, L. M., & Bratanov, B. V. (2020). Economic Security of the Agrarian Sector in the Context of the Global Sustainable Development Goals 1, 2, 3, 4. International Journal of Economics and Business Administration, VIII (Special Issue 1), 284–298. <https://doi.org/10.35808/ijeaba/549>
- Van Soest, H.L., Van Vuuren, D.P., Hilaire, J., Minx, J.C., Harmsen, M.J., Krey, V., Popp, A., Riahi, K. and Luderer, G. (2019). Analysing interactions among sustainable development goals with integrated assessment models, Global Transitions, 1, 210-225.
- Ventura, L. (2022). Poorest Countries in the World: 2022. Global Finance, August 05, 2022. Available at: <https://www.gfmag.com/global-data/economic-data/the-poorest-countries-in-the-world>. Last Accessed 31 October 2022.
- WHO (2018). World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. Geneva: World Health Organization; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
- WMO (2022). State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2021. Available at: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/wmo-issues-report-state-of-climate-latin-america-and-caribbean>. Last accessed November, 2022.
- World Bank (2022). "War in the Region" Europe and Central Asia Economic Update (Spring), Washington, DC: World Bank. Doi: 10.1596/978-1-4648-1866-0
- World Bank (2022). The World Bank In Haiti. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Last accessed November, 2022.



- World Bank (2018). Pour que Demain ne Meure Jamais: La Cote d'Ivoire Face au Changement Climatique (French). Washington, D.C.: World Bank. Available at: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/470341530853819903/pour-que-demain-ne-meure-jamais-la-cote-divoire-face-au-changement-climatique>. Last accessed November, 2022.
- World Bank (2022). The World Bank in Côte d'Ivoire. Washington, D.C. World Bank. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/cotedivoire/overview>. Last accessed 5 November 2022.
- World Bank (2022). The World Bank In Haiti. Overview - Context. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Last accessed November, 2022.
- World Bank (2022). The World Bank in Sierra Leone. World Bank. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/sierraleone>. Last accessed November, 2022.
- World Bank (2022). Poverty and Shared Prosperity 2022: Correcting Course, doi: 10.1596/978-1-4648-1893-6.
- Zakeri, B., Paulavets, K., Barreto-Gomez, L., Echeverri, L. G., Pachauri, S., Boza-Kiss, B., Zimm, C., Rogelj, J., Creutzig, F., Ürge-Vorsatz, D., Victor, D. G., Bazilian, M. D., Fritz, S., Gielen, D., McCollum, D. L., Srivastava, L., Hunt, J. D., & Pouya, S. (2022). Pandemic, War, and Global Energy Transitions. *Energies*, 15(17), 6114. <https://doi.org/10.3390/en15176114>

